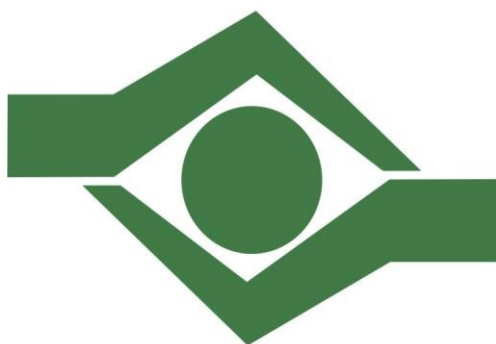


UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

SÃO PAULO – SP

2017

ÓRGÃO VINCULADOR: Ministério do Trabalho

UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

UNIDADE APRESENTADORA: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 146/2015, DN TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do Órgão de Controle Interno (Portaria CGU nº 522/2015).

Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – CEP 05409-002 – São Paulo/SP

Fones: (011) 3066-6000 / (011) 3066-6122

<http://www.fundacentro.gov.br>

Responsável pela Elaboração do Relatório

Sérgio Antonio dos Santos – Diretoria Executiva – Centro Técnico Nacional Fundacentro

Relatório de Gestão apresentado na forma individual:

Unidade Prestadora de Contas: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

São Paulo – SP

2017

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
1. VISÃO GERAL	10
1.1 Finalidade e Competência.....	10
1.2 Identificação e Normas de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	11
1.3 Ambiente de Atuação.	12
1.4 Organograma.	14
1.5 Macroprocessos Finalísticos.	17
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	22
2.1 Planejamento Organizacional.	22
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	22
2.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico.....	22
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.....	23
2.1.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos.	23
2.2 Desempenho Orçamentário.....	24
2.2.1 Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária anual de responsabilidade da Unidade.....	24
2.2.2 Análise situacional, incluindo os fatores intervenientes no desempenho orçamentário.	34
2.3 Informações sobre a Execução das Despesas	35
2.3.1 Análise Crítica da Responsabilização das Despesas.....	37
2.4 Desempenho Operacional.....	37
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho.	38
2.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	38
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	39
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	39
3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	39
3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.	40
3.3.1 Descrição e Escopo das ações de Auditoria Interna realizadas.....	42
3.3.2 Implementação ou cumprimento de recomendações ou determinações dos órgãos centrais do Sistema de Controle Interno.....	47
3.3.3 Relato Gerencial sobre Gestão de áreas essenciais da unidade.....	50
3.3.4 Fatos Relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna.....	50
3.3.5 Desenvolvimento Institucional e capacitação da Auditoria Interna.....	51
3.3.6 Justificativa das ações do PAINT/2016 não realizadas no exercício.	51
3.4 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.	52
3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	55
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	58
4.1 Gestão de Pessoas.....	58
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	58
4.1.1.1 Análise Crítica.	60
4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	62
4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	63
4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.	65
4.1.4.2 Contratação de Estagiários.....	66
4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.	67
4.2.1 Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	67
4.2.2 Política de Destinação de Veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.	71
4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	71

4.2.3.1	Análise Crítica	77
4.2.3.2	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgão e Entidades Públicas ou Privadas.	77
4.2.3.3	Informações sobre imóveis que locamos de terceiros.....	77
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação.	77
4.3.1	Informação sobre imóveis que locamos de terceiros	77
4.3.1.1	Plano de Capacitação do Pessoal de TI.....	78
4.3.2	Gestão da Tecnologia da Informação.	78
4.3.3	Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.	78
4.3.4	Principais Sistemas de Informação da UPC.....	79
4.3.5	Descrição dos Projetos desenvolvidos no período e dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados nas unidades.	82
4.3.6	Descrição dos Projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.	84
4.3.7	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.	85
4.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.	85
4.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Contratação de Serviços ou Obras ..	85
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	87
5.1	Canais de Acesso do Cidadão.....	87
5.2	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários.....	88
5.3	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade.....	88
5.4	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	88
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.	89
6.1	Desempenho Financeiro no Exercício.	89
6.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	89
6.2.1	Conformidade Contábil	89
6.3	Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade.....	90
6.4	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas.	90
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	91
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	91
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno - CGU.....	91
7.3	Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário.	93
7.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos e Obrigações com o Dispositivo no Art. 5 da Lei nº 8.888/1993.....	93
7.5	Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com empresas beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos.	113
8.	ANEXOS.	114
8.1	Notas Explicativas.	114
8.2	Balanco Patrimonial.....	116
9.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	129
9.1	Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registros dos Atos de Administração e Concessão.....	129
9.2	Declaração de Cumprimentos das Disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto a entrega das Declarações de Bens e Renda - DBR.	129
9.2	Declaração de Integridade das Informações do Orçamento Federal Anual SIOP.....	130
9.4	Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....	131

9.5	Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI.....	131
10.	APENDICES.....	132
10.1	Nota de Esclarecimento sobre o Parecer do Conselho Curador.....	132
10.2	Nota Técnica N° 040/2015/PF-FUNDACENTRO/PGF /AGU-rs.	134
10.3	Ofício da Presidência da Fundacentro ao senhor Ministro do Trabalho sobre o Conselho Curador.....	137
10.4	Nota Técnica N° 050/2016/PF-FUNDACENTRO/PGF /AGU-rs.	138
10.5	Ofício da Presidência da Fundacentro ao senhor Ministro do Trabalho sobre o Conselho Curador.....	141
10.6	Despacho da Presidência da Fundacentro sobre o acolhimento do Relatório de Gestão TCU-2016 e Nota sobre a não vistas do mesmo pelo Conselho Curador.	142
10.7	Parecer da Auditoria Interna sobre o Relatório de Gestão TCU - 2016.....	142
10.8	Aprovação pelo Conselho do Relatório de Gestão TCU - 2016.	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.2	Identificação da unidade	12
Quadro 1.4	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	16
Quadro 1.5	Macroprocessos Finalísticos	20
Quadro 2.2.1.A	Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC– OFSS 20YW	24
Quadro 2.2.1.B	Ação de Responsabilidade da UPC – OFSS 2000	25
Quadro 2.2.1.C	Ação de Responsabilidade da UPC – OFSS – 0181	26
Quadro 2.2.1.D	Ação de Responsabilidade da UPC– OFSS 20TP	27
Quadro 2.2.1.E	Ação de Responsabilidade da UPC – OFSS 2004	28
Quadro 2.2.1.F	Ações Relacionadas de Responsabilidade da UPC – OFSS 2010	29
Quadro 2.2.1.G	Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 2011	30
Quadro 2.2.1.H	Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 2012	31
Quadro 2.2.1.I	Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 09HB	32
Quadro 2.2.1.J	Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 00M1	33
Quadro 2.2.1.K	Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 216H	34
Quadro 2.3.A	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	35
Quadro 2.3.B	Despesas por Grupo e Elementos de Despesa.	36
Quadro 3.3.2	Cumprimento das Recomendações da CGU	48
Quadro 3.4	Processos administrativos disciplinares e sindicâncias vigentes em curso em 2016	53
Quadro 3.5	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC	55
Quadro 4.1.1.A	Força de Trabalho da UPC	58
Quadro 4.1.1.B	Distribuição da Lotação Efetiva – Situação Apurada em 31/12/2016	59
Quadro 4.1.1.C	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificas da UPC	60
Quadro 4.1.2	Despesas com Pessoal	62
Quadro 4.1.4.1	Contratos de Prestação de Serviços não Abrangido pelo Plano de Cargos da Unidade	65
Quadro 4.1.4.2	Composição do Quadro de Estagiários	66
Quadro 4.2.1.A	Gestão da Frota de Veículos Próprios – CTN/SP e Unidades Descentralizadas	67
Quadro 4.2.1.B	Classificação, Utilização e Caracterização dos Veículos Oficiais – CTN/SP / Unidades Descentralizadas	68
Quadro 4.2.1.C	Custo anual com a frota de veículos de propriedade Fundacentro CTN/SP e Unidades Descentralizadas – Exercício 2016	68
Quadro 4.2.1.C.1	Custo anual com a frota de veículos de propriedade da Fundacentro – individualizado CTN/SP e Unidades Descentralizadas – Exercício 2016	68
Quadro 4.2.1.D	Média Anual de quilometragem rodada por unidade – Exercício 2016	69
Quadro 4.2.1.E	Idade dos Veículos por unidade – Exercício 2016	70
Quadro 4.2.3.A.1	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional.	76
Quadro 4.2.3.A.2	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional	77
Quadro 4.2.3.3	Discriminação de Imóveis Locados pela UPC.	77
Quadro 4.3.1	Composição de Servidores, Terceirizados e Estagiários da área de TI	78
Quadro 4.3.4	Principais Sistemas de Informação da UPC	79
Quadro 4.3.5	Controles Internos	82
Quadro 4.3.6	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.	84
Quadro 6.2 -	Grupo Contábil X Metodologia de Avaliação	89
Quadro 7.2.A –	Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	91
Quadro 7.2.B –	Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	91
Quadro 7.2.C –	Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	92
Quadro 7.2.D –	Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	92
Quadro 7.2.E –	Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	93
Quadro 7.4.1.A	Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00	95
Quadro 7.4.1.B.1	Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00	96
Quadro 7.4.1.B.2	Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00	97
Quadro 7.4.1.B.3	Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00	98
Quadro 7.4.1.B.4	Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00	99
Quadro 7.4.2.A.1	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	100

Quadro 7.4.2.A.2	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	101
Quadro 7.4.2.A.3	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	102
Quadro 7.4.2.A.4	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	103
Quadro 7.4.2.A.5	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	105
Quadro 7.4.2.A.6	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	105
Quadro 7.4.2.A.7	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	106
Quadro 7.4.2.A.8	Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00	107
Quadro 7.4.2.B.1	Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00	108
Quadro 7.4.2.B.2	Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00	100
Quadro 7.4.2.B.3	Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00	110
Quadro 7.4.2.B.4	Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00	111
Quadro 7.4.2.B.5	Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00	112

Lista de Figuras

Figura 1 –	Alta Administração	14
Figura 2 –	Diretoria Executiva	14
Figura 3 –	Diretoria Técnica	15
Figura 4 –	Diretoria de Administração e Finanças	15

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão de 2016 da **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro**, vinculada ao Ministério do Trabalho – MT, foi desenvolvido em consonância com a IN TCU no 63/2010, alterada pela IN TCU no 72/2013, e as DN TCU no 146/2015, DN TCU no 147/2015, da Portaria TCU no 321/2015 e das orientações do Órgão de Controle Interno (Portaria CGU no 522/2015).

No ano em que a Fundacentro completou 50 anos, o que se observou foi um período bastante conturbado, em termos de mudanças na alta gestão da instituição, visto que passaram por ela nada menos que cinco Presidentes e três diretores executivos, culminando ao final do ano de 2016 com as nomeações do novo Presidente o senhor Paulo Ricardo Arsego, um novo Diretor Executivo o senhor Odair de Brito Franco e uma nova Diretora de Administração e Finanças a senhora Leonice Alves da Paz, que convergem na proposta de somar esforços para implementação de ações que possibilitem a recuperação do protagonismo da Fundacentro, que perpassa por mudanças de cunho de gestão e de cultura organizacional

Os 30 candidatos, aprovados no concurso para o cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, em atendimento a determinação do Ministério Público da União para substituição de terceirizados para o cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, nomeados em 2015, passaram a integrar as diversas áreas de nossa administração e em muito contribuíram para a gestão da Fundacentro.

Contudo, as dificuldades enfrentadas nas atividades fim e meio só se agravaram neste ano de 2016, visto que o número de aposentadorias atingiu a Fundacentro foi de 23 servidores, forçando-a até mesmo diminuir volume de pesquisas no importante campo da saúde e segurança do trabalho.

Diante deste escopo a atual gestão em tratativas com os órgãos competentes iniciou processo para a realização de um novo concurso tanto suprir seu quadro tanto na área administrativa como na área de pesquisa e disseminação do conhecimento. Sendo que o montante de vagas a ser solicitadas girara em torno de 190.

A estratégia iniciada em 2015 foi mantida em 2016 cujo foco foi intensificar as parcerias com instituições públicas e privadas, no país e no exterior, especialmente, com o Ministério Público do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, para o desenvolvimento de projetos e atividades em Segurança e Saúde no Trabalho - SST, que pudessem contribuir ainda mais para reduzir os problemas de nossos trabalhadores ao nortear a elaboração de políticas públicas no campo da SST.

Por fim, a Fundacentro se coloca à disposição dos órgãos de controle e da sociedade, para maiores esclarecimentos sobre suas contas ordinárias e de seus processos de gestão

1. VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competência.

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro foi instituída pela Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, e se constitui numa fundação pública federal de direito público vinculada ao Ministério do Trabalho, com prazo de duração indeterminado, sede e foro na cidade de São Paulo, cuja gestão é regida por um Estatuto, aprovado pelo Decreto Nº 4.663, de 02 de abril de 2003, e por um Regimento Interno, aprovado pela Portaria Nº 123, de 7 de fevereiro de 1997.

Como instituição fundacional a Fundacentro goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme dispõe o § 2º do art. 207 da Constituição e de seu Estatuto, § 1º do art. 1.

Conforme seu Estatuto, a Fundacentro, tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho e, especialmente:

- I. pesquisar e analisar o meio ambiente do trabalho e do trabalhador, para a identificação das causas dos acidentes e das doenças no trabalho;
- II. realizar estudos, testes e pesquisas relacionados com a avaliação e o controle de medidas, métodos e de equipamentos de proteção coletiva e individual do trabalhador;
- III. desenvolver e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra profissional, relacionados com as condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;
- IV. promover atividades relacionadas com o treinamento e a capacitação profissional de trabalhadores e empregadores;
- V. prestar apoio técnico aos órgãos responsáveis pela política nacional de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como a orientação a órgãos públicos, entidades privadas e sindicais, tendo em vista o estabelecimento e a implantação de medidas preventivas e corretivas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- VI. promover estudos que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade referentes às condições de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador; e
- VII. exercer outras atividades técnicas e administrativas que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado do Trabalho.

Para o atendimento de sua finalidade, e conforme seu estatuto parágrafo único do art. 2, a Fundacentro, poderá celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com os governos das três esferas, universidades e estabelecimentos de ensino, bem como com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, para o fim de obter ou prestar colaboração e assistência em atividades destinadas à promoção e ao desenvolvimento de programas e projetos nas áreas de sua competência, observada a legislação pertinente.

Além destas atribuições, definidas em seu Estatuto, foram adjudicadas à Fundacentro ações pertinentes à Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto Nº 7.602, de 07 de novembro de 2011, são elas:

1. elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador;
2. produzir análises, avaliações e testes de medidas e métodos que visem à eliminação ou redução de riscos no trabalho, incluindo equipamentos de proteção coletiva e individual;
3. desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho;
4. difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador;
5. contribuir com órgãos públicos e entidades civis para a proteção e promoção da saúde do trabalhador, incluindo a revisão e formulação de regulamentos, o planejamento e desenvolvimento de ações interinstitucionais; a realização de levantamentos para a identificação das causas de acidentes e doenças nos ambientes de trabalho; e
6. estabelecer parcerias e intercâmbios técnicos com organismos e instituições afins, nacionais e internacionais, para fortalecer a atuação institucional, capacitar os colaboradores e contribuir com a implementação de ações globais de organismos internacionais.

A aplicação prática da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho é realizada por meio do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PLANSAT, publicado em abril de 2012, e que foi construído a partir do diálogo e da cooperação entre órgãos governamentais e representantes dos trabalhadores e dos empregadores. De forma geral, a Fundacentro participa de todas as estratégias e ações estabelecidas por este Plano e, especificamente, das estratégias:

- **Estratégia 7.1** – Inclusão de Conhecimentos Básicos em Prevenção de Acidentes e Segurança e Saúde no Trabalho no Currículo do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada, sendo diretamente responsável pela ação 7.1.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e segurança e saúde no trabalho a serem incluídos;
- **Estratégia 7.2** – Inclusão de Conhecimentos Básicos em Segurança e Saúde no Trabalho no Currículo dos Programas de Aprendizagem, do Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior, assim como nos Cursos para Empreendedores, sendo diretamente responsável pela ação 7.2.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em segurança e saúde no trabalho a serem incluídos;
- **Estratégia 7.3** – Revisão de Referências Curriculares para a Formação de Profissionais em Segurança e Saúde no Trabalho de Nível Técnico, Superior e Pós-Graduação, sendo diretamente responsável pela ação 7.3.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para revisão de referências curriculares em segurança e saúde no trabalho; e
- **Estratégia 8.1** – Realização e Apoio ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Pertinentes a Segurança e Saúde no Trabalho Atendendo Prioridades Nacionais e Regionais, sendo diretamente responsável pela ação 8.1.3 – Construção articulada e disponibilização *on-line* de diagnósticos e análises da infraestrutura e recursos do sistema nacional da segurança e saúde no trabalho, bem como da situação dos acidentes e doenças do trabalho, na forma de perfis nacionais a serem continuamente atualizados e aprimorados.

1.2 Identificação e Normas de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.

Seguem, no quadro a seguir, as informações relativas à identificação da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro:

Quadro 1.2 – Identificação da unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo		Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho	Código SIORG: 2844
Identificação da Unidade			
Denominação Completa: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho			
Denominação Abreviada: Fundacentro			
Código SIORG: 221		Código LOA: 38201	Código SIAFI: 264001
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 62.428.073/0001-36	
Principal Atividade: Administração Pública Federal Indireta			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:		(11) 3066-6000	(11) 3066-6122
			(11) 3066-6152
Endereço Eletrônico: presidencia@fundacentro.gov.br			
Página na Internet: http://www.fundacentro.gov.br			
Endereço Postal: Rua Capote Valente, nº 710, Pinheiros, CEP 054009-002, São Paulo/SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 5.161 de 21 de outubro de 1966, publicada no DOU de 25.10.1966 e retificada em 31.10.1966			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003, e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 123, de 7 de fevereiro de 1997			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
264002	Escritório de Representação no Mato Grosso do Sul		
264003	Escritório de Representação em Campinas		
264004	Escritório de Representação da Baixada Santista		
264005	Centro Regional de Minas Gerais		
264006	Centro Regional de Brasília		
264007	Centro Regional de Pernambuco		
264008	Centro Regional da Bahia		
264009	Centro Estadual do Espírito Santo		
264010	Centro Estadual do Paraná		
264011	Centro Estadual de Santa Catarina		
264012	Centro Estadual do Rio de Janeiro		
264013	Centro Estadual do Rio Grande do Sul		
264014	Centro Estadual do Pará		

Nota: O Escritório de Representação da Baixada Santista, desativado no ano de 2010, foi reativado parcialmente em 2015, tendo sido obtida a cessão de imóvel com a Secretária de Patrimônio da União – SPU, situado na Avenida Ana Costa nº 21, Vila Mathias, Município de Santos, onde serão retomadas as atividades deste Escritório de Representação para as instalações definitivas, visto que a mesma ainda se encontra em reforma.

1.3 Ambiente de Atuação.

A Segurança e Saúde do Trabalho – SST é considerada uma componente estratégica para qualquer nação, seja ela desenvolvida ou em desenvolvimento. Porém, a atuação das instituições e profissionais que atuam no incremento e cumprimento das atividades de SST, em muitas das vezes esbarra nos interesses econômicos dos empregadores e/ou na falta de informação dos empregados.

Os acidentes de trabalho, bem como as doenças advindas, direta ou indiretamente, das atividades laborais geram custos para o sistema público de saúde, para o sistema previdenciário, para empregadores e para empregados. Entretanto, ainda são inúmeras as situações que precipitam em algum tipo de acidente do trabalho ou de doença profissional, com a agravante de que embora não tenhamos eliminado boa parte dos fatores condicionantes dos mesmos, ainda enfrentamos o surgimento de novos fatores e vetores causadores destes problemas em função de novas tecnologias

de produção, de mudanças nas relações de trabalho, que levam a precarização, e de uma série de outros fatores socioeconômicos, mas sem dúvida o desemprego é o maior deles, pois induz o trabalhador a aceitar qualquer trabalho e a qualquer condições, muitas das vezes, num ambiente do trabalho bastante comprometido.

É neste espaço que a Fundacentro, como principal instituição, atua na produção e difusão de conhecimento para reduzir ou eliminar os riscos de acidentes e doenças profissionais, visando minimizar os seus custos e, portanto, contribuindo para o crescimento econômico sustentável do Brasil, mas de forma a patrocinar cada vez mais ao trabalhador o “trabalho digno”. Cabe destacar que várias são as instituições que, no Brasil, atuam no campo da SST, como diversas universidades e escolas. Entretanto, deve-se considerar que estas instituições agem setorialmente e com interesses diversos, podendo até mesmo sofrer a influência do mercado. Contudo, somente a Fundacentro atua com a maior isenção possível, por possuir uma forte atuação tripartite ao analisar os problemas e soluções dos pontos de vistas do trabalhador x governo e empregador.

Esta atuação tripartite da Fundacentro se configura numa importante característica para o diferencial dos produtos e serviços de nossa instituição, sobretudo, ao nos preocuparmos não somente atuarmos de forma abrangente nos diversos ramos de atividades econômicas, mas, principalmente, focados na finalidade social e precípua que prioriza o interesse público no geral, e é, por esta razão, que ela é solicitada a atuar apoiando outros órgãos governamentais do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público além de sindicatos e confederações, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente. Esta forma de atuação e oferecimento de serviços em SST não existem similares no país.

Para atingir seus objetivos a Fundacentro também se relaciona, além destes órgãos, com outros diversos parceiros por meio de Acordos de Cooperação, Protocolos de Intenções ou instrumentos congêneres. O relacionamento com os cidadãos-usuários concretiza-se por meio dos canais de serviço já descritos no item 5 deste Relatório de Gestão.

Pelo conjunto do exposto até aqui a Fundacentro tem o reconhecimento de sua excelência por todos os seus parceiros institucionais, e pelo ineditismo e a importância de seus estudos tem a liderança, na América Latina, no campo da pesquisa na área de segurança e saúde no trabalho. Além disso, a instituição é oficialmente Centro Colaborador da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, no campo da Segurança e Saúde no Trabalho, e se encontra em processo de revalidação, também como Centro colaborador, da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Por último, é importante destacar que estas diretrizes de trabalho são unificadas para toda a organização, não se aplicando, portanto, apenas ao Centro Técnico Nacional, sede da instituição, mas a todas as Unidades Descentralizadas, que as observam no planejamento e execução de ações de pesquisa e difusão de conhecimentos.

Uma vez conhecido o ambiente de atuação da Fundacentro veremos a seguir como a mesma se encontra estrutura tanto em sua alta gestão como em suas principais diretorias, destacado nos organogramas funcionais apresentados nas figura 1 a 4, bem como se comportou o quadro de seus principais gestores no ano de 2016 consolidado no quadro 2.

1.4 Organograma.

O organograma funcional da Fundacentro é apresentado nas Figuras 1 a 4, a seguir.

Figura. 1. - Alta Administração

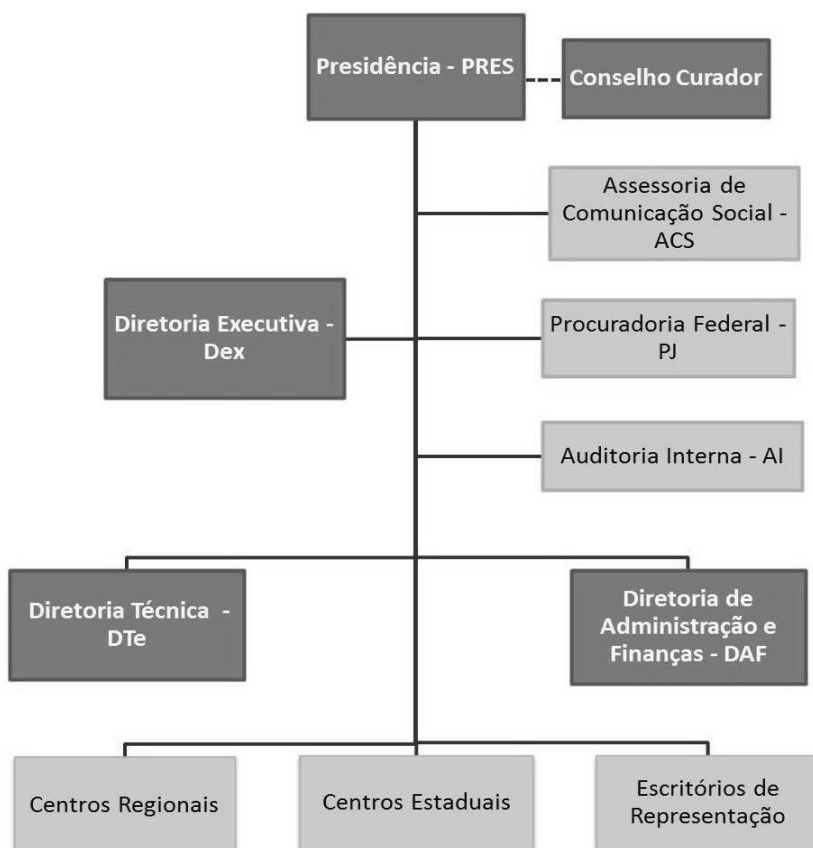


Figura - 2. Diretoria Executiva

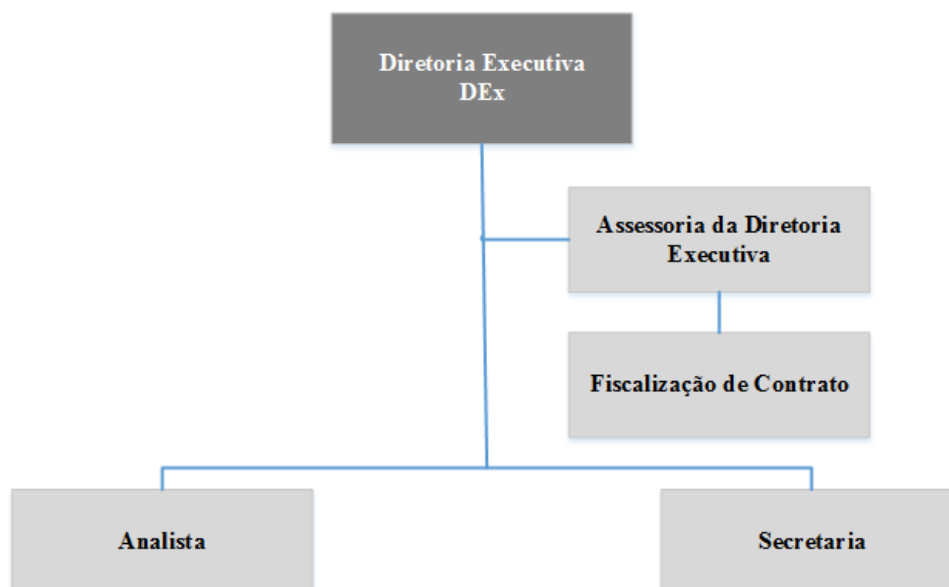
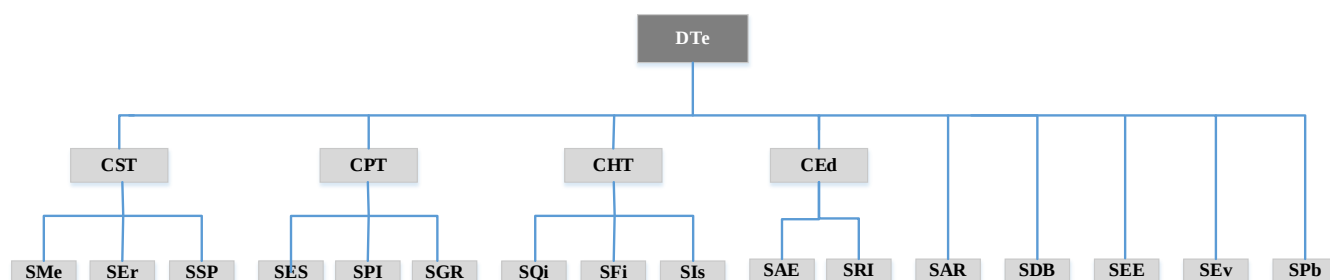
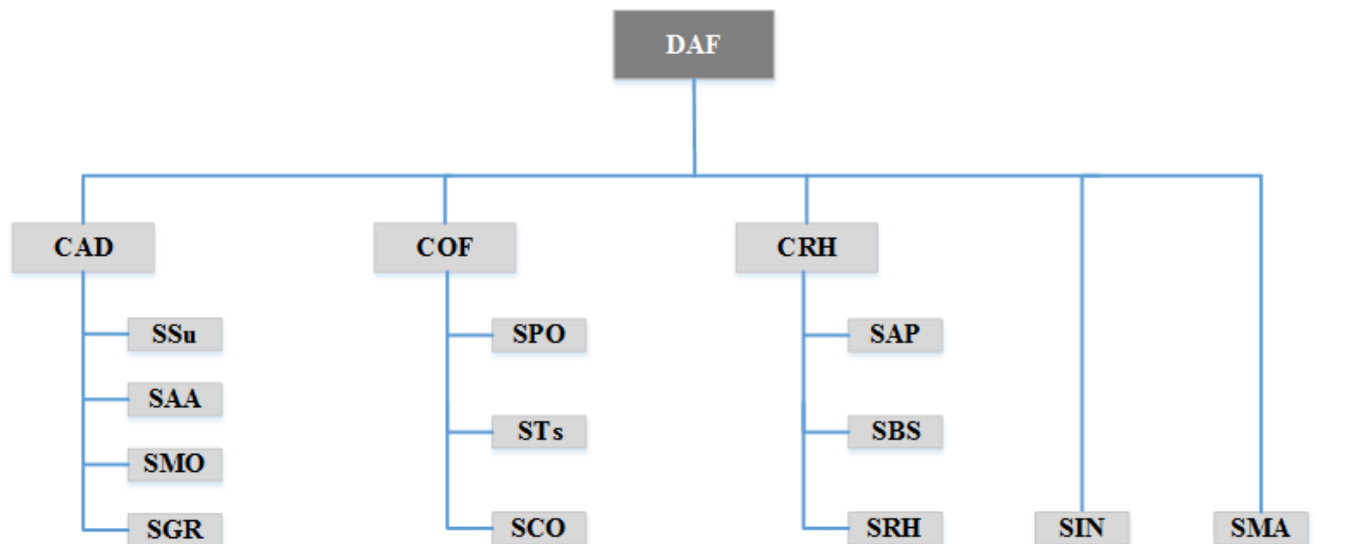


Figura - 3. Diretoria Técnica



DTe	– Diretoria Técnica	SGR	– Serviço de Gerenciamento de Riscos
CST	– Coordenação de Saúde no Trabalho	SQi	– Serviço de Riscos Químicos
CPT	– Coord. de Segurança no Proc. de Trabalho	SFi	– Serviço de Riscos Físicos
CHT	– Coordenação de Higiene no Trabalho	SIIs	– Serviço de Instrumentação
CEd	– Coordenação de Educação	SAE	– Serviço de Ações Educativa
SMe	– Serviço de Medicina	SRI	– Serviço de Recursos Instrucionais
Ser	– Serviço de Ergonomia	SAR	– Serviço de Atividades Rurais
SSP	– Serviço de Sociologia e Psicologia	SDB	– Serviço de Documentação e Biblioteca
SES	– Serviço de Equipamentos de Segurança	SEE	– Serviço de Epidemiologia e Estatística
SPI	– Serviço de Processos Industriais	SEv	– Serviço de Eventos
		SPb	– Serviço de Publicações

Figura 4 - Diretoria de Administração e Finanças



DAF	– Diretoria de Administração Financeira	CRH	– Coordenação de Recursos Humanos
CAD	– Coordenação de Administração	SAP	– Serviço de Administração de Pessoal
SSu	– Serviço de Suprimento	SBS	– Serviço de Benefícios
SAA	– Serviço de Atividades Auxiliares	SRH	– Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos
SMO	– Serviço de Manutenção e Obras	SIn	– Serviço de Informática
SGr	– Serviço Gráfico	SMA	– Serviço de Organização e Modernização Administrativa
COF	– Coordenação de Administração e Finanças		
SPO	– Serviço de Planejamento e Orçamento		
STs	– Serviço de Tesouraria		
SCO	– Serviço de Contabilidade		

Quadro 1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências (descrição sucinta)	Cargo	Titular	Período de Atuação
Presidência	- Representar e dirigir a Fundacentro de acordo com a missão da instituição e as disposições legais. - Divulgar as finalidades e realizações da Fundacentro para a sociedade. - Promover ações integradas da Fundacentro com o Ministério do Trabalho e outros órgãos governamentais.	Presidente	Maria Amélia Gomes de Souza Reis	01/01 à 07/04/2016
			Josué Amador da Silva (Substituiu a Presidente)	01/01 à 07/04/2016
			Luiz Henrique Rigo Muller	07/04 à 13/09/2016
			Amarildo Alcino de Miranda (Interinamente)	13/09 à 07/11/2016
			Paulo Ricardo Arsego	07/11 à 31/12/2016
Diretoria Executiva	- auxiliar o Presidente na formulação, direção e implementação das políticas técnico-científicas e administrativas; - assistir ao Presidente no relacionamento com a imprensa e nas atividades de relações públicas, representação política e social da FUNDACENTRO; e - supervisionar e avaliar as atividades técnicas e administrativas da FUNDACENTRO - participar, na qualidade de membro nato, das reuniões do Conselho Curador.	Diretor Executivo	Luiz Henrique Rigo Muller	01/01 à 07/04/2016
			Jorge Marques Pontes (como Substituto da DEX)	07/04 à 17/10/2016
			Odair de Brito Franco	12/12 à 31/12/2016
Diretoria Técnica	Desenvolver, planejar, promover, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades técnico-científicas relacionadas ao campo da segurança e saúde no trabalho.	Diretor Técnico	Robson Spinelli Gomes	01/01 à 31/12/2016
Diretoria de Administração e Finanças	Planejar, coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à gestão e ao gerenciamento da Fundacentro.	Diretor Administrativo Financeiro	Sergio Luiz Pereira	01/01 à 09/05/2016
			Dalton Tria Cusiano	11/05 à 12/12/2016
			Leonice Alves da Paz	12/12 à 31/12/2016
Assessoria de Comunicação Social	- Assistir à Presidência no relacionamento com a imprensa e nas atividades de relações públicas, representação política e social da Fundacentro. - Coordenar e executar ações de divulgação e informação à imprensa e de publicidade institucional e social. - Assegurar ampla divulgação das atividades da Fundacentro para a sociedade.	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	Alexandra Rinaldi	01/01 à 31/31/2016
Procuradoria Federal da Fundacentro	- Representar judicial e extrajudicialmente a Fundacentro - Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e coordenar as atividades jurídicas da Fundacentro. - Analisar previamente e emitir parecer sobre instrumentos e documentos com validade legal a serem firmados pela Fundacentro.	Procurador-chefe	Ricardo Cardos da Silva	01/01 à 31/12/2016
Auditoria Interna	- Assistir à Presidência e ao Conselho Curador quanto ao controle do patrimônio e a gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos. - Orientar tecnicamente quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos. - Executar as atividades de auditoria interna.	Chefe da Auditoria Interna	Benedito Silva Guimarães Filho	01/01 à 31/31/2016
Centros Regionais, Centros Estaduais e Escritórios de Representação	Executar ações específicas, em nível regional, estadual e local, respectivamente, nas áreas de atuação da entidade e coordenar a realização de estudos e pesquisas para atender a situações de interesse local.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

1.5 Macroprocessos Finalísticos.

Desde 2014, quando a instituição passou a participar da elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a Fundacentro vem trabalhando com três macroprocessos finalísticos, abaixo descritos. Todos esses macroprocessos estão voltados ao cumprimento de sua missão, que é a produção e difusão de conhecimentos que contribuam para a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores em geral, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente.

Nesse sentido melhor consolidar as ações e seus consequentes resultados, e, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União - TCU, a Fundacentro fez com que seus macroprocessos se refletissem nas ações do Plano Plurianual - PPA. Dessa forma, foi apresentada, ao MTE, uma proposta para que a Fundacentro tivesse três metas, contudo, apenas duas foram aprovadas, sendo elas:

- **Meta 0408** - Alcançar 4 milhões de pessoas por meio de ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho;
- **Meta 0409** - Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho.

Uma vez estabelecidas estas duas metas, a Fundacentro passou a relacionar seus macroprocessos 2 e 3 à meta 0408 (alcançar 4 milhões de pessoas ...), enquanto que o macroprocesso 1 está refletido na meta 0409 (Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas ...).

Diante deste escopo no exercício de 2016 a Fundacentro apresentou os seguintes desempenho para cada um de seus macroprocessos:

1. Realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador

Este macroprocesso tem por base projetos sobre temas específicos em segurança e saúde no trabalho, os quais são caso a caso avaliados e se a contento aprovados anualmente. Projetos estes que são agrupados em diferentes programas conforme seus diferentes temas, e são coordenados por servidores da Fundacentro, que tenham formação específica adequada para fazê-la, que normalmente estão lotados em setores subordinados à Diretoria Técnica. Já as equipes dos projetos são compostas por outros servidores da instituição, por profissionais pertencentes a outras instituições públicas ou privadas, ou ambos.

A finalidade dos projetos envolve normalmente a identificação e a contextualização de determinado problema, propondo, ao final medidas e recomendações aplicáveis à situação de trabalho investigada. Os projetos também podem ser iniciados a partir de demandas de órgãos públicos da União, Estados e Municípios, do Ministério Público, de entidades de classe, de organizações não governamentais, governos de outros países, organismos internacionais e outras instituições, mas sempre voltados para emissão de relatórios, informes e pareceres técnico-científicos na área de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente.

Ao término das pesquisas os resultados e conclusões obtidos são divulgados pelos canais mais adequados a cada situação, sendo que no exercício de 2016 foram publicados 20 artigos, 1 livro, 3 capítulos de livro, 12 trabalhos em anais de evento, 6 relatórios e pareceres técnicos, 13 dissertações de mestrado/teses de doutorado, totalizando-se 55 pesquisas/estudos publicados.

Cabe destacar a relevância do Programa de Pós-Graduação de Mestrado *stricto sensu* da Fundacentro – Trabalho, Saúde e Ambiente, para o cumprimento da meta deste macroprocesso, visto que ele contribuiu, com 13 dissertações defendidas, para a ampliação do número de pesquisas publicadas, o que, inclusive, tem permitido superar a meta nos últimos anos.

Também é importante salientar que a produção (execução física) em Ciência e Tecnologia não guarda uma relação direta com a execução financeira, já que as pesquisas têm diferentes prazos de maturação, além do que a materialização dos produtos depende de fatores que não estão sob o controle da instituição, como por exemplo, os prazos para análise dos trabalhos submetidos aos periódicos.

2. Desenvolver ações educativas relacionadas com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho.

Nesse macroprocesso as ações ocorrem por meio de cursos e outros eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga superior a 8 horas, que são normalmente organizados e gerenciados pela Coordenação de Educação e pelo Serviço de Eventos.

Para cada curso ofertado são elaborados ou atualizados materiais didáticos em função do conteúdo programático do mesmo, bem como é avaliada a carga horária mais adequada, o público-alvo e a metodologia de ensino que será utilizada.

A divulgação do curso é feita pela Assessoria de Comunicação Social – ACS, no sítio da Fundacentro na internet, em mídias sociais, ficando a cargo da Coordenação de Educação a responsabilidade pela emissão dos certificados, os quais, desde 2013, passaram a ser emitidos no formato eletrônico e atualmente podem ser obtidos pelo próprio aluno após solicitação por meio de formulário próprio no sítio da Fundacentro.

Durante o ano 2016, foram capacitadas 4107 pessoas por meio destes cursos/ eventos realizados no Centro Técnico Nacional em São Paulo e nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro, distribuídas por todo o território nacional.

Neste ano se destacaram, a realização do III Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário, na cidade de Santos (SP), entre os dias 21 e 24 de novembro; o VII CMATIC - Congresso Nacional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria na Construção, em Brasília-DF, no período de 12 a 15 de abril; a XI Semana da Pesquisa da FUNDACENTRO, ocorrida em São Paulo (SP) no Centro Técnico Nacional - CTN, entre os dias 17 a 20 de outubro. Cabe destacar que nestes eventos, mais de 1200 participantes de várias áreas do conhecimento e representando diversos segmentos, como trabalhadores, academia, empregadores, a órgãos de governo, discutiram soluções para os diferentes problemas de SST por meio de conferências, palestras, debates e em apresentações de trabalhos científicos.

3. Difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador.

No ano de 2016 as ações, voltadas a este macroprocesso, ocorreram por meio de eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga inferior a 8 horas, que compreenderam diferentes assuntos em SST, cujas principais formas para atingimento do público foram pela distribuição de materiais técnico-científicos em SST e pelo atendimento direto ao público, respondendo a dúvidas técnicas e pelo recebimento de visitantes em nossas instalações para difusão de conhecimentos técnicos. Estas ações foram realizadas tanto no CTN em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.

Outro importante vetor para o cumprimento dos objetivos desse macroprocesso se deve à atuação da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – RBSO, revista científica indexada na SciELO e que possui classificação Qualis-B1 da CAPES. Sendo que a cada ano essa importante publicação vem ganhando maior visibilidade e credibilidade, o que se comprova pelo número crescente de artigos submetidos e de downloads dos artigos publicados nela publicados nos últimos anos.

Ainda em relação à RBSO compete-nos destacar que a partir de 2016, a revista adotou definitivamente o formato *on-line* e deixou de ser publicada no formato de edições seriadas (números). O periódico também deixou de ter edições periódicas impressas. Assim, passa a manter apenas um volume anual com a publicação individualizada de manuscritos. Essa modalidade é uma das opções da denominada publicação contínua, na qual os manuscritos aprovados são publicados on-line assim que se são completados os processos avaliação e editoração do material submetido à comissão editorial.

A RBSO está hoje indexada nas seguintes bases: CAB Abstracts; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Global Health; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (REDALYC); Red Panamericana de Información en Salud Ambiental / Biblioteca Virtual en Desarrollo Sostenible y Salud Ambiental (REPIDISCA/BVSDE); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (LATINDEX).

A revista também integra o Portal de Periódicos da CAPES e em seu sistema Qualis, que classifica anualmente os periódicos científicos em que se publica a produção científica brasileira, a RBSO foi classificada desde 2015, último ano disponível no Portal, como B1 em Saúde Coletiva. Assim, desde ano passou a integrar o grupo dos 100 periódicos brasileiros mais citados, segundo o Google Acadêmico.

O aumento da visibilidade da RBSO pode ser comprovado pelo número expressivo de downloads de seu conteúdo publicado nos últimos anos. Sendo que em 2016 foram efetuados 371.938 downloads de artigos, no portal do SciELO e 3.788 downloads de edições completas, no portal da Fundacentro.

Por último, compete-nos destacar que todo material técnico-científico produzido pela Fundacentro é disponibilizado para a sociedade por meio de diferentes mídias, distribuídas pelo Serviço de Documentação e Biblioteca ou pelo Serviço de Informática no portal da instituição, sendo que em 2016, houve um aumento expressivo de downloads em substituição a publicações impressas e mídias eletrônicas. Isso pode ser facilmente observado pelo expressivo número de downloads de publicações e do e pelo crescente acesso aos vídeos técnicos no Youtube institucional (<https://www.youtube.com/user/fundacentrooficial>), que no ano de 2016 atingiram mais de 600 mil downloads e mais de 600 mil acessos no Youtube institucional

Quadro 1.5 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador	Tem por objetivo desenvolver pesquisas e estudos visando a produção de conhecimento científico e tecnológico sobre segurança e saúde no trabalho. O macroprocesso é realizado por meio de projetos sobre temas específicos em segurança e saúde no trabalho, avaliados e aprovados anualmente. Os cronogramas normalmente envolvem a identificação e a contextualização de problema ou tema em segurança e saúde no trabalho, propondo, ao final, medidas e recomendações aplicáveis à situação de trabalho investigada. Os projetos também podem ser iniciados a partir de demandas de entes públicos ou privados nacionais ou estrangeiros. No final do processo, são emitidos relatórios, informes e pareceres técnico-científicos.	Artigos científicos em publicações especializadas; relatórios de pesquisas; apresentações, impressas ou orais, em eventos científicos nacionais e internacionais; relatórios técnicos; pareceres; laudos; regulamentos; normas, Teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias e trabalhos de conclusão de curso.	Órgãos de governo, sindicatos, profissionais em SST, empresas públicas e privadas.	Diretoria Técnica e setores subordinados, exceto os Serviços de Publicações, de Eventos, de Documentação e Biblioteca e de Recursos Instrucionais.
Desenvolver ações educativas relacionadas com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho	Tem por objetivo contribuir para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações ocorrem por meio de cursos e outros eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga superior a 8 horas. Para os cursos são elaborados ou atualizados materiais didáticos em função do conteúdo programático, da carga horária, do público-alvo e da metodologia de ensino que é utilizada. Os cursos são realizados tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.	Pessoas capacitadas; cursos de curta duração; oficinas de trabalho; seminários, congressos, simpósios e outros eventos.	Sindicalistas, profissionais em SST, agentes de fiscalização, outros agentes públicos, empregadores e gestores.	Diretoria Técnica, setores subordinados e Serviço Gráfico.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador	Tem por objetivo contribuir para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações ocorrem por meio de eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga inferior a 8 horas com a exposição de diferentes assuntos em SST, pela distribuição de materiais técnico-científicos em SST e pelo atendimento direto ao público, respondendo a dúvidas técnicas e recebendo visitantes em suas instalações para difusão de conhecimentos técnicos. Estas ações são realizadas tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.	Pessoas alcançadas; distribuição de materiais nas formas impressa, audiovisual ou eletrônica, como a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, revista científica editada pela Fundacentro; outras publicações técnicas e de divulgação, como livros, manuais, regulamentos técnicos, anais, livretos, cartilhas, histórias em quadrinhos; outros materiais, como folhetos, cartazes e folderes; filmes; programas de rádio; vídeos publicados na internet; materiais publicados no sítio da instituição na internet.	Profissionais de SST, estudantes e outros interessados.	Diretoria Técnica, setores subordinados e Serviço de Informática.

Fonte: DTe

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.

2.1 Planejamento Organizacional.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A Fundacentro não possui programa temático ou objetivo sob sua responsabilidade no PPA 2016-2019. A UPC participa do Programa: 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, no Objetivo: 0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, sendo responsável pelas metas:

- **0408** - Alcançar 4 milhões de pessoas por meio de ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho;
- **0409** - Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho

A instituição é responsável pela ação orçamentária 20YW – Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho

Em decorrência da fusão do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social surgiu a necessidade de rever o Planejamento Estratégico. Processo este que se iniciou no segundo trimestre de 2016, mas foi interrompido em decorrência da reversão da fusão. O processo foi reiniciado no segundo semestre, mas não foi concluído até o término do exercício.

2.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

Como mencionado anteriormente a Fundacentro, até por conta do desmantelamento físico e em termos de recursos humanos de sua Diretoria Executiva, não efetuou seu próprio Planejamento Estratégico, o qual deveria, independentemente de estarmos ligados ao Planejamento do Ministério do Trabalho, ser realizado todos os anos como principal forma a nortear as ações desta Instituição.

Quanto ao Planejamento do Ministério de Trabalho ele foi efetuado como base na metodologia do Balanced Score Card (BSC), sendo que sua Missão passa a ser: **Promover a cidadania pelo trabalho digno** e sua Visão **“Ser referência na promoção do trabalho digno, com excelência na prestação de serviços digitais até 2026”**. Dentro de seu escopo três resultados são esperados:

1. Fomentar oportunidade de trabalho, emprego e renda;
2. Garantir o direito ao trabalho digno; e
3. Facilitar o acesso aos serviços e as informações

Destes resultados derivam vários processos internos, sendo que a Fundacentro foi enquadrada no âmbito da **Disseminação do conhecimento e gestão participativa** e mais especificamente incrementar a produção e difusão de estudos, pesquisas, diagnósticos, inovações e avaliações relacionadas ao trabalho. Sendo que o indicador de cumprimento dos objetivos à Fundacentro determinados será **“Número de publicações de estudos e pesquisas voltados à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho”**.

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.

De acordo com a Lei nº 5.161/ 1966, que criou a Fundacentro, ela tem por objetivo principal realização de estudos e pesquisas relacionadas aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Já o Decreto nº 7.602/2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, de certa forma específica e/ou reforça o objetivo da instituição, bem como atribui à Fundacentro outras responsabilidades: **a)** elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador; **b)** desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho; e **c)** difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador. Sendo que estes encargos sempre estão presentes nas ações da Fundacentro e, sobretudo, em seu planejamento de forma a permitir o cumprimento de suas de suas responsabilidades.

2.1.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos.

O monitoramento é realizado trimestralmente, com os dados obtidos no Sistema de Gestão de Projetos e Atividades -- SGPA, sistema informatizado interno inteiramente desenvolvido pela área de tecnologia da informação da Fundacentro. Com ele é possível listar todas as atividades de pesquisa e disseminação de conhecimento, desde a concepção do projeto de pesquisa ou atividade até a finalização do mesmo, destacando-lhes, com base em dados alimentados pelos coordenadores de cada projeto, a evolução e/ou mesmo conclusão das etapas de cada um deles.

Este sistema, inclusive, permite que as áreas competentes, pelas funções atribuídas pelo estatuto da Fundacentro ou por seu Presidente, promovam o acompanhamento dos processos realizando tanto “críticas” à propositura de projetos como solicitação de correções ou prestação de contas sobre o não cumprimento de determinada objetivo. Contudo, a desarticulação das áreas competentes, quer por falta de servidores ou pela inadequada atuação de gestores anteriores, diminuiu e tem diminuído a eficácia deste monitoramento.

2.2 Desempenho Orçamentário.

2.2.1 Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária anual de responsabilidade da Unidade.

Quadro 2.2.1.A – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC– OFSS 20YW

Identificação da Ação						
Código		20YW			Tipo:	
Título		Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho				
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa		2071 - Trabalho, Emprego e Renda	Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.958.241,00	4.958.241,00	3.251.246,99	2.082.172,71	2.082.172,71		1.169.074,28
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudo/pesquisa publicado(a) (unidade)			Estudo/pesquisa publicado(a)	45		55
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.656.371,79	520.399,43	86.303,52				

Nota: O MT em atendimento ao Decreto nº 8.859, de 26 de setembro de 2016 e ao Ofício nº 68990/2016-MP, de 08.11.2016 da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, solicitou, no início do mês de novembro/2016, o bloqueio no valor de R\$ 1.882.642,00 (hum milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos quarenta e dois reais), a Fundacentro fez o rateio entre os recursos da Área Técnica e Administrativa, bloqueando o valor de R\$ 1.462.624,00 da Ação 20YW da área técnica.

Em meados do mês de dezembro/2016 o MTE, solicitou o desbloqueio, tendo em vista que a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, por meio do Ofício nº 77401/2016-MP, de 12.12.2016, não utilizaria as dotações orçamentárias bloqueadas anteriormente.

Quadro 2.2.1.B – Ação de Responsabilidade da UPC – OFSS 2000

Identificação da Ação						
Código		2000			Tipo:	
Título		Administração da Unidade				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego	Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.862.738,00	21.862.738,00	21.102.972,95	18.507.275,45	18.506.221,85		2.595.697,50
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não existe						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	Realizada
6.416.446,04	2.033.235,05	135.149,27				

Nota: O MT em atendimento ao Decreto nº 8.859, de 26 de setembro de 2016 e ao Ofício nº 68990/2016-MP, de 08.11.2016 da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, solicitou, no início do mês de novembro/2016, o bloqueio no valor de R\$ 1.882.642,00 (hum milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos quarenta e dois reais), a Fundacentro fez o rateio entre os recursos da Área Técnica e Administrativa, bloqueando o valor de R\$ 420.000,00 da Ação 2000 da Administração da Unidade.

Em meados do mês de dezembro/2017 o MTE, solicitou o desbloqueio, tendo em vista que a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, por meio do Ofício nº 77401/2016-MP, de 12.12.2016, não utilizaria as dotações orçamentárias bloqueadas anteriormente.

Quadro 2.2.1.C – Ação de Responsabilidade da UPC – OFSS - 0181

Identificação da Ação						
Código		0181			Tipo:	
Título		Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis				
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa		0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
26.000.000	38.651.862	30.274.615,99	30.274.615,99	30.274.615,99		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Servidor aposentado/pensionista				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
843,18	843,18					

Nota 1: Houve suplementação de crédito de R\$ 12.651.862,00.

2: O orçamento aprovado pela LOA 2016 era insuficiente para o pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis, sendo solicitado a suplementação ao MT. Houve suplementação de crédito em 22/12/2016 publicado pelo DOU e lançado pela fita SOF no valor de R\$ 8.548.632,00.

Quadro 2.2.1.D – Ação de Responsabilidade da UPC– OFSS 20TP

Identificação da Ação						
Código	20TP				Tipo:	
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa	2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego	Código		Tipo:		
Unidade Orçamentária	38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
42.091.351,00	52.962.253,00	41.889.668,48	41.889.668,48	41.889.668,48		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Remuneração a servidores efetivos em exercício		Servidores Ativos				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida	de	Realizada

Nota: Houve suplementação de crédito em 22/12/2016 publicado pelo DOU e lançado pela fita SOF no valor de R\$ 9.895.546,00, totalizando uma suplementação de crédito no ano de 2016 de R\$ 10.870.920,00.

Quadro 2.2.1.E – Ação de Responsabilidade da UPC – OFSS 2004

Identificação da Ação						
Código		2004			Tipo:	
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				
Iniciativa						
Objetivo			Código		Tipo:	
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego		Código		
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
900.000,00	900.000,00	630.985,56	630.985,56	630.985,56		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidores atendidos		Servidores beneficiados		303		231
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida	de	Realizada

Quadro 2.2.1.F – Ações Relacionadas de Responsabilidade da UPC – OFSS 2010

Identificação da Ação						
Código		2010			Tipo:	
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares				
Iniciativa						
Objetivo			Código		Tipo:	
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego		Código		
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
84.000,00	94.457,00	86.621,85	86.621,85	86.621,85		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança Atendida		Criança beneficiada		27		37
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida	de	Realizada

Nota: Houve suplementação de crédito R\$ 10.457,00.

Quadro 2.2.1.G – Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 2011

Identificação da Ação						
Código		2011			Tipo:	
Título		Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego		Código		Tipo:
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
180.000,00	180.000,00	136.984,30	136.984,30	136.984,30		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidores atendidos		Servidores beneficiados		75		57
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida	de	Realizada

Quadro 2.2.1.H – Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 2012

Identificação da Ação						
Código		2012			Tipo:	
Título		Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados, Militares				
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego		Código		Tipo:
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.560.000,00	1.615.197,00	1.600.084,91	1.600.084,91	1.600.084,91		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoas beneficiadas		Servidores beneficiados	303			284
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Nota: Houve suplementação de crédito R\$ 55.197,00.

Quadro 2.2.1.I – Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 09HB

Identificação da Ação						
Código		09HB			Tipo:	
Título		Contribuição da União (PSSS)				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego		Código		Tipo:
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.100.000,00	11.277.021,00	7.013.694,98	7.013.694,98	7.013.694,98		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Servidores/Comissionados				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada

Nota: Houve suplementação de crédito em 22/12/2016 publicado pelo DOU e lançado pela fita SOF no valor de R\$ 2.177.021,00.

Quadro 2.2.1.J – Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 00M1

Identificação da Ação						
Código		00M1			Tipo:	
Título		Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral				
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego	Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
109.620,00	109.620,00	82.297,10	82.297,10	82.297,10		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas beneficiadas		Pessoas beneficiadas		12		14
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em		Valor		Unidade medida	de	
1/1/2016	Valor Liquidado	Cancelado	Descrição da Meta			Realizada
591,32						

Quadro 2.2.1.K – Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS 216H

Identificação da Ação						
Código		216H			Tipo:	
Título		Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Mórdia				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego		Código	Tipo:	
Unidade Orçamentária		38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.663,00	61.663,00	49.822,01	49.822,01	49.822,01		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoas beneficiadas		Servidores Beneficiados	11		02	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida	de	Realizada

Nota: 1. O quadro Ações/Subtítulos – OFSS, **não foi incluído**, pois a Fundacentro tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados às ações orçamentárias detalhadas acima. Sendo assim, o preenchimento do referido quadro **Não se Aplica**.

2.. Também **foi incluído** o quadro Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS, pois em 2016 a Fundacentro não teve ações não mais previstas na LOA 2016 e respectivos restos a pagar não processados.

3. A Fundacentro não possui orçamento de investimento, portanto o quadro Ações – Orçamento de Investimento – OI, também não se aplica.

2.2.2 Análise situacional, incluindo os fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

Diversos fatores concorreram para que a execução financeira da ação finalística ficasse abaixo do previsto, incluindo a descontinuidade administrativa, problemas de fluxo de solicitações de compras, falta de pessoal na área administrativa, em parte suprida pela nomeação dos Assistentes empossados em 2015, e finalística.

Visando mitigar tais problemas algumas providências foram tomadas com destaque para alterações no fluxo de compra e contratações e a instituição de comissão para análise prévia de termos de referência.

Por outro lado, o cumprimento das metas foi possível, principalmente, em da consolidação da Pós-Graduação que tem contribuído para aumentar o número de pesquisas publicadas sem necessariamente aumentar nossos custos.

Dessa, forma entendemos que a execução física desta ação é compatível com a respectiva execução financeira, lembrando que no campo da Ciência e Tecnologia produção nem sempre guarda uma relação direta com esta última, uma vez as pesquisas têm diferentes prazos de maturação e a materialização dos produtos depende de fatores que não estão sob controle da instituição, como por exemplo, os prazos para análise dos trabalhos submetidos aos periódicos.

2.3 Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 2.3.A – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f + g)	15.710.372,98	15,32	14.223.022,28	14,52	15.710.208,91	15,32	14.144.770,51	14,46
Convite								
Tomada de Preços								
Concorrência								
Pregão	15.710.372,98	15,32	14.223.022,28	14,52	15.710.208,91	15,32	14.144.770,51	
Concurso								
Consulta								
Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
Contratações Diretas (h+i)	3.395.369,31	3,31	3.269.303,79	3,34	3.395.369,31	3,31	3.216.095,55	3,29
Dispensa	2.283.195,61		2.342.295,24		2.283.195,61		2.289.087,00	
Inexigibilidade	1.112.173,70		927.008,55		1.112.173,70		927.008,55	
Regime de Execução Especial	7.237,26	0,01	4.401,18	0	7.237,26	0,01	4.401,18	0
Suprimento de Fundos	7.237,26		4.401,18		7.237,26		4.401,18	
Pagamento de Pessoal (k+l)	83.412.970,78	81,36	80.461.715,08	82,14	83.412.081,25	81,36	80.461.715,08	82,25
Pagamento em Folha	83.241.243,79		80.296.976,23		83.240.354,26		80.296.976,23	
Diárias	171.726,99		164.738,85		171.726,99		164.738,85	
Total de despesas acima (1+2+3+4+5)	102.525.950,33		97.958.442,23		102.524.896,73		97.826.982,32	
Total das Despesas da UPC	102.525.950,33	100	97.958.442,23	100	102.524.896,73	100	97.826.982,32	100

Dados Extraídos do Tesouro Gerencial

Quadro 2.3.B – Despesas por Grupo e Elementos de Despesa.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 41.120.295	R\$ 41.227.990	R\$ 41.120.295	R\$ 41.227.990			R\$ 41.120.295	R\$ 41.227.990
Aposentadorias	R\$ 27.038.530	R\$ 23.988.616	R\$ 27.038.530	R\$ 23.988.616			R\$ 27.038.530	R\$ 23.988.616
Obrigações Patronais	R\$ 7.008.558	R\$ 8.191.004	R\$ 7.008.558	R\$ 8.191.004			R\$ 7.008.558	R\$ 8.191.004
Demais elementos do grupo	R\$ 4.284.525	R\$ 6.889.366	R\$ 4.284.525	R\$ 3.889.367			R\$ 4.284.525	R\$ 28.478.366
Juros e Encargos da Dívida								
Outras Despesas Correntes								
Locação de mão de obra	R\$ 14.561.756	R\$ 13.697.759	R\$ 12.492.304	R\$ 11.792.59	R\$ 2.069.452	R\$ 1.905.166	R\$ 12.492.140	R\$ 11.752.588
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 4.622.194	R\$ 5.203.415	R\$ 4.021.570	R\$ 4.100.116	R\$ 600.624	R\$ 1.103.299	R\$ 4.021.570	R\$ 4.096.672
Auxílio Alimentação	R\$ 1.600.084	R\$ 1.268.669	R\$ 1.600.084	R\$ 1.268.669	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.600.084	R\$ 1.268.669
Demais elementos do grupo	R\$ 4.136.825	R\$ 3.828.202	R\$ 3.942.855	R\$ 3.661.552	R\$ 193.969	R\$ 166.650	R\$ 3.941.966	R\$ 3.594.606
Grupos de Despesa								
Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamentos e Material permanente	R\$ 981.195	R\$ 1.772.036	R\$ 210.333	R\$ 176.369	R\$ 770.842	R\$ 1.595.668	R\$ 210.353	R\$ 176.369
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 979.964	R\$ 773.961	R\$ 887.080	R\$ 71.046	R\$ 92.884	R\$ 702.915	R\$ 887.080	R\$ 32.800
Obras e Instalações	R\$ 53.000	R\$ 908.062	R\$ 16.000	R\$ 25.287	R\$ 37.000	R\$ 882.775	R\$ 16.000	R\$ 25.287
Demais elementos do grupo	R\$ 5.995	R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00
Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida								

Dados Extraídos do Tesouro Gerencial

2.3.1 Análise Crítica da Responsabilização das Despesas.

No ano de 2016, o que se observou foi uma redução significativa no orçamento da Instituição de R\$ 28.500.000,00 em 2015 para R\$ 24.938.337,00 em 2016, representando em termos monetários uma diminuição de R\$ 3.561.663,00, e percentualmente 12,50%, para o custeio e investimento da Administração da Unidade – Ação 2000 e para Pesquisa (Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho) inseridos na Ação 20YW.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que o montante de recursos para diárias e passagens não é compatível com as necessidades da Instituição e precisa ser ampliado, visto que a maioria das atividades finalísticas da instituição necessita de deslocamento para nossos pesquisadores e tecnólogos afim dos mesmos cumprirem as demandas externas, bem como atenderem as convocações do próprio Ministério do Trabalho. Cabe destacar que está conjuntura foi agrada pelo fato de que no ano de 2016 houve um gasto excessivo na aquisição de passagens urgentes, o que majorou nossos custos prejudicando assim a atuação da Fundacentro, sobretudo a área finalística.

Em relação aos processos de gestão os relacionados às de contratações em geral, na Fundacentro, precisam ser aprimorados para que a execução orçamentária de capital ocorra de forma mais adequada.

No que tange o fortalecimento da atuação institucional da Fundacentro, é preciso ampliar a disponibilidade orçamentária, bem como os limites para empenhos e pagamentos de diárias e passagens.

Também se faz necessário promover-se a realização de novos concursos que possibilite a reposição de pessoal, especialmente na área finalística e da equipe de gestão, sobretudo da Diretoria Executiva, que tem desempenhado, seu papel estatutário, de forma bastante precária pela falta de recursos materiais e humanos.

2.4 Desempenho Operacional.

De forma geral, a atuação da Fundacentro, no ano de 2016, procurou manter vinculação com os demais órgãos públicos, de forma a garantir sinergia na ação governamental. Por esse caminho, a instituição adota como premissa que a implantação do trabalho digno em nível nacional só é factível com a articulação das diferentes políticas públicas, a saber: saúde, segurança ocupacional, previdência social, economia solidária, transportes, etc.

Diante de tal contexto a elaboração do plano operacional da Fundacentro, consubstanciado no Sistema de Gerenciamento de Projetos e Atividades - SGPA, por seus projetos de pesquisa ou atividades, nele se encontram detalhados em relação aos objetivos, metas, cronogramas e recursos necessários à consecução de cada um deles. Estando todos eles focados em iniciativas voltadas à produção e difusão de conhecimentos em segurança e saúde no trabalho, e, portanto, voltados à nossa missão institucional, conforme detalhado no tópico 1.1.

Dessa forma os macroprocessos finalísticos espelham as metas do PPA sob responsabilidade da Fundacentro, cujos principais resultados para o exercício de 2016 foram detalhados no tópico 1.5 deste relatório.

Mas é importante destacar que a Fundacentro, assim como os demais órgãos da união, sofre as contingências do cenário socioeconômico brasileiro, de forma que tal conjuntura tem provocado, restrição de recursos, problemas nas instalações, deficiências de pessoal, ausência de concursos

públicos, aumento nas aposentadorias, ocorrências estas compartilhadas por toda a administração pública.

Mediante tal conjuntura, o principal risco para o alcance das metas e da missão da Fundacentro é, sem dúvida, a perda gradativa dos recursos humanos da instituição, sem que haja a devida reposição por meio de concursos públicos. Estas perdas corresponderam a quase 17% do quadro desde 2010, poderá chegar a 51% até 2020 se nada for feito.

Este risco poderia ser minimizado mediante a realização de concurso para preenchimento de 150 vagas de nível superior, redistribuídas para a Fundacentro pela Portaria 2434, de 10/09/2010, publicada no DOU de 13/10/2010 pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Algumas alternativas, para minimizar tal situação, ou seja, suprir a deficiência de recursos humanos entre outras, tem sido por meio de parcerias com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, pela contratação de estagiários e pelo ingresso de alunos no Programa de Pós-graduação “Trabalho, Saúde e Ambiente” mantido pela Fundacentro. Contudo, tais medidas são apenas paliativas e não eliminam o risco identificado.

Outro fator de impacto negativo em nosso desempenho operacional foi o fato de que, similarmente à 2015, o ano de 2016 transcorreu de forma crítica, especialmente, no que se refere ao contingenciamento dos recursos destinados a passagens e diárias: o valor disponibilizado para o exercício de 2016 foi menor que o de 2015 representando em torno de 62% do valor do ano de 2014 sem considerar a inflação que em muito majorou o valor das passagens, o que implicou em que as atividades de campo e os deslocamentos para a realização de cursos tivessem de ser reduzidos em função da redução orçamentaria.

Outras observações sobre os aspectos orçamentários encontram-se detalhadas nos itens 2.2.1.1 e 2.2.2.1.

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho.

Não se aplica.

2.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.

Não se aplica

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

3.1 Descrição das Estruturas de Governança.

De acordo com seu Estatuto a Fundacentro tem um Conselho Curador, ao qual compete:

- I. aprovar o plano de ação e a proposta orçamentária anual e suas alterações;
- II. autorizar a solicitação de abertura de créditos adicionais;
- III. autorizar a celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes, e seus respectivos termos aditivos;
- IV. decidir sobre a alienação e aquisição de bens imóveis, manifestando-se, inclusive, acerca da aceitação de doação, com ou sem encargo;
- V. examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas e o relatório anual de atividades da Fundacentro para encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e posterior julgamento do Tribunal de Contas da União;
- VI. examinar os assentamentos contábeis e administrativos, zelando pelo cumprimento da legislação pertinente e deste Estatuto;
- VII. examinar e emitir parecer sobre as propostas de alteração do Estatuto e do regimento interno da Fundacentro;
- VIII. examinar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer um de seus membros, emitindo pareceres conclusivos; e
- IX. representar ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer na administração da Fundacentro.

Além do Conselho e suas atribuições há em sua estrutura também a Auditoria Interna, órgão vinculado ao Sistema de Controle Interno do Governo Federal conforme estabelecido no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com competências de: a) assistir direta e indiretamente ao Presidente da Fundacentro e ao Conselho Curador quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos da Fundacentro; b) orientar tecnicamente os demais órgãos da Fundacentro quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos; c) executar as atividades de auditoria interna, obedecendo ao estabelecido na legislação; e d) acompanhar procedimentos e processos administrativos e de convênios em curso na Fundacentro para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas.

3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados.

A Fundacentro é dirigida por um Presidente e três Diretores, nomeados na forma da legislação pertinente. O Conselho Curador, órgão de deliberação superior da Fundacentro, é constituído por dezesseis membros e tem a seguinte composição:

- I. Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho;
- II. Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho;
- III. Presidente da Fundacentro;
- IV. Diretor Executivo da Fundacentro;
- V. um representante do Ministério da Previdência Social;

- VI. um representante do Ministério da Saúde;
- VII. dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
- VIII. quatro representantes dos empregadores; e
- IX. quatro representantes dos trabalhadores.

A Presidência do Conselho Curador é exercida pelo Presidente da Fundacentro, sendo que ele e seus membros, mesmos os servidores, não recebem nenhum tipo de remuneração adicional para o exercício de suas funções no colegiado.

Compõem também o Conselho Curador, mas sem direito a voto, os Diretores Técnico e de Administração e Finanças da Fundacentro.

Em relação aos suplentes dos membros natos cabe é importante destacar que eles são escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho. Já os membros, titulares e suplentes, do Conselho Curador são indicados pelos respectivos órgãos governamentais e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, no âmbito nacional, e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho.

Contudo, no exercício de 2016 o Conselho não foi constituído, visto que não houve indicação de seus membros pelo senhor Ministro do Trabalho. Portanto, o rol dos integrantes do Conselho, bem como os respectivos períodos de exercício, não poderá ser anexado neste relatório, como também não será possível submeter o parecer da Auditoria Interna e este Relatório para a análise e recomendações dos conselheiros, o que será feito somente quando houver a primeira reunião do Conselho no ano de 2017.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna tem como finalidade básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do poder Executivo Federal, contribuindo para que a Gestão dos recursos depositados pela sociedade seja conduzida dentro dos princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade, observando-se a conformidade na realização dos recursos e o desempenho Institucional.

Para atingir esse objetivo, a Auditoria Interna elabora a cada ano o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), para o exercício de 2016, o plano contemplou diversas atividades a serem realizadas pela Auditoria no transcorrer do ano. Contudo, o atual quadro de servidores desta importante área é um forte fator limitante de sua atuação, principalmente, no que se refere ao volume de atividades a ser desenvolvidas, visto que no exercício analisado, os trabalhos da auditoria foram realizados em sua maior parte por um único servidor, visto que o outro servidor lotado na área se encontrava em fase de treinamento das atividades a serem desenvolvidas. Porém, em dado momento o mesmo foi transferido e substituído por um colaborador comissionado, o qual também necessitou de capacitação para desenvolver as atividades a ele atribuídas. Assim, em 2016, a equipe da Auditoria foi composta da seguinte forma:

- Benedito Silva Guimarães Filho – Chefe da Auditoria – com formação em Ciências Contábeis e Administração de Empresas;
- Guilherme Masaaki Koreda - Assistente em C&T – graduando em economia, assumiu as funções de auditor a partir de 09/11/2015 e removido para outra área ao final de 05/2016;
- Eliane Sales Mendonça – graduada em Secretariado Executivo – atua como Auxiliar Administrativa desde 27/05/2015; e

- Marcos Alexandre T. Espirito Santo – graduando em Ciências Contábeis – comissionado atuando na Auditoria a partir de junho de 2016.

Embora, como vimos, o quadro funcional da Auditoria interna esteja bastante reduzido, havendo a necessidade de que ao menos mais dois servidores passe a compor seu grupo, ela continua gradualmente buscando o fortalecimento de suas ações, implementando processos, o que o faz por meio do aprimoramento qualitativo da reduzida equipe, com foco na otimização das ações administrativas desenvolvidas pela Instituição.

A Auditoria Interna da Fundacentro vem resguardando a independência e imparcialidade funcional, conscientizando os gestores acerca da real função do auditor, que o impede de praticar atos de gestão (princípios de segregação de funções).

Mesmo distante do ideal, seja pelo fato de que durante boa parte do período de 2016 a Auditoria tenha permanecido com servidor em fase de aprendizagem, seja pela necessidade do aumento do quadro de servidores de formação diversa, que possibilite uma equipe multidisciplinar, e da necessidade de aprimoramento de técnicas, de métodos de trabalhos, da elaboração de manual e regime para Auditoria Interna da Fundacentro, ela continua a buscando se consolidar como Órgão imprescindível ao correto funcionamento da Instituição, ao atuar preventivamente ou corretivamente.

Embora este quadro reduzido em 2016 a Auditoria Interna realizou as seguintes ações:

1. Efetuou 11 (onze) Pareceres de Auditoria, sendo os dez relacionada a seguir os mais relevantes:
 - 1.1 sobre atualização de saldo a ser ressarcido ao erário;
 - 1.2 sobre a Prestação de Contas Anual da Entidade;
 - 1.3 sobre contrato na área de informática;
 - 1.4 sobre indenização à empresa Brasanitas;
 - 1.5 sobre aferição de Bens Patrimoniais;
 - 1.6 sobre o Processo 643/16;
 - 1.7 sobre o Contrato de prestação de serviços de eventos;
 - 1.8 sobre solicitação de reembolso;
 - 1.9 sobre o GDACT; e
 - 1.10 sobre a FUNDACENTRO x FORÇA SINDICAL); e
2. elaborou 05 (cinco) Relatórios de Auditorias com visitas in loco para verificação nos almoxarifados e dos contratos de limpeza de cada uma das unidades descentralizadas:
 - 2.1 no Centro Estadual do Para (CEPA);
 - 2.2 no Centro Estadual do Rio de Janeiro (CERJ);
 - 2.3 no Centro Regional de Minas Gerais (CRMG);
 - 2.4 no Almoxarifado CTN; e
 - 2.5 no Contrato de Limpeza.
3. proferiu 12 (doze) Despachos em Processos, sendo que relacionamos a seguir os cinco mais relevantes:
 - 3.1 avaliando o Pregão eletrônico para contratação de Serviços de Vigilância;
 - 3.2 no PAD sobre;
 - 3.3 para esclarecimento sobre convênio;
 - 3.4 sobre Remoção de Servidor;
 - 3.5 sobre o Uso de Veículos
4. concluiu o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN/16;

5. elaborou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/16;
6. realizou o encaminhamento de correspondências eletrônicas, ofícios e participações em reuniões;
7. para o desenvolvimento dos trabalhos das ações previstas no PAINT/2016 foram emitidas solicitações de Auditoria (AS);
8. realizou ações de Planejamentos das Auditorias nas Unidades Descentralizadas;
9. acompanhou a todas as determinações do TCU e recomendações da CGU que tiveram manifestações dos Gestores da instituição;

Das atividades concluídas em 2016, cerca de 73% estavam previstas no Plano de Atividades Internas PAINT/2016. Os 27% restantes são relativos a trabalhos não programados, que foram demandados pela alta Administração. Os trabalhos da Auditoria Interna concentraram-se na Sede da Fundacentro e nas Unidades Descentralizadas dos Estados do Pará, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Assim, foram apresentadas todas as ações desenvolvidas, desde as auditorias previstas até as ações não planejadas.

3.3.1 Descrição e Escopo das ações de Auditoria Interna realizadas.

Atualmente, a Auditoria Interna está subordinada administrativamente ao Presidente da Fundacentro. No que tange à vinculação técnica, nos termos do art.15 do Decreto nº 3.591/2000 (alterado pelo Decreto nº 4.440/2002).

No exercício de 2016 a atuação da unidade de Auditoria Interna, em conformidade com a Instrução Normativa/TCU, encontram-se relacionada a seguir nas alíneas “a à g”, as quais apresentam a síntese das avaliações e resultados das ações de auditoria planejadas e realizadas no Plano Anual da Auditoria-PAINT/2016.

a. Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na Internet, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridos no anexo do relatório de gestão;

De acordo com o Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003, que aprovou o Estatuto Regimento da Fundacentro, a Auditoria Interna é um órgão seccional que tem, entre suas atribuições, a competência de examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário /financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais da autarquia. Suas ações estão voltadas para subsidiar ao Presidente e aos Diretores com informações sobre os resultados das ações de controle, com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos de controle e de gestão, conforme reza o artigo 11do referido Decreto. Estatuto documento esse que se encontra disponível na internet <http://fundacentro.gov.br/institucional/estatuto>

Art. 11. *A Auditoria Interna, órgão vinculado ao Sistema de Controle Interno do Governo Federal, conforme estabelecido no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, compete:*

- I assistir direta e indiretamente ao Presidente da FUNDACENTRO e ao Conselho Curador, quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos da FUNDACENTRO;*
- II orientar tecnicamente os demais órgãos da FUNDACENTRO, quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos;*
- III executar as atividades de auditoria interna, obedecendo ao estabelecido na legislação; e*
- IV acompanhar procedimentos e processos administrativos e de convênios em curso na FUNDACENTRO para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas.*

A Auditoria Interna da Fundacentro não possui normas ou regimento interno que regulamenta internamente as ações da unidade de auditoria, considerando que a **Fundacentro** é uma Fundação da entidade da administração Pública Federal Indireta, procuramos atuar de dentro do que estabelece a IN/SFC-MF nº 01, de 06 de abril de 2001, disciplina no capítulo X, as atividades específicas sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta.

b. Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

Os critérios de independência, podemos dizer que o fato da Auditoria Interna está vinculada diretamente ao dirigente máximo da Entidade, que garante a independência da Auditoria Interna e a objetividade dos trabalhos.

c. Estratégia de Atuação em relação à Unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Quanto a Unidades subordinadas e subunidades, informamos que esta Entidade não possui unidades ou subunidades descentralizadas.

d. Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

No que tange a escolha do Auditor chefe, função “DAS 3” a dinâmica de nomeação e exoneração obedece ao previsto no Decreto nº 3.591/2000, ou seja, após a decisão do Presidente de nomear ou exonerar a referida decisão é encaminhada para a CGU para aprovação, após a nomeação, consequentemente todos servidores lotados na auditoria são subordinados diretamente ao Auditor/chefe na unidade.

Na estrutura a Auditoria Interna está diretamente ligada à Presidência e a sua composição do Recursos Humanos da Auditoria Interna no exercício de 2016.

- Benedito Silva Guimarães Filho – Chefe da Auditoria – com formação em Ciências Contábeis e Administração de Empresas;
- Guilherme Masaaki Koreda - Assistente em C&T – graduando em economia, assumiu as funções de auditor a partir de 09/11/2015 e removido para outra área ao final de 05/2016;
- Eliane Sales Mendonça – graduada em Secretariado Executivo – atua como Auxiliar Administrativa desde 27/05/2015; e
- Marcos Alexandre T. Espirito Santo – graduando em Ciências Contábeis – comissionado atuando na Auditoria a partir de junho de 2016.

e. Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Ao final de cada trabalho de auditoria, os relatórios dele derivados são encaminhados para o Presidente da **Fundacentro**, que os encaminham para a Diretoria de Administração e Finança- DAF para que a mesma também tome conhecimento e encaminhe para a área administrativa responsável ou para o gestor da Unidade Descentralizadas para conhecimento e posicionamento quanto às recomendações emitidas.

Os relatórios e pareceres depois de elaborados e criado um número de protocolo, por meio do Sistema de Protocolo da **Fundacentro**. Nele é possível verificar em que setor se encontra, serve para o controle e armazenamento do tramite.

Quanto aos riscos pela não implementação das nossas recomendações a Auditoria Interna não tem feito essa observação em nosso relatório ou parecer sobre o risco, pois não víamos a necessidade, acreditávamos de forma geral, que os gestores buscam estar em conformidade com as legislações atendendo as recomendações de auditoria.

f. Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

De acordo com o estabelecido no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT, de 2016, foram destinadas 1.652 horas às atividades da Auditoria Interna. Também foram destinadas 104 horas para as atividades de capacitação e de fortalecimento da unidade e 76 horas de assessoramento.

Sua atuação é realizada em observância às normas e técnicas de auditoria utilizadas no Serviço Público Federal, em quantidade, profundidade e extensão julgadas necessárias às circunstâncias, pautando-se nos aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência e economicidade.

Realizando-se uma análise quantitativa e qualitativa, durante o exercício de 2016, a Auditoria Interna por meio de seus 11(onze) Pareceres e 5 (cinco) Relatórios, expediu várias recomendações destinadas às diversas áreas e Unidades Descentralizadas da **Fundacentro**. No exercício de 2016 iniciamos um processo de monitoramento com objetivo de verificarmos quantas das recomendações foram implementadas, ou estão em fase de implementação.

- 11 (onze) Pareceres de Auditoria; (sobre atualização de saldo a ser ressarcido ao erário; sobre a Prestação de Contas Anual da Entidade; contrato na área de informática; sobre indenização à empresa Brasanitas; sobre Bens Patrimoniais; Processo 643/16; Contrato de prestação de serviços de eventos; sobre solicitação de reembolso; GDACT e FUNDACENTRO x FORÇA SINDICAL);
- 05 (cinco) Relatórios de Auditorias, frutos dos trabalhos de auditoria nas Unidades Descentralizadas (CEPA, CRMG e CERJ), com visita *in-loco*, na área do Almoxarifado e no Contrato de limpeza;
- 12 (doze) Despachos em Processo; (Pregão eletrônico para contratação de Serviços de Vigilância; PAD; esclarecimento sobre convênio; Remoção do Servidor; Uso de Veículos etc.
- Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/15;
- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/17;
- No exercício, houve encaminhamento de correspondências eletrônicas, ofícios e participações em reuniões;
- Para o desenvolvimento dos trabalhos das ações previstas no PAINT/2016, foram emitidas ao longo do exercício solicitação de Auditoria (SA);
- Ações de Planejamentos das Auditorias nas Unidades Descentralizadas;
- Todas as determinações do TCU e recomendações da CGU que tiveram manifestações dos Gestores foram acompanhadas pela Auditoria Interna;

Documento emitido: Relatório nº 001/2016

Nº da Ação no PAINT: 025

Unidade Auditada: Unidade Descentralizada Centro Estadual do Pará

Escopo examinado: Nas ações que foram na Unidade, focamos nas ações de controle nas áreas de gestão de pessoas; gestão financeira e orçamentária; gestão patrimonial; gestão de suprimentos de bens e serviços e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, a eficácia e a efetividade.

A Auditoria Interna atuou na avaliação da regularidade dos processos licitatórios que se deram por dispensa de licitação, inexigibilidade ou pregão, avaliamos por meio do sistema SIAFI se as despesas correntes e de capital foram executadas a conforme e se estavam de acordo com a finalidade. Os pagamentos correspondem aos objetos que foram registrados nos empenhos e, também, se os tributos exigidos foram retidos e recolhidos. Quanto ao patrimônio se houver levantamento anual, o estado dos bens, se estão identificados por setor/área com registro patrimonial e com os respectivos Termos de Responsabilidade.

Documento emitido: Relatório nº 002/2016

Nº da Ação no PAINT: 04

Unidade Auditada: SEDE/ Área Administrativa/Almoxarifado

Escopo examinado: Objetivo deste exame é analisar os procedimentos de controle de planejamento para aquisição, estoque, movimentações dos materiais e análise do relatório físico da Unidade de Almoxarifado, fundamentais para verificar a regular aplicação dos recursos públicos, de modo a diminuir a possibilidade de incorreções e/ou atos de improbidade ou irregularidade. Para tanto, foram contemplados os tópicos a seguir: (Verificar a existência de planejamento nas aquisições dos materiais; Verificar a eficiência dos controles de entrada e saída dos materiais de consumo e dos Bens; Verificar Demonstrativo Mensal de Movimentação se consta o preço de custo da mercadoria, comparar os saldos com os registros no SIAFI; Inspeção física (quantidade e vencimentos); Verificar a estocagem dos materiais; Verificar o controle de segurança de armazenagem; Verificar o controle de acesso ao almoxarifado e a designação do responsável pelo almoxarifado; Verificação da formalização do processo inventariante do almoxarifado.)

Documento emitido: Relatório nº 003/2016

Nº da Ação no PAINT: 017

Unidade Auditada: Unidade Descentralizada Centro Regional de Minas Gerais

Escopo examinado: Nas ações que foram na Unidade, focamos nas ações de controle nas áreas de gestão de pessoas; gestão financeira e orçamentária; gestão patrimonial; gestão de suprimentos de bens e serviços e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, a eficácia e a efetividade.

A Auditoria Interna atuou na avaliação da regularidade dos processos licitatórios, que se deram por dispensa de licitação, inexigibilidade ou pregão, avaliamos por meio do sistema SIAFI, se as despesas correntes e de capital foram executadas a conforme e se estavam de acordo com sua finalidade. Os pagamentos correspondem aos objetos que foram registrados nos empenhos e, também, se os tributos exigidos foram retidos e recolhidos. Quanto ao patrimônio, se houver levantamento anual, o estado dos bens, se estão identificados por setor/área com registro patrimonial e com os respectivos Termos de Responsabilidade.

Documento emitido: Relatório nº 004/2016

Nº da Ação no PAINT: 011

Unidade Auditada: Unidade Descentralizada Centro Estadual do Rio de Janeiro

Escopo examinado: Nas ações que foram na Unidade, focamos nas ações de controle nas áreas de gestão de pessoas; gestão financeira e orçamentária; gestão patrimonial; gestão de suprimentos de bens e serviços e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, a eficácia e a efetividade.

A Auditoria Interna atuou na avaliação da regularidade dos processos licitatórios, que se deram por dispensa de licitação, inexigibilidade ou pregão, avaliamos por meio do sistema SIAFI, se as despesas

correntes e de capital foram executadas a conforme e se estavam de acordo com a finalidade. Os pagamentos correspondem aos objetos que foram registrados nos empenhos e, também, se os tributos exigidos foram retidos e recolhidos. Quanto ao patrimônio, se houver levantamento anual, o estado dos bens, se estão identificados por setor/área com registro patrimonial e com os respectivos Termos de Responsabilidade.

Documento emitido: Relatório nº 005/2016

Nº da Ação no PAINT: 027

Unidade Auditada: SEDE/ Área Administrativa/ Contrato de Limpeza

Escopo examinado: Avaliar adequação do enquadramento pelo gestor, quando da contratação sob análise, no que se refere à modalidade de licitação, conforme a legislação aplicável; Apurar se a motivação apresentada pelo gestor justifica a contratação da forma realizada, ou seja, nacional; Exame dos processos de pagamento com o fito de avaliar o acompanhamento, a cargo da FUNDACENTRO, do cumprimento pela empresa contratada, das obrigações trabalhistas e sociais, bem como de outros atos formalizados, relacionados às rotinas de fiscalização contratual empreendidas na Instituição; Analisar as planilhas de custo do pessoal terceirizado, contidas no processo licitatório de limpeza no momento da homologação e também os acordos e convenções coletivas da categoria; Comparação das percentagens previstas nas planilhas de custos com as definidas na Instrução Normativa SLTI nº 02/2008, alterada pela Portaria Normativa nº 7/2011.

Documento emitido: Parecer nº 002/2016.

Nº da Ação no PAINT: 05

Assunto: Prestação de Contas Anual da Fundacentro.

Objetivo: Exame prévio do Relatório de Gestão, certificando que o mesmo contém todas as peças necessárias para compor a Prestação de Contas Anual da Fundacentro, relativa ao exercício de 2015. Emissão de parecer sobre a Prestação de Contas Anual da FUNDACENTRO, relativa ao exercício de 2015, quanto às condições de ser submetido à apreciação do Conselho Curador, Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Documento emitido: Parecer nº 004/2016

Nº da Ação no PAINT: Não

Assunto: Indenização a empresa Brasanitas.

Objetivo: O Sr. Diretor de Administração e Finança, por despacho de fls. 76, do processo nº232/2016, solicita desta Auditoria Interna verificar os cálculos efetuados no âmbito do processo, bem como a instrução processual do reconhecimento de dívida, de modo a resguardar a decisão do administrador.

Documento emitido: Parecer nº 005/2016

Nº da Ação no PAINT: 39

Assunto: Avaliação da gestão do Patrimônio (bens móveis e imóveis).

Objetivo: Avaliar o sistema de controle interno adotado a consistência e aderência dos controles administrativos, utilização, conservação e baixa de bens, comprovar a exatidão dos registros e das demonstrações contábeis, relativamente a eventos que alteram o patrimônio e influenciam no resultado do balanço. Além de avaliar objetivamente a gestão do patrimônio imobiliário classificado como Bens de Uso Especial "Bens Imóveis". Realização de uma inspeção física em alguns setores dessa instituição, escolhidos por amostragem.

Documento emitido: Parecer nº 006/2016

Nº da Ação no PAINT: Não

Assunto: Processo nº 643/16

Objetivo: Em atendimento à solicitação do Assessor da Presidência, em despacho às fls.80 do Processo nº 643/2016, datado de 06/07/16, encaminhado à Auditoria Interna para manifestação referente aos questionamentos e respostas apresentadas nos processos de nº 481/2014 “Aquisição de Tvs Led”; 573/2015 “Contratação de Empresa para aquisição de estações de trabalho padrão computadores”; 473/2015 “Empresa especializada na prestação de serviços de reprografia”; 129/2015 “Telefonia Móvel”; e 480/15 “Contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de outsourcing”, para auxiliar na análise e melhor compreensão dos fatos e, ainda, para oferecer embasamento à superior decisão dessa Presidência.

Também a elaboração do PAINT do exercício seguinte e o RAINTE, que são aprovados pelo dirigente máximo e encaminhados ao Órgão de Controle Interno/CGU/SP.

g. Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria interna, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

No tocante à execução das atividades previstas no PAINT/2016, cabe-nos informar que ocorreram fatores que influenciaram diretamente na realização do cronograma das atividades, inviabilizando o seu cumprimento conforme o previsto.

Primeiramente, podemos elencar as mudanças, por duas vezes, em 2016, do espaço físico disponível para o funcionamento da Auditoria Interna.

Depois, mudanças na equipe de auditoria e do conhecimento da CGU/SP que o quadro de servidores alocado na Auditoria Interna sempre foi e é muito reduzido. Em novembro de 2015, com a chegada dos novos servidores concursados, foi disponibilizado um servidor de nível médio para atuar na Auditoria Interna. Iniciamos com esse novo servidor um processo de aprendizado nas atividades de auditoria, mas no início do mês de junho, o servidor em questão foi removido para outra área. Como reflexo da remoção, foi transferido para a Auditoria Interna um colaborador comissionado que coordenava a área contábil com experiência na contabilidade, mas sem experiência em atuar nas atividades de auditoria. Assim, demandou-se novo processo de aprendizagem e acreditamos que a permanência do comissionado possa contribuir para uma melhor distribuição das demandas de Auditoria Interna.

Conclusão

A Auditoria Interna da **Fundacentro** vem gradualmente buscando o fortalecimento de suas ações, implementando sua atuação através do aprimoramento qualitativo e quantitativo, com foco na otimização das ações administrativas desenvolvidas pela Instituição, sempre resguardando a independência e imparcialidade funcional, conscientizando os gestores acerca da real função do auditor, que o impede de praticar atos de gestão (princípios de segregação de funções)

Mesmo distante do ideal, seja pelo fato de que durante boa parte do período de 2016 a Auditoria tenha permanecido com servidor em fase de aprendizagem, seja pela necessidade do aumento do quadro de servidores de formação diversa, que possibilite uma equipe multidisciplinar, e da necessidade de aprimoramento de técnicas, de métodos de trabalhos, da elaboração de manual e regime para Auditoria Interna da **Fundacentro**, houve a busca para consolidar-se como Órgão imprescindível ao correto funcionamento da Instituição, atuando preventivamente ou corretivamente.

3.3.2 Implementação ou cumprimento de recomendações ou determinações dos órgãos centrais do Sistema de Controle Interno.

No âmbito da Fundacentro, as recomendações demandadas pelo Órgão de Controle Interno-CGU/SP são recepcionados na Presidência, após tomar ciência às mesmas são encaminhadas a Diretoria de Administração e Finanças que direcionados para a área responsável pela matéria, entretanto, **não** existe na Entidade um sistema, um servidor ou uma área responsável para o acompanhamento. Sendo que o controle é realizado quando da necessidade de responder o Plano de Providência Permanente-PPP, são apresentadas as providências adotadas, neste momento a Auditoria Interna toma conhecimento da situação das recomendações expedidas pelos órgãos de controle interno e externo, no sentido da quantidade de recomendações atendidas e não atendidas, bem como as recomendações pendentes de atendimento, com a indicação de prazo para atendimento. Realizamos uma avaliação, se for necessário fazemos visita técnica, com objetivo de assegurar que a área passou a cumprir a recomendação e ou determinações exaradas pela CGU.

Acerca do atual estágio de atendimento das recomendações, com a respectiva análise da CGU/SP, considerou que 4 (quatro) não foram atendidas, e algumas recomendações tiveram o seu monitoramento finalizados, constatamos que a Fundacentro, apesar das providências adotadas, não implementou as recomendações na sua totalidade.

Assim, no que tange às recomendações da CGU, no exercício de referência do Relatório de Gestão, dentre as recomendações não atendidas a Auditoria Interna destacamos as seguintes:

Quadro 3.3.2 – Cumprimento das Recomendações da CGU

Recomendação 87323	Providência Adotada	Posicionamento Auditoria Interna
Para todos os servidores da unidade que recebam auxílio-transporte e utilizem transportes seletivos ou especiais, realizar o pagamento contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagem apresentados no mês anterior, consoante jurisprudência do TCU (Acórdão TCU 2211/2005-plenário e 511/2006 - Segunda Câmara).	Em face da ilegalidade proferida a respeito do ato de concessão do vale transporte, a Fundacentro atualizou o sistema de auxílio transportes e a sistemática adotada segue a jurisprudência do CGU, de ressarcimento das despesas no mês posterior à apresentação comprovante ou recibo da empresa de transporte coletivo intermunicipal ou interestadual. Por meio da Portaria nº 326/2013 , de 30/10/2013 a Presidenta da Fundacentro constituiu Comissão de Sindicância Apuratória.	Atendimento Parcial da recomendação, considerando que a comissão terminou os trabalhos, mas até a presente data não houve a notificação ao servidor sobre a reposição ao erário dos valores indevidamente recebidos.
Recomendação 130565	Providência Adotada	Posicionamento Auditoria Interna
Ao gestor implementar ações de controle para se evitar que servidores acumulem atividades vetadas pela Constituição, tais como rotina de checagem periódica junto à RAIS e o CAGED para confirmação da existência de outro vínculo funcional.	A Fundacentro diz que realizou gestão junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a época, para ter acesso aos sistemas RAIS e CAGED, objetivando as checagens periódicas.	A recomendação não foi atendida, considerando para acessar a RAIS não precisa de autorização especial basta ter o nº do PIS do servidor, além disso, em 2016 houve reincidência do fato, desconhecemos os meios utilizados da gestão junto ao Ministério.
Recomendação 130581	Providência Adotada	Posicionamento Auditoria Interna
Recomendamos que a unidade implemente normativos para a área de Gestão do Patrimônio	O Serviço de Patrimônio iniciou a elaboração de um Manual de Patrimônio baseando-se no	Não atendimento a recomendação, considerando que não foi

Imobiliário, que estabeleçam: as atribuições; as responsabilidades; os fluxogramas; os indicadores; etc., para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade. Mantemos a recomendação, uma vez que, como informou a própria UJ, esta não foi ainda atendida.	Manual do TCU e se utilizando da experiência adquirida com as situações rotineiras que ocorrem no serviço.	elaborado o manual até a presente data.
Recomendação 130583	Providência Adotada	Posicionamento Auditoria Interna
Ao gestor abrir procedimento administrativo para apurar responsabilidades em relação ao fato constatado. Trata-se de falhas na condução do processo licitatório que se refletiram na contratação da empresa Alerta Security, que gerou um valor de R\$ 26.309,83 a reaver.	Os valores foram ressarcidos. Conforme o ofício de nº 07/2014, de 26/09/2014, entretanto, até a presente data não foi instaurada a comissão de procedimento administrativo.	Não Atendimento da recomendação, considerando que até o presente momento não houve a nomeação da comissão.
Recomendação 4212	Providência Adotada	Posicionamento Auditoria Interna
Encerrar a execução do contrato 018/2010 e apurar responsabilidade sobre a continuidade à execução do contrato 018/2010 além da sua vigência.	A Presidência interina da Fundacentro encerrou as atividades do contrato em 07/11/2016 e remeteu à corregedoria do MTE /Secretaria Executiva para apurar a responsabilidade, considerando ser Órgão com a prerrogativa legal de investigar Presidentes / gestores desta Fundacentro .	Entendemos que foi atendido à recomendação considerando que a Fundacentro , interrompeu a execução dos serviços e realizou tudo que estava sobre a sua governabilidade, entretanto deixamos classificado como Atendimento Parcial , aguardando a abertura ou não do processo de apuração pela corregedoria.
Recomendação 130571	Providência Adotada	Posicionamento Auditoria Interna
Ao Gestor elaborar Plano Diretor de TI, com vistas a proporcionar a alocação dos recursos públicos, conforme as necessidades e prioridades da Fundacentro e de acordo com o Guia de Elaboração do PDTI do SISP.	A Fundacentro por meio da Portaria nº189/2014, datada de 10/06/2014, constituiu Comitê de Tecnologia da Informação- TI, O referido Comitê de TI é o responsável pela elaboração do PDTI, a POSIC será redigida no ano de 2016, entretanto até o exercício de 2016, não foi realizado nenhuma atividade inerente ao objetivo da recomendação. O (Sistema de Gestão de Projetos e Atividades-SGPA), foi remodelado e deveria permitir um acompanhamento mais detalhado do planejamento de TI do órgão, bem como das demais áreas da Fundacentro .	A recomendação não foi atendida, embora esteja formalmente constituído o Comitê, o referido comitê nem elaborou/ aprovou a regulamentação do mesmo até a presente data, e a remodelagem do sistema SGPA deixa a desejar, pois não permite extrair relatório gerencial, que possa ajudar o Administrador.

3.3.3 Relato Gerencial sobre Gestão de áreas essenciais da unidade.

Ao considerarmos, com base no escopo das avaliações realizadas pela Auditoria Interna, e no acompanhamento dos principais aspectos da gestão no exercício de 2016, verificaremos a existência de alguns problemas em algumas áreas de nossa administração, os quais requerem um acompanhamento mais “*pari-passu*” por seus gestores, sendo que a seguir destacamos os aspectos mais relevantes dos mesmos;

Continuamos de a detectar deficiências no acompanhamento da execução dos contratos, por parte de seus fiscais e gestores. Sendo que em relação ao exercício anterior algumas melhorias foram implementadas, mas ainda se faz necessário uma maior harmonização dos procedimentos de fiscalização em todas as unidades descentralizadas, sobretudo para os contratos nacionais.

Cabe destacar que está deficiência na fiscalização e gerenciamento dos contratos, é mais preocupante nos contratos ligados às terceirizações, visto que os mesmos têm grande impacto no orçamento geral da Fundacentro.

Diante das novas exigências a Lei 13.303, de 30/06/2016, e do Decreto 8.945, de 27/12/2016, que regulamenta a lei, e conforme sua Seção II, do Capítulo II, que trata da Gestão de Riscos e Controles Interno, a Fundacentro deverá reavaliar seus sistemas de controles internos desenvolvidos pela Instituição, para verificar se os mesmos continuam adequados, ou se necessitam de reenquadramento e aprimoramentos.

Ainda em relação aos controles internos verificou-se, durante a execução das atividades de auditoria nas Unidades Descentralizadas, que os mesmos não estão sendo utilizados na sua plenitude, o que pode ser comprovado pela expressiva quantidade de recomendações expedidas pela Auditoria.

Entretanto, ressaltamos que as principais fragilidades diagnosticadas em relação aos controles internos decorreram, principalmente, da insuficiência de servidores técnico-administrativos, de manuais e normas claras definindo as atribuições, competências, responsabilidades e responsabilização, que possibilitem à todas as áreas ou Unidades Descentralizadas convergirem para a maximização dos procedimentos de controles internos existentes (patrimônio, almoxarifados, utilização/manutenção da frota de veículos e de pagamento).

Detectamos também a falta de celeridade no atendimento das recomendações feitas pela Controladoria Geral de União (CGU-SP) e pela Auditoria Interna, quanto a deficiência no planejamento das aquisições de bens e serviços e os respectivos processo de pagamentos.

Contudo, concluiu-se com base nos exames realizados, bem como na avaliação da auditoria da gestão efetuada no exercício, que embora existam pontos a serem tratado do ponto de vista de gestão, também constatamos que a grande maioria áreas operam de forma adequada. Destacamos ainda que não foram constatados atos e fatos que comprometeriam ou causariam prejuízo relevante à Instituição.

3.3.4 Fatos Relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna.

Neste item convém esclarecer que o exercício de 2016 foi marcado por alguns fatores que impactaram de forma negativa os trabalhos da Auditoria Interna, sendo os mais relevantes os que relacionamos a seguir:

Primeiro, podemos destacar as mudanças, por duas vezes em 2016, do espaço físico disponível para o funcionamento da Auditoria Interna, que impactaram em seu não funcionamento por alguns dias.

Segundo, as alterações e deficiência quantitativa na equipe de auditoria, que são do conhecimento da CGU/SP, visto que além de seu quadro de servidores ter sido sempre muito reduzido, mesmo com chegada, em novembro de 2015, de novo servidor um servidor de nível médio

Terceiro, embora tenhamos iniciado o processo de treinamento do servidor citado, de forma a capacitá-lo para atividades de auditoria, no início do mês de junho de 2016 o mesmo foi removido para outra área, sendo que o mesmo foi substituído por um colaborador comissionado que anteriormente coordenava a área contábil e, portanto, com experiência na contabilidade, mas sem nenhuma experiência nas atividades de auditoria, forçando-nos a iniciar um novo processo de treinamento.

Quarto, com o cumprimento da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, que trata da substituição de cargos de Direção e Assessoramento Superiores – DAS para Função Comissionada do Poder Executivo – FCPE, vimos, num futuro, próximo a perda deste recurso, visto que no processo enviado ao senhor Ministro do Trabalho o cargo em comissionamento utilizado pelo colaborador seria convertido em FCPE, e, portanto, só poderá ser exercido por servidor ativo.

3.3.5 Desenvolvimento Institucional e capacitação da Auditoria Interna.

Muito embora, de acordo com o art. 4º, V, da IN/CGU/nº24/2015, a Auditoria Interna deve se capacitar a fim de atingir a excelência nos exames de auditoria. A Auditoria Interna, sabendo da limitação orçamentária para promover a capacitação de todos os servidores da entidade, priorizou a participação do servidor Guilherme Masaaki Koreda, Assistente em C&T, que passou a fazer parte da equipe da Auditoria Interna em novembro de 2015, em decorrência do último concurso da Fundacentro.

Dessa forma, as ações de capacitação foram aplicadas apenas ao referido servidor, que realizou o Curso Auditoria Interna e Controle de Riscos, com uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas, com intuito de contribuir para a formação e desenvolvimento do mesmo e visando o atendimento das ações de Auditoria estabelecidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Por outro lado, visando uma pequena atualização e aperfeiçoamento contínuo da equipe, a Auditoria Interna incluiu no PAINT uma ação na qual sua equipe, realiza por meio da internet, leitura do Diário Oficial da União, com intuito de desenvolver conhecimentos das legislações pertinentes ao trabalho dos administradores e gestores da instituição.

3.3.6 Justificativa das ações do PAINT/2016 não realizadas no exercício.

No decorrer do exercício houve uma significativa demanda, por parte Administração Superior da Fundacentro, de que a Auditoria Interna realizasse várias análises para que os Gestores pudessem tomar decisões em determinados atos administrativos e avaliações de gestão. Assim, se tornaram necessárias a avaliação tempestiva da Auditoria Interna em determinados processos ou expedientes. Sendo que tais manifestações, da Auditoria Interna, buscaram a otimização do gasto do erário e a boa administração de recursos da instituição como um todo.

Por este motivo, e diante da limitação de homem-hora disponível para realização dos trabalhos de auditoria, fez-se necessário o cancelamento das ações, prevista no PAINT/2016, relacionadas: 1. a Gestão de Informática - Ações nºs 6 e 15; 2. na Gestão de Recursos Humanos - Ações nºs 21, 30 e 37; e Ação nº 40.

Dessa forma, as ações supracitadas não foram executadas, em função da já aludida demanda de outros trabalhos pela Administração da Fundacentro.

Destacamos ainda que as ações de nºs 24 e 34, foram reinseridas no PAINT de 2017, de forma que as horas estipuladas no PAINT/2016, previstas para estas ações foram deslocadas para o este exercício, ou seja, para 2017.

3.4 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.

A Fundacentro ainda não possui uma Corregedoria Seccional, assim o Departamento de Recursos Humanos foi designado para gerenciar os trabalhos inerentes aos procedimentos disciplinares da Fundação.

Quanto à execução dos procedimentos formais na área correcional, temos realizados da seguinte forma:

1. Controlamos por meio de planilha do Excel os principais dados dos processos disciplinares, a saber: o assunto ou indiciado, membros da comissão, portarias de prorrogações, data das publicações, histórico de participações dos servidores em processos disciplinares, desde 2014;
2. Indicação dos nomes dos membros que comporão a Comissão, por meio de lista com alguns nomes, à DAF e Presidência para aprovação e publicação da portaria instauradora;
3. Encaminhamento do processo ao presidente da Comissão designada, incluindo no despacho informações básicas de procedimentos;
4. Registro e alimentação do sistema CGU-PAD dos atos de publicidade, relatório final e despacho de julgamento em relação aos PADs e, se houver, das sindicâncias acusatórias;
5. Cumpridas as pendências apontadas e concluído o PAD, assim que recebido na CRH, o encaminhamento do processo à Secretaria Executiva da Corregedoria do ministério do Trabalho e Emprego, conforme previsto na portaria 183/2008 do MTE.

A decisão sobre os procedimentos a serem instaurados cabe à Presidência da Fundacentro, bem como a emissão dos respectivos Despachos de Julgamento.

Em termos processuais os registros das informações relativas a processos disciplinares da Fundacentro já são aderentes aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, buscando-se observar o prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam.

Em 2016 a Fundacentro instaurou ou prorrogou 7 processos administrativos disciplinares – PAD e 22 sindicâncias, totalizando 29 processos. Desses, 18 processos permanecem em andamento (dentre eles, 5 foram submetidos a nova apuração), 3 foram arquivados, 5 foram anulados, 4 foram finalizados.

Quadro 3.4 – Processos administrativos disciplinares e sindicâncias vigentes em curso em 2016

Data da Instauração	Nº Proc.	Tipo	Nº(s) da(s) Portaria(s)			Penalidade Aplicada	Portaria e data da aplicação da penalidade
			Instauração	Prorrogação	Recondução		
04/11/13	264001.000660-2009	Sindicância	326/13		199/14	Relatório final anulado, abertura de nova sindicância	
29/07/16	264001.000798-2016	Sindicância	292/16	338/16 446/15 537/16	392/16 487/16	Em andamento	
05/08/14	264001.000452-2014	Sindicância	231/14	267/14	301/14	Cobrança dos valores que tenham liquidez	Despacho de julgamento em 22/06/16
15/08/14	264001.000525-2014	PAD	244/14	305/14 014/15 132/15	354/14 75/15	Suspensão convertida em multa (prescrita)	16/02/2016
05/01/15	264001.000767-2014	PAD	361/14	32/15 136/15 308/15 107/16 288/16 485/16	82/15 215/15 33/16 175/16 391/16	Em andamento	
05/01/15	264001.000669-2013	Sindicância	370/14	026/15 124/15 270/15 32/16	78/15 191/15 349/15	Encaminhado ao Ministério do Trabalho p/apuração de possível infração do Presidente da Fundacentro	
05/01/15	264001.000750-2014	PAD	371/14	025/15 129/15 277/15 52/16 116/16 313/16 473/16	81/15 194/15 362/15 115/16 214/16 434/16	Em andamento	
05/05/15	264001.000239-2015	Sindicância	74/15	205/15 213/15 350/15 110/16 325/16 457/16	121/15 148/15 247/15 53/16 114/16 396/16	Em andamento	
05/05/15	264001.000280-2015	Sindicância	76/15	104/15 192/15 269/15 363/15 54/16 128/16	144/15 229/15 300/15 16/16 97/16	Absolvição	Despacho de julgamento em 01/07/16
01/06/15	264001.000295-2015	Sindicância	88/15	137/15 176/15 243/15	150/15 208/15	anulado	Despacho de julgamento em 18/05/16
01/06/15	264001.000294-2015	Sindicância	89/15	138/15 209/15	151/15 242/15	anulado	Despacho de julgamento em 18/05/16
01/06/15	264001.000298-2015	Sindicância	90/15	139/15 210/15 351/15	152/15 244/15 59/16	anulado	Despacho de julgamento em 18/05/16
01/06/15	264001.000296-2015	Sindicância	92/15	141/15 212/15 353/15	154/15 246/15 61/16	anulado	Despacho de julgamento em 18/05/16

Data da Instauração	Nº Proc.	Tipo	Nº(s) da(s) Portaria(s)			Penalidade Aplicada	Portaria e data da aplicação da penalidade
			Instauração	Prorrogação	Recondução		
02/07/15	264001.000627-2011	Sindicância	164/15	230/15 313/15 07/16 94/16 158/16 290/16	283/15 04/16 42/16 119/16 230/16 342/16	Em andamento	
14/10/15	264001.000555-2015	Sindicância	248/15			Arquivamento	Despacho de julgamento em 18/05/16
14/10/15	264001.000421-2015	Sindicância	251/15	251/15 361/15 247/16	301/15 17/16	Em andamento	
16/10/15	264001/000366-2015	Sindicância	271/15			Em andamento	
05/01/16	264001/000020-2016	PAD	03/16	38/16		Em andamento	
13/01/16	264001.000463-2014	Sindicância	09/16	43/16	92/16	Arquivamento	Julgado em 08/06/2016
13/01/16	264001.000160-2015	Sindicância	10/16 50/16	41/16	50/16	Em andamento	
04/02/16	264001.000669-2015	Sindicância	30/16	75/16	127/16	Arquivamento	Julgado em 22/09/16
10/03/16	264001.000672-2013	PAD	87/16	124/16 257/16 278/16 362/16	145/16 277/16 301/16 474/16	Em andamento	
20/04/16	264001.000355-2016	PAD	123/16	299/16	248/16		
29/04/16	264001.000819-2016	Sindicância	138/16	445/16	482/16	Em andamento	
17/08/16	264001.000772-2016	Sindicância	319/16	380/16	448/16 486/16	Em andamento	
16/09/16	264001.000481-2015	Sindicância	371/16	431/16	475/16	Em andamento	
06/09/16	264001.000660-2016	Sindicância	347/16			Em andamento	
16/09/16	264001.000593-2014	PAD	425/16			Em andamento	

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.

Quadro 3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.		X			
Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.				X	
Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.	X				
As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Escala de valores da Avaliação: Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria . Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria . Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

Primeiro devemos destacar que não houve significativas ações que promovessem alterações no quadro 3.5, motivo pelo qual o mesmo apresenta total imobilidade em referência ao exercício de 2015.

Todavia, buscando melhor gerir seus riscos, dentro de suas atuais possibilidades em razão de seu efetivo bastante reduzido, a Fundacentro estabelece responsabilidades, que a deixa em conformidade com os princípios da Administração Pública, e paralelamente tem procurado aprimorar seus procedimentos e processos visando aumentar os processos para mitigação ou “eliminação” dos riscos operacionais e de gestão, contudo, ainda existem desafios a serem cumpridos neste sentido.

Este aprimoramento se dá via as atividades de verificação de conformidades, realizadas pela Auditoria Interna, bem como as auditorias externas, do TCU e CGU, bem como pelo controle da legalidade, de nossos processos e atos administrativos, realizado constantemente por nossa Procuradoria Jurídica.

Outro importante fator para contribuir como nossos controles se faz por nosso Código de Ética, que é de fácil acesso, na intranet e é difundido tanto para os novos servidores quanto para os terceirizados, a todos que o evoque. Sendo que a Comissão responsável pelo mesmo realiza regularmente novas capacitações.

Conforme detalhamento da *International Organization for Standardization* – ISO, sobretudo na ISO 31000, o aspecto comunicação é de fundamental importância quando tratamos de Gestão de Riscos. Assim, não podemos nos furtar de destacar as ações para contingenciar alguns tipos riscos, ligados ao acesso e divulgação das informações interna e externa, promovidas por nossa Assessoria de

Comunicação Social, que divulga constantemente atos e fatos destinados ao público internos como: Portarias publicadas, Despachos de Julgamentos, assim como atualiza servidores e aposentados quanto aos acontecimentos relacionados à Fundacentro e à Segurança e Saúde no Trabalho em um âmbito geral, bem como divulga informações relevantes no campo da SST para um público bastante abrangente via o Portal da Fundacentro, mídias sociais da instituição, clipping diário da Fundacentro e por meio de mala direta .

No campo da organização, métodos e processos o Serviço de Modernização Administrativa (SMA) vem implementando gradativamente a padronização dos procedimentos de forma a diminuir inconsistência e inconformidades nos processos internos. Sendo que quando novos procedimentos são elaborados, ficam disponibilizados na intranet e são divulgados às áreas interessadas.

Por último, como fica claro no quadro 3.5 há a necessidade de redefinição e modernização dos processos administrativos, incorporando a quantificação e mitigação da componente de riscos nos mesmos, visto que está componente estratégica de monitoramento contribuirá na tomada de decisão e resguardar o recurso público.

Contudo, cabe aqui uma importante e recorrente ressalva, de a grande parte destas pendências observadas na componente controles internos decorrentes do atual reduzido quadro de recursos humanos da instituição, o que embora foi reduzido parcialmente com a nomeação de 22 assistentes em Ciência e Tecnologia aprovados no Concurso 01/2014, de longe sana por completo o problema, visto que a velocidade de aposentadoria e afastamentos supera em muito a velocidade de novos concursados na Fundacentro.

Inclusive, foi por esses motivos que ações programadas para o decorrer de 2016, como a criação de grupos de trabalho para atendimento das demandas com relação à Gestão de Risco e dos Controles Internos foram postergadas para o ano de 2017..

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas.

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.

Quadro 4.1.1.A Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	513	272	3	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	513	272	3	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	513	268	2	24
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	14	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	513	286	3	24

Fonte: SIAPE, Relatório da Folha de Pagamento (Dez/16)

Descrição dos Campos

1. Tipologias dos Cargos

- a. **Servidores em cargos efetivos:** Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UPC, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, conforme a seguinte especificação:
 - **Membros de poder e agentes políticos:** Compreende os titulares dos órgãos do Poder Judiciário (ministros e juízes), do Tribunal de Contas da União (ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao TCU) e dos cargos estruturais da organização política do País, compreendendo, no âmbito federal, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os auxiliares imediatos dos Chefes do Poder Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores e Deputados Federais e os membros do Ministério Público, dentre outros.
- b. **Servidores de Carreira:** Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na UPC, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, a seguir especificados:
 - ✓ **Servidores de carreira vinculada ao órgão:** servidores ocupantes de cargos efetivos de carreira da própria UPC ou do órgão supervisor da UPC;
 - ✓ **Servidores de carreira em exercício descentralizado:** servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UPC mediante exercício descentralizado de atividade;

- ✓ **Servidores de carreira em exercício provisório:** servidores originários de carreira de outro órgão que esteja em exercício provisório na UPC. Enquadram-se nesta linha os servidores que foram removidos de outras unidades ou órgãos com base na previsão legal do art. 36, Parágrafo único, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.112/90, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.527/97;
 - ✓ **Servidores requisitados de outros órgãos e esferas:** servidores que exercem atividades na UPC em razão de haverem sido requisitados conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei nº 8.112/90.
- c. **Servidores com Contratos Temporários:** Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei nº 8.745/93, com as modificações da Lei nº 9.849/99 e Lei nº 10.667/2003.
- d. **Servidores sem Vínculo com a Administração Pública:** Servidores que compõem a força de trabalho da UPC que não têm vínculo com a administração pública, tais como os ocupantes de cargos em comissão.

2. Lotação

- **Autorizada:** Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos na UPC.
- **Efetiva:** Lotação efetiva de cargos providos na UPC. Deve ser demonstrada a quantidade de pessoas que efetivamente ocupam cargo de alguma das tipologias indicadas nas linhas.

3. Ingressos e Egressos

- **Ingressos no exercício:** Número de servidores que ingressaram na UPC no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor “0” (zero).
- **Egressos no exercício:** Número de servidores que saíram da UPC no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor “0” (zero).
- **Total de servidores:** Devem ser totalizadas somente as colunas “Lotação Efetiva”, “Ingressos” e “Egressos”).

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 4.1.1.B Distribuição da Lotação Efetiva – Situação Apurada em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	121	151
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	121	151
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	118	150
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	14	0
Total de Servidores (1+2+3)	135	151

Fonte: SIAPE, Relatório da Folha de Pagamento (Dez/16)

Descrição de Campos

A **Descrição de Campos** deste quadro segue a dos campos concernentes dispostos no quadro “Força de trabalho da UPC”, sendo a seguir identificados apenas os novos campos:

1. **Área Meio** – Área de atividades da UPC que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas. Devem ser informados nos campos concernentes o número de servidores efetivos direcionados aos macroprocessos de apoio da UPC;

Caso a segregação entre as áreas meio e fim não seja clara, a UPC deve dispor sobre o critério utilizado na separação em nota de rodapé ou no corpo do relatório de gestão.

2. **Área Fim** – Área de atividades da UPC correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos. Deve ser informado nos campos concernentes o número de servidores efetivos direcionados aos macroprocessos finalísticos da UPC.

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.

Quadro 4.1.1.C - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC 2016

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	72	64	31	31
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	72	64	31	31
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		48	19	18
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		13	12	13
1.2.5. Aposentados		1	0	0
2. Funções Gratificadas	50	36	7	11
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		36	7	11
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	122	100	38	42

Fonte: SIAPE.

4.1.1.1 Análise Crítica.

A Fundacentro conta atualmente apenas com metade de seu efetivo, o que vem dificultando muito o desenvolvimento de seus Projetos e Atividades.

Com seu quadro efetivo reduzido e as constantes mudanças de Gestores os problemas de Gestão e cumprimento das Metas e Missão Institucional tem se agravado ao longo dos anos correndo, inclusive, o risco de fechamento de alguns departamentos e Unidades Descentralizadas por falta de pessoal.

No que diz respeito à saúde dos servidores e agentes públicos na Instituição há necessidade de desenvolver ações de vigilância, visando à promoção e a proteção destes, bem como a redução dos afastamentos por adoecimentos e para que isto aconteça se faz necessária a contratação de profissionais voltados especificamente para essa atividade, tais como médico do trabalho e engenheiro de segurança. Estes profissionais podem auxiliar na melhoria dos processos de trabalho e prevenção dos riscos ocupacionais existentes.

Hoje, além de não contarmos com esses profissionais por não pertencerem ao plano de carreira, temos grande dificuldade em realizar os exames periódicos em razão da dificuldade em firmar os acordos de cooperação com instituições públicas que possam realiza-los visto que as Unidades do SIASS não o fazem e a contratação de empresa privada nem sempre é viável.

4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.

Quadro 4.1.2 Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	R\$ 17.610.577,92	R\$ -	R\$ 21.565.782,31	R\$ 1.428.758,96	R\$ 2.300.229,71	R\$ 1.255.401,35	R\$ 384.931,15	R\$ 417.688,13	R\$ 103.685,73	R\$ 45.067.055,26
	2015	R\$ 17.646.478,50	R\$ -	R\$ 21.295.136,56	R\$ 1.390.067,41	R\$ 1.968.429,35	R\$ 1.234.233,79	R\$ 411.862,71	R\$ 93.136,75	R\$ 93.907,92	R\$ 44.133.252,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.031.493,22	R\$ 93.401,08	R\$ 123.873,98	R\$ 8.050,16	R\$ 23.958,14	R\$ 3.200,00	R\$ -	R\$ 1.283.976,58
	2015	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.140.711,39	R\$ 48.499,85	R\$ 101.460,10	R\$ 178,00	R\$ 6.444,98	R\$ 6.341,00	R\$ -	R\$ 1.303.635,32
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2015	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.626,54	R\$ -	R\$ 746,00	R\$ -	R\$ 2.344,38	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.716,92
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										
	2015										

Fonte: SIAPE/Relatório de Folha de Pagamentos/SAFI

4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.

Atualmente, a Fundacentro dispõe de quadro de servidores insuficiente para desempenho das funções. Tanto é verdade que ao final de 2016 embora seu quantitativo, ou seja, se o total de vagas seja de 513, ao final do deste ano em exercício na instituição apenas 286 servidores efetivos da carreira vinculada e 14 (quatorze) servidores sem vínculo em cargos em comissão. Sendo que no ano de 2016 23 (vinte e três) servidores se aposentaram.

Por outro lado, atualmente não existem mais terceirizados irregulares trabalhando na Fundacentro, o que só foi possível devido o concurso de 2014, que permitiu a nomeações de 30 servidores do cargo de assistente em ciência e tecnologia.

Em relação a realização de concursos, cabe destacar que Fundacentro só foi autorizada a realizar apenas três em toda sua história, 2004, 2010 e 2014, os quais apenas mantiveram o número de efetivos por volta de 60% da lotação total prevista.

Está situação de quadro de servidores deficitário possivelmente se agravará em 2017, visto que 38 (trinta e oito) servidores efetivos poderão aposentar-se, dentre os quais 16 (dezesesseis) são Tecnologistas, 13 (treze) são Assistentes em Ciência e Tecnologia, 4 (quatro) são Técnicos, 2 (dois) Pesquisadores e 3 (três) são Analistas em Ciência e Tecnologia. Cabe destacar que estas possíveis aposentadorias, se ocorrerem, prejudicarão ainda mais a realização dos trabalhos da instituição, sobretudo, das atividades fim, visto que com eles vão um considerável volume de conhecimento em alguma área específica da SST.

Este baixo número de servidores efetivos aliado ao volume de servidores em condições de aposentadoria e à morosidade nas expectativas de reposição dos mesmos, tem promovido uma conjuntura de comprometimento do atendimento às demandas institucionais, que só se agravará nos próximos meses caso este quadro não se reverta via a realização urgente de um novo concursos ou até mesmo via contratação de pessoal via outros mecanismos como: **a)** Cessão de empregados públicos para Fundacentro; **b)** Contratação Temporária, conforme a Lei N 8.745 de 29/12/1993 e **c)** via a terceirização, cujo projeto encontra-se em fase de votação, sendo esta última opção a mais contestável em função de uma série de características que envolve atividades de pesquisa.

Do ponto de vista da gestão administrativa da instituição o quadro reduzido de servidores tem impactado de forma bastante contundente, pois se de um lado temos a diminuição do quadro de outro temos um significativo crescimento das demandas do órgão de controle e gestão, que buscam cada vez mais coibir atos ilícitos, bem como aumentar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Em resumo o número insuficiente de servidores tem sido negativo para a execução de todas as rotinas administrativas da instituição, incluindo: a designação de membros para comissões e grupos de trabalho; procedimentos e controles administrativos/governamentais; e a gestão e o apoio administrativo relacionados a todas as atividades da Fundacentro.

Tanto é verdade que a Coordenação de Recursos Humanos identificou diferentes processos administrativos que estão sendo prejudicados por esta crônica carência de servidores, relacionados a seguir:

- ✓ operacionalização dos sistemas estruturantes do Governo Federal, a exemplo de SIAPE, SIGEPE, SISAC, SIASG, SICONV, SCDP, SICAF, entre outros;
- ✓ gestão de contratos e revisão do processo de contratação;
- ✓ implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, conforme Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993;

- ✓ implantação do Assentamento Funcional Digital, exigido pela Portaria Normativa MP nº 3, de 18 de novembro de 2011;
- ✓ manutenção de rotinas administrativas relacionadas a manutenção e obras, suprimentos e contabilidade;
- ✓ revisão dos procedimentos de compras e aquisições e de utilização do suprimento de fundos, etc.

Contudo, são apenas os problemas relacionados ao reduzido número de servidores da Fundacentro que tem promovido uma menor eficácia nas atividades fim e meio da instituição, visto que para o desempenho de algumas funções como – Gestão de Contratos; Gestão do TDTI, Corregedoria Seccional e Ouvidoria, não há Cargos em Comissão, quer pela utilização de DAS ou FCPE.

Esta conjunção, de queda no número de servidores atrelada a um crescente aumento das atividades por servidores em promovido uma quantidade expressiva de afastamentos para tratamento da própria saúde, o que é agravado pela idade média dos servidores, que em boa parte ultrapassa os 50 (cinquenta) anos.

Este volume de afastamentos é majorado se incluirmos os afastamentos para participação em cursos de pós-graduação, mas sem dúvida o resultado que temos aqui, ao contrário dos afastamentos por doença é algo significativamente importante para a Fundacentro, visto que os pesquisadores, tecnólogos, tecnologistas e corpo administrativo só se beneficiam com os resultados das pesquisas originadas, que serão aplicados desde atividade administrativas como nas atividades finalista de pesquisa e difusão de conhecimento em SST.

Para minimizar esta situação, desde 2015 foi solicitada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para nomeação de mais 15 assistentes em ciência e tecnologia, que corresponde a 50% do número de vagas do concurso realizado em 2014, e para realização de concurso para o preenchimento de 190 vagas desocupadas das carreiras de ciência e tecnologia já disponíveis para a Fundacentro. Os dois pedidos foram negados. Em 2016, foi reiterada a primeira solicitação e brevemente deverá ser encaminhado novo pedido quanto às demais vagas.

Não é exagero enfatizar que a Fundacentro depende da realização de um novo concurso e a mais breve possível nomeação destes novos servidores e da autorização de novos concursos para manter-se em funcionamento; caso contrário, em poucos anos a instituição estará completamente sucateada e paralisada, deixando assim de atender definitivamente a sua missão junto à sociedade brasileira.

Um importante aspecto do quadro de servidores da Fundacentro é que ele pertence à Carreira de Ciência e Tecnologia do Governo Federal. Assim, é de extrema importância que haja um processo de transferência de conhecimentos entre os servidores mais experientes e os recém-chegados, o que vem ocorrendo em raras ocasiões, vaticinando um verdadeiro colapso estrutural, já que a quantidade de egressos supera em muito a de ingressos, especialmente em decorrência das aposentadorias, sem que exista a possibilidade de transferência de conhecimentos acadêmicos, mas sobretudo de nuances importantíssimas no campo da pesquisa em SST.

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.

Quadro 4.1.4.1 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangido pelo Plano de Cargos da Unidade

Ano do Contrato	Objeto	Tipo	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	V	O	007 – Albatroz Segurança e Vigilância Ltda.	66.700.295/0001-17	30/04/14	29/04/17	-	-	-	23	-	-	P
2010	M	O	018 – Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda.	60.902.939/0001-73	05/10/10	04/10/14	-	1	-	7	-	-	E
2011	E	O	002 – Centro de Integração Empresa Escola – CIEE	61.600.839/0001-55	02/03/11	31/05/16	-	-	16	-	43	-	E
2016	R	O	008 – Digital Jundiaí Ltda. – ME	04.839.879/0001-10	01/04/16	31/03/17	-	-	-	01	-	-	A
2015	A, C	O	004 – Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	00.482.840/0001-38	05/05/15	04/05/17	-	77	-	94	-	6	P
2015	L	O	007 – Vip Sul Construções e Serviços Ltda.	13.682.207/0001-35	01/06/15	27/08/17	24	-	-	-	-	-	P
2016	E	O	011 – Agência de Integração Empresa Escola - AGIEL	01.406.617/0001-74	01/07/16	30/06/17	-	-	-	-	5	-	A

Observações: Contrato n° 007 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede), Parque Gráfico e Escritório Regional de Campinas; Contrato n° 018 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e Parque Gráfico; Contrato n° 002 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas; Contrato n° 008 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede); Contrato n° 004 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas; Contrato n° 007 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva; (I) Informática; (C) Copeiragem; (R) Reprografia; (M) Manutenção de bens imóveis; (A) Apoio Administrativo e Menores Aprendizizes; (E) Estagiários
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
(P) Parcial e **(C)** Concluído
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

A respeito do Contrato de manutenção 018, com a empresa Brasanitas - Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda., cabem algumas observações:

Os serviços continuaram sendo prestados pela Contratada mesmo após o término da vigência do Termo Aditivo 04/2014, pelos motivos já expostos no Relatório de Gestão de 2015.

Em junho de 2016, a Administração à época, a partir do conhecimento de uma Ata de Registro de Preços da AGU/SP – pregão nº 022/2016, de objeto semelhante, elaborou um estudo para avaliar a possibilidade de adesão.

Esse estudo (processo 590/2016), concluiu que a referida Ata não atendia as necessidades da FUNDACENTRO, sendo descartada a adesão e o processo foi encerrado em 18 de agosto de 2016.

Em 06 de outubro de 2016, a Administração comunicou à Contratada, através de ofício, que a prestação de serviços deveria encerrar-se em 07 de novembro de 2016, o que efetivamente ocorreu. Os trabalhadores aqui alocados cumpriram aviso prévio e todos os valores devidos à Contratada até tal data foram pagos através de reconhecimento de dívida.

Desde então a FUNDACENTRO permanece sem prestadora de serviços na área de manutenção predial.

Dos procedimentos de licitação iniciados em 2015, quais sejam o emergencial (processo 765/2015) e o normal (processo 754/2015) apenas o normal prosseguiu até a fase de pregão.

Assim, foi realizado o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 03/2017, no qual sagrou-se vencedora a empresa Engtech Construções e Comércio Ltda. EPP. O Contrato, elaborado em consonância à minuta constante no Edital do referido Pregão Eletrônico, encontra-se atualmente em fase de assinatura.

4.1.4.2 Contratação de Estagiários.

Para verificar as conformidades foram efetuadas análises dos registros contábeis apresentados nas contas do balancete do Órgão e suas Unidades Executoras (264001, 264002, 264003, 264004,

Quadro – 4.1.4.2 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício
	1º	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(R\$ 1,00)
1. Nível superior (1)	20	17	05	05	70.084,24
1.1 Área Fim	15	13	04	04	53.278,55
1.2 Área Meio	05	04	01	01	16.805,69
2. Nível Médio (2)	02	02	00	00	3.613,05
2.1 Área Fim	01	01	00	00	1.882,00
2.2 Área Meio	01	01	00	00	1.731,05
3. Total (1+2)	22	19	05	05	73.697,29
Valor pago em Contribuição Institucional (Contrato Agente de Integração) em 2016: R\$ 2.355,35					

A Fundacentro não possui regulamentação interna que discipline a contratação de estagiários, utilizando para este fim a Lei nº 11.788/2008 e a Orientação Normativa 04/2014. Conforme está legislação, há convênio firmado com Agente de Integração AGIEL – Agência de Integração Empresa Escola para contratação de estudantes de nível médio e superior em nível nacional.

O Agente de Integração divulga as vagas de estágio disponibilizadas pela Fundacentro e realiza a triagem de estudantes interessados nas vagas ofertadas. Sendo que a especialização do estudante é definida a partir do estabelecido na Orientação Normativa 04/2014, que também limita o quantitativo de estagiários de acordo com o número de servidores lotados em cada setor.

O processo de seleção é realizado na Unidade em que a vaga está aberta/ alocada e é composto de duas fases: na primeira o estudante preenche uma ficha cadastral e redige uma redação. Na segunda fase o estudante é entrevistado pelo supervisor da vaga.

Observa-se que a maior parte dos estagiários está na área fim da Fundacentro, cujo objetivo é a produção e a difusão de conhecimento na área de Saúde e Segurança do Trabalho.

As atividades do estágio são desenvolvidas alinhadas aos objetivos das áreas técnica e administrativa, proporcionando aprendizado ao estagiário.

Em termos contratuais o estudante contratado terá o contrato de estágio emitido pelo CIEE, no qual deverá constar a assinatura do estudante, da instituição de ensino e da Fundacentro, e suas cláusulas dispõem sobre o valor de bolsa-auxílio, auxílio-transporte, horário de estágio, supervisor, seguro de acidente pessoal, plano de atividades, entre outras questões.

Em relação aos dados apresentados no quadro 6.1.4.2 pode-se observar que houve redução significativa do número de estagiários a partir do 3º trimestre de 2016. Tal redução foi decorrente do fim do contrato com o Agente de Integração anterior. Devido ao lapso temporal entre o término do contrato anterior e a formalização com o novo Agente de Integração, os estudantes foram desligados, tendo retornado apenas parte dos estudantes na vigência do contrato com o novo Agente.

4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.

4.2.1 Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Fundacentro possui frota de veículos automotores próprios, conduzidos por motoristas contratados, junto à empresa prestadora de serviços de apoio e mão de obra especializada Liderança. De forma geral a frota é utilizada para realização de trabalhos administrativos e, principalmente, técnicos, relacionados à produção e difusão de conhecimentos sobre Segurança e Saúde no Trabalho e Meio Ambiente.

Quadro 4.2.1.A – Gestão da Frota de Veículos Próprios – CTN/SP e Unidades Descentralizadas

Legislação	Lei nº 1081, de 13/04/1950
	Lei nº 9.327, de 09/12/1996
	Decreto nº 6.403, de 17/03/2008
	Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 15/05/2008
	Norma Interna 6.03.001, de 21/06/2006
Estrutura de controles	Sistema de controle de requisição de uso de veículos
	Formulário do sistema para controle de local destino, saída/entrada, hora e quilometragem
	Sistema de controle de abastecimento de combustível, manutenção e troca de

Fonte: SAA – Serviço de Atividades Auxiliares/CTN/SP

Quadro 4.2.1.B – Classificação, Utilização e Caracterização dos Veículos Oficiais – CTN/SP e Unidades Descentralizadas

Grupo	Utilização	Quantitativo	Média anual de KM	Idade média da frota
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	01	7.122	13
IV – Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal e de diversos materiais, a serviço	58	193.518	13

Quadro 4.2.1.C – Custo anual com a frota de veículos de propriedade da Fundacentro – CTN/SP e Unidades Descentralizadas – Exercício 2016

Item	2015	2016
Abastecimento	53.456,17	90.764,99
Manutenção	72.222,85	59.073,93
Seguro	17.709,39	36399,97
DPVAT	6.480,28	6.211,94

Fonte: SAA

Nota: Os valores de manutenção incluem os gastos do CTN e regionais lançados em sistema, conforme quadro abaixo, não há um contrato geral, os reparos são feitos por oficinas contratadas por cada regional

Quadro 4.2.1.C.1 – Custo anual com a frota de veículos de propriedade da Fundacentro – individualizado CTN/SP e Unidades Descentralizadas – Exercício 2016

Custo de Manutenção por Regional	2015	2016
Centro Técnico Nacional - CTN	58.137,10	43.074,54
Centro Estadual do Espírito Santo - CEES	1.771,00	2.930,00
Centro Estadual do Pará - CEPA		4.474,90
Centro Estadual do Paraná - CEPR		
Centro Estadual do Rio de Janeiro - CERJ	4.240,47	2.577,65
Centro Estadual do Rio Grande do Sul - CERS	2.983,40	710,00
Centro Estadual de Sta. Catarina – CESC		
Centro Regional da Bahia – CRBA		
Centro Regional de Minas Gerais - CRMG		
Centro Regional do Distrito Federal - CRDF		
Centro Regional de Pernambuco – CRPE		
Escritório de Repres. da Baixada Santista – ERBS	785,88	3.905,84
Escritório de Repres., de Campinas	4.415,00	1.410,00
Escritório Regional do Mato Grosso - ERMS		

Fonte: SAA

Quadro 4.2.1.D – Média Anual de quilometragem rodada por unidade – Exercício 2016

Unidade	2015	2016
Centro Técnico Nacional – CTN – Veículo Oficial	2.707	8.308
Centro Técnico Nacional – CTN – Outros Veículos	51.500	57.060
Centro Estadual do Espírito Santo - CEES	3.232	6.821
Centro Estadual do Pará - CEPA	0	1.294
Centro Estadual do Paraná - CEPR	5.055	13.305
Centro Estadual do Rio de Janeiro - CERJ	0	10.024
Centro Estadual do Rio Grande do Sul - CERS	13.642	18.539
Centro Estadual de Sta. Catarina – CESC	3.740	7.802
Centro Regional da Bahia – CRBA	41.926	38.750
Centro Regional do Distrito Federal - CRDF	26.512	22.144
Centro Regional de Minas Gerais - CRMG	5.370	14.798
Centro Regional de Pernambuco – CRPE	15.386	16.520
Escritório de Repres. da Baixada Santista – ERBS	0	17.107
Escritório de Repres., de Campinas	4.473	4.007
Escritório Regional do Mato Grosso - ERMS	4.983	3.800

Fonte: SAA

Quadro 4.2.1.E – Idade dos Veículos por unidade – Exercício 2016

UNIDADE	MARCA/MODELO	PLACA	ANO/MOD	UTILIZAÇÃO	IDADE
CEES	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	MTN 4734	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	MTN 4744	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	MTN 4754	2002/2002	v s c	15
CEPA	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	CMW 0159	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	CMW 0160	2002/2002	v s c	15
	TOYOTA/HILUX CD 4X4 2.4	JTN 4522	1996/1996	v s c	21
	FIAT/UNO MILLE 1.0 FIRE / F. FLEX	JVP 7079	2005/2006	v s c	12
CEPR	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	AKC 5423	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	AKC 6239	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	AKC 6308	2002/2002	v s c	15
CERJ	GM/S10 BLAZER DLX	LNW 3189	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	LNW 4914	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	LNW 4594	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	LNW 4919	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	LNW 5606	2002/2002	v s c	15
CERS	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	IKN 6309	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	IKN 6315	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	IKN 6319	2002/2002	v s c	15
CESC	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	MCK 0901	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	MCK 0951	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	MCK 0971	2002/2002	v s c	15
CRBA	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	JFP 1307	2002/2002	v s c	15
	TOYOTA/HILUX CD 4X4 2.8	JKZ 3166	1996/1996	v s c	21
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	JPZ 1306	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	JPZ 1308	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	JPZ 1309	2002/2002	v s c	15
	GM/SPIN LT 1.8 8V ECONO.FLEX SP	PJD 0411	2015/2016	v s c	2
CRDF	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	CDV 2213	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	JFP 4554	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	JFP 4564	2002/2002	v s c	15
CRMG	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	GMF 4014	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	GMF 4016	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	GMF 4018	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	GMF 4019	2002/2002	v s c	15
CRPE	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	BPZ 8551	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	CDV 2184	2002/2002	v s c	15
	TOYOTA/HILUX CD 4X4 2.8	KHL 5805	1996/1996	v s c	21
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	KKU 0513	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	KKU 0554	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	KKU 0574	2002/2002	v s c	15
	MITSUBISHI, L200 GL DIESEL	JKH 5471	2005/2006	v s c	12
	MITSUBISHI, L200 GL DIESEL	JGL 0211	2008/2009	v s c	9
CTN	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V 4P	CDV 2172	2002/2002	V T I	15
	TOYOTA/BAND. PICAPE CHASSI CURTO	BRZ 6934	1996/1997	v s c	21
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	CDV 2162	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	CDV 2164	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	CDV 2165	2002/2002	v s c	15
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V 4P	CDV 2174	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	CDV 2183	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	CDV 2207	2002/2002	v s c	15
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V 4P	CDV 2214	2002/2002	v s c	15
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V 4P	CDV 2217	2002/2002	v s c	15
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V 4P	CDV2173	2002/2002	v s c	15
	FIAT/DUCATO COMBINATO 2.8 TURBO	LNW 6044	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	DBA 1404	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	DBA 1408	2002/2002	v s c	15
ERBS	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	CDV 2216	2002/2002	v s c	15
ERCA	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	BPZ 7719	2002/2002	v s c	15
	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	CDV 2163	2002/2002	v s c	15
ERMS	GM/S10 BLAZER DLX 2.8 4X4 TB INTERC	HQH 8326	2002/2002	v s c	15
	GM/AFIRA 2.0 8V MPFI 5P MEC	HQH 8327	2002/2002	v s c	15

Fonte: SAA

4.2.2 Política de Destinação de Veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.

No que se refere à “Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso” a Fundacentro obedece ao disposto no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Destacamos ainda que conforme apresentamos no “item 6.2.1” especificamente na “tabela 6.2.1.D a idade da frota é em média de 14,7 anos.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Podemos resumir as características e operacionalidade da Gestão de Patrimônio Imobiliário da união da seguinte forma:

- A. A unidade possui sistema informatizado para controle de material permanente, sendo que os bens imóveis são monitorados pelo sistema SPIUnet.
- B. A qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis é realizada no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Sendo que de forma geral os dados presentes no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet são, para fins necessários ao monitoramento exercido pela área responsável, suficientes. Dessa forma, não visualizamos a necessidade de ampliação do escopo de informações, considerando as atribuições atuais do setor.

- C. No tocante às informações sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação, também são realizadas via sistema. Porém, atualmente a Fundacentro não possui imóveis cedidos a terceiros.
- D. O registro dos imóveis é realizado por meio do SPIUNET e esse sistema é integrado ao SIAFI efetuando o registro concomitantemente nos dois sistemas.

Contudo, se faz necessário a criação de procedimento de depreciação e reavaliação dos imóveis, porém os mesmos ainda não foram implementados na Fundacentro.

Ainda em relação a este e em atendimento a Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014, a Secretaria do Patrimônio da União publica os arquivos contendo os valores de depreciação dos imóveis do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet no endereço <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/depreciacao-de-imoveis>.

- E. Em relação aos Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los, temos a declarar que a Fundacentro carece de pessoal qualificado para avaliação de seus imóveis, bem como de políticas para aproveitamento dos terrenos pertencentes à entidade, que poderiam abrigar unidades que atualmente ocupam imóveis alugados.

Uma solução viável para utilização destes imóveis seria o exame, por parte das unidades descentralizadas, quanto à possibilidade de operacionalizar o uso e ocupação dos imóveis próprios.

O quadro a seguir apresenta tanto a distribuição espacial dos bens imóveis em uso pela Fundacentro como também alguns de seus dados de identificação e se houve gastos no exercício.

Quadro 4.2.3.A.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação **	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
264001	7107.00475.500-8	em serviço público	Muito bom	25.444.642,47	01/01/2015	0,00	0,00	14.110,37
264002	9051.00246.500-4	-adm. Federal indireta	Bom	412.361,77	01/01/2015	0,00	0,00	1.179,00
264003	6291.00071.500-9	em serviço público	Bom	359.652,50	01/01/2015	0,00	0,00	647,21
264005	4123.00192.500-5	em serviço público	Ruim/Desocupado	276.261,45	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
264005	4123.00303.500-7	em serviço público	Bom	2.681.146,54	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
264006	9701.17244500-2	em serviço público	Regular/Desocupado	7.520.052,01	27/08/2014	0,00	0,00	15.282,00
264006	9701.17145.500-4 (sala 511)	-adm. Federal indireta	Bom	93.539,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.17708.500-4 (sala 502)	-adm. Federal indireta	Bom	120.512,57	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21452.500-9 (sala 512)	-adm. Federal indireta	Bom	93.722,89	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21483.500-8 (sala 503)	-adm. Federal indireta	Bom	105.766,15	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21484.500-3 (sala 513)	-adm. Federal indireta	Bom	91.654,32	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21485.500-9 (sala 510)	-adm. Federal indireta	Bom	233.304,24	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21486.500-4 (sala 509)	-adm. Federal indireta	Bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21487.500-0 (sala 508)	-adm. Federal indireta	Bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21489.500-0 (sala 506)	-adm. Federal indireta	Bom	93.137,51	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21488.500-5 (sala 507)	-adm. Federal indireta	Bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00

Quadro 4.2.3.A.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação **	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
264006	9701.21490.500-6 (sala 505)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	117.137,34	0,00	0,00
264006	9701.21491.500-1 (sala 504)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	97.863,45	0,00	0,00
264006	9701.21492.500-7 (sala 514)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	101.602,94	0,00	0,00
264006	9701.21493.500-2 (sala 515)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21494.500-8 (sala 516)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21495.500-3 (sala 517)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	83.435,52	0,00	0,00
264006	9701.21496.500-9 (sala 518)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21497.500-4 (sala 519)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21498.500-0 (sala 520)	-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264007	2531.00503.500-0	entrega – adm federal direta	Bom	2.970.181,82	01/01/2015	790.001,78	0,00	246,00
264008	3849.00525.500-7	em serviço público	Bom	4.009.853,92	01/01/2015	2.465.521,56	0,00	3.278,45
264011	8105.00193.500-4	entrega – adm federal direta	Bom	500.000,00	01/01/2015	2.859.885,69	0,00	0,00
264013	8801.00427.500-7	ularização – outros	Bom	7.490.909,09	01/01/2015	1.709.169,62	0,00	5.990,00
264014	0427.00685.500-5	em serviço público	Bom	4.625.454,55	01/01/2015	201.620,95	0,00	446,00
Total							0,00	41.179,63

Fonte: SPIUNET

- Nota: 1.** Valores contabilizados em manutenção de imóveis (333903024 e 333903916) no SIAFI totalizando o valor de R\$ 125.343,36 e a reforma no valor de R\$ 25.278,18, foi com projeto de reforma da futura instalação do imóvel no município de Santos – SP;
- 2. Estado de Conservação:** considerou-se somente a avaliação visual, quando na verdade se deveria contratar engenheiro especializada para fazer este tipo de avaliação.

4.2.3.1 Análise Crítica

Embora os imóveis da Fundacentro estejam registrados e regularizados no sistema SPIUNET, é necessário desenvolver uma gestão local de bens imóveis, de forma a que possa ter um acompanhamento das instalações e suas manutenções garantindo a fidelidade das informações contábeis.

Os imóveis não tiveram seus preços alterados de um exercício para o outros, pois para que isto ocorra é necessária uma correta avaliação, só possível se efetuada por um profissional da área de imóveis que determinará o correto valor de mercado de cada imóvel.

4.2.3.2 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgão e Entidades Públicas ou Privadas.

A Fundacentro celebra os seguintes termos de permissão de uso:

Banco do Brasil S/A permissão de uso, a título precário, de uma sala de aproximadamente 39,54 m², no andar intermediário do imóvel de sua propriedade, situado na Rua Capote Valente, 710 no Município de São Paulo – SP. Esta permissão ainda está vigente, por prazo indeterminado e sem remuneração.

Vivo S/A permissão de uso onerosa de uma área de 60m² na laje superior do imóvel de sua propriedade, situado na Rua Capote Valente, 710 no Município de São Paulo – SP. Esta permissão de uso **não estava vigente no exercício 2016**.

4.2.3.3 Informações sobre imóveis que locamos de terceiros.

Os imóveis em regime de locação estão inseridos no sistema SPIUnet conforme quadro abaixo:

Quadro 4.2.3.3 – Discriminação de Imóveis Locados pela UPC.

Localidade	Rip Imóvel	Endereço	Situação
São Paulo / SP	71070099245008	Rua Capote Valente, 706	Alugado
Vitória / ES	5705002175005	Rua Candido Ramos, 30	Alugado
Curitiba / PR	7535004025000	Rua da Glória, 175	Alugado
Porto Alegre / RS	8801005905004	Av. Borges de Medeiros, 659 – sl. 1001	Alugado
Porto Alegre / RS	8801005905005	Av. Borges de Medeiros, 659 – sl. 1002	Alugado
Porto Alegre / RS	8801005905006	Av. Borges de Medeiros, 659 – sl. 1003	Alugado
Porto Alegre / RS	8801005905006	Av. Borges de Medeiros, 659 – sl. 1004	Alugado
Belém / PA	427008635002	Rua Bemal Couto, 781	Alugado

Fonte:

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação.

4.3.1 Informação sobre imóveis que locamos de terceiros

Conforme o próximo quadro a força de trabalho de TI da FUNDACENTRO é composta da seguinte forma:

Quadro 4.3.1 Composição de Servidores, Terceirizados e Estagiários da área de TI

A	B	C	D	E*	F
3	1	0	0	7	0

Legenda: 1. (A) servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade;
2. (B) servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade;
3. (C) servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades;
4. (D) servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades;
5. (E) terceirizados*; e
6. (F) estagiários.

Nota: * constam como terceirizados nessa listagem os prestadores de serviço de atendimento de suporte técnico presencial (rede, operação, *service desk*) e as eventuais presenças dos prestadores de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação (não são mão-de-obra)

4.3.1.1 Plano de Capacitação do Pessoal de TI.

Formalmente não há um Plano de Capacitação específico para a área de TI. Contudo, em 2016 um servidor concluiu Mestrado Profissional em Engenharia de Computação.

Os demais servidores lotados no Serviço de Informática não participaram de ações de treinamento em 2016

4.3.2 Gestão da Tecnologia da Informação.

A Gestão de Tecnologia da Informação na FUNDACENTRO é executada pelos três servidores de TI que compõe o quadro do Serviço de Informática.

A Gestão de TI contempla, principalmente, as seguintes atividades:

- Fiscalização de Contratos
- Implantação de novos serviços de TI (infraestrutura computacional – rede e sistemas de informação);
- Manutenção e sustentação da infraestrutura computacional e dos sistemas.

4.3.3 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Comitê de TI da Fundacentro não reuniu, em 2016, o que é fundamental para as tratativas referentes ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Contudo, desde 2015 a minuta de Regimento Interno do Comitê está em análise e apresenta definições importantes sobre a característica do comitê (deliberativo), bem como dará início para a elaboração do PDTI.

A proposta do Plano abrange toda a Fundacentro, tanto a Sede/CTN, quanto as Unidades Descentralizadas. Mais que um instrumento legal necessário, é um mecanismo que norteará as decisões da Fundacentro referentes à aplicação dos recursos de tecnologia da informação, tão fundamentais em quaisquer empresas e órgãos, estritamente para atender à missão da Instituição.

Embora não haja um documento formal, consta no sistema interno de planejamento da Fundacentro – Sistema de Gestão de Projetos e Atividades (SGPA) as propostas SIN.001.2016, SIN.002.2016 e SIN.003.2016, que norteiam o planejamento e a execução de TI em 2016

Mesmo assim, convém citar que o Serviço de Informática atua sempre com planejamento mesmo sem a existência de um documento formalmente escrito.

Embora sem ter sido formalizado por um comitê de tecnologia da informação desde 2010 a área de TI tem tomado providências para diminuir dependência tecnológica de empresas terceirizadas. Para tanto os sistemas de informação desenvolvidos, a partir desse período, utilizam tecnologias (.net) de conhecimento de um dos servidores do quadro e são integrados em ambientes de domínio de infraestrutura dos servidores de TI da área.

Contudo, a dependência de terceirizados na área de TI deve perdurar ainda por algum tempo, visto que, com o atual quadro de servidores, é impossível prestar toda a assistência técnica atualmente coberta pelos contratos de rede, sustentação de servidores, suporte e atendimento ao usuário e desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação. Porém, aqui cabe uma ressalva, que embora o pequeno grupo de servidores de TI do SIn tenham conhecimento de todo o arcabouço tecnológico da instituição, guardadas as devidas qualificações específicas, algumas atividades ainda exigem a presença de profissional altamente qualificado para execução de tarefas como *tunning* de banco de dados, mitigação de defeitos de pacotes de rede/regras de firewall, entre outras atividades extremamente específicas e, portanto, ainda carecem de pessoal externo.

O papel atual dos servidores de TI do SIn contempla a gestão de TI e não execução de atendimentos, embora em alguns casos esses atendimentos ocorram e (como explicado anteriormente) sejam, em sua maioria, de conhecimento dos servidores à não execução de atendimentos, que pode ocorrer em alguns casos (como explicado anteriormente) é, em sua maioria, de conhecimento dos servidores.

4.3.4 Principais Sistemas de Informação da UPC.

A seguir segue quadro contendo descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 4.3.4 – Principais Sistemas de Informação da UPC

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade *	Manutenção **
Acervo Digital	.Net 4.0	Sistema para gestão de teses e monografias	Norisvaldo Ferraz Júnior	SDB	2	T
Acesso	.Net 2	Controle de acesso aos sistemas da intranet	Norisvaldo Ferraz Júnior	SIN	3	P/T
Agenda de Salas	ASP/dll	Agendamento de salas de reunião	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	1	T
Arquivos DAF	ASP/dll	Repositório de arquivos da DAF	Norisvaldo Ferraz Júnior	DAF	1	P/T
Atas – Conselho Curador	ASP/dll	Repositório de atas	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES	1	P/T
Audiovisual	.Net 2	Gestão de cds e dvds para publicação no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRI	2	T
Banco de Fotos	ASP/dll	Banco de fotos da área técnica	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	1	T
Benefícios - Documentos	ASP/dll	Repositório de arquivos do SBS	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	1	P/T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade *	Manutenção **
CCSS	ASP/dll	Sistema de informações da Coleta Seletiva	Norisvaldo Ferraz Júnior	CCSS	1	P/T
CIF	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão Interna da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	CIF	1	P/T
CEF	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão de Ética da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	CEF	1	P/T
CISSP	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público	Norisvaldo Ferraz Júnior	CISSP	1	P/T
Compras	.Net 4	Sistema com todo o processo de compras utilizado pela Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	SSU	3	T
Comunicados CRH	ASP/dll	Sistemas de comunicados do CRH	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	P/T
Controle de Estacionamento	.Net 2	Sistema para controle de entrada e saída do estacionamento da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	2	T
Controle de Pagamentos	ASP/dll	Sistema de controle de pagamentos	Norisvaldo Ferraz Júnior	CAD/COF/STS	3	T
Controle de Recibos	.Net 4.0	Sistema de controle de recibos emitidos	Norisvaldo Ferraz Júnior	STS	2	T
Controle de Veículos	.Net 4.0	Sistema que gerencia as rotas realizadas pelos veículos oficiais	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	3	T
Diretoria Técnica	ASP/dll	Repositório de arquivos da DTE	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	2	P/T
Eleições (CIF,AFF,CIPA,CISSP,CEF)	ASP/dll	Sistema que disponibiliza eleições internas	Norisvaldo Ferraz Júnior	SIN	1	T
Estoque e Requisição de Material – CTN e UD's	.Net 2	Controle de estoque de materiais do CTN e UDS	Norisvaldo Ferraz Júnior	CAD	3	T
Gerenciador Eletrônica de Documentação Interna – GEDI	.Net 4	Sistema de gestão de documentos como memorandos, ofícios e portarias	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DAF/DTE	3	T
Gerenciador de Cópias	.Net 2	Controla as solicitações de cópias de documentos internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	2	T
Gerenciador de Cursos	.Net 4	Gerencia os cursos publicados pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAE	3	T
Gerenciador de Eventos	.Net 2	Gerencia os eventos publicados pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SEV	3	T
Gerenciador de Notícias	.Net 4	Gerencia as notícias publicadas pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	3	T
Gerenciador de Pessoal	.Net 4	Gerencia os dados cadastrais de servidores e terceiros	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	3	T
Gerenciador do Portal	.Net 4	Sistema que permite criar/excluir/editar páginas no portal da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	3	T
Lista Telefônica	.Net 4	Sistema que permite consultar ramais internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	T
Mala Direta	.Net 4	Sistema de envio de e-mails em lote	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	2	T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade *	Manutenção **
Moodle	PHP	Sistema utilizado pelo SAE para EAD	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAE	2	P/T
Patrimônio	ASP/dll	Sistema de controle de patrimônios	Norisvaldo Ferraz Júnior	SCO	3	T
Patrimônio (Depreciação)	.Net 2	Sistema que calcula a depreciação de bens patrimoniados	Norisvaldo Ferraz Júnior	SCO	2	T
Podcast e Videocast	.Net 4	Gestão de podcasts e videocasts para publicação no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRI	2	T
Portarias Fundacentro	.Net 4	Repositório de portarias publicadas pela Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES	3	T
Procuradoria	ASP/dll	Repositório de arquivos da PJ	Norisvaldo Ferraz Júnior	AGU/PG F	1	P/T
Protocolo	ASP/dll	Sistema de gestão de protocolos internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	3	P/T
CRH – Projeto Qualidade de Vida	ASP/dll	Repositório de arquivos do projeto Qualidade de vida	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	P/T
Protocolo	ASP/dll	Sistema de gestão de protocolos internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	3	P/T
Publicação	.Net 2	Sistema de gestão de publicação de cartilhas, livros e demais publicações no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SPB		T
Regulamentação Interna	ASP/dll	Página com documentos e regulamentações internas	Norisvaldo Ferraz Júnior	SMA	2	P/T
SAD – Avaliação de Desempenho	.Net 2	Sistema de Avaliação de Desempenho de Servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRH	3	T
SAP – Download de Documentos	ASP/dll	Repositório de arquivos do SAP	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	1	P/T
SGPA 2006 e 2008	ASP/dll	Sistema de gestão, projetos e atividades (legado)	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DT E/DAF	1	P/T
SGPA v3	.Net 4	Sistema de gestão, projetos e atividades do órgão	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DT E/DAF	3	T
Sistema Curso de Leitura Radiológica	.Net 2	Sistema de gestão do curso de leitura radiológica	Norisvaldo Ferraz Júnior	SME	2	T
Sistema de Assistência Médica	.Net 4	Sistema que gerencia os benefícios de assistência médica dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	1	T
Sistema de Auxílio Transporte	.Net 4	Sistema que gerencia os benefícios de auxílio transporte dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	2	T
Sistema de Férias	.Net 4	Sistema que gerencia as solicitações de férias dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T
Sistema de Licença Médica	.Net 4	Sistema que gerencia as licenças médicas dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	3	T
Sistema de Licença Prêmio	.Net 4	Sistema que gerencia as licenças prêmio dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade *	Manutenção **
Sistema de Manutenção Predial	.Net 2	Sistema de solicitação de manutenção predial	Norisvaldo Ferraz Júnior	SMO	2	T
Sistema de Outras Licenças	.Net 4	Sistema de licença de afastamento	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T
Sistema EPI – Pedido Técnico	.Net 2	Sistema de controle de Laudos de EPI	Norisvaldo Ferraz Júnior	SES	3	T
Sobrecarga Térmica	.Net 2	Sistema que exibe o índice de IBUTG em uma região	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE/ERC A	3	T
Sobrecarga Térmica Mobile	Android, IOS, Windows Phone	Sistema que exibe o índice de IBUTG em dispositivos móveis	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE/ERC A	3	T
SST Fácil	Android, IOS	Aborda diversos conteúdos da área de Segurança e Saúde no Trabalho propiciando ao usuário o aprendizado de conhecimentos da área, por meio de perguntas e respostas em consonância com os princípios do ensino dirigido	Fernando Timoteo Fernandes	SIN	3	P
Solicitação a Ced	.Net 2	Sistema de solicitação a CED	Norisvaldo Ferraz Júnior	CED	2	T
SRH – Arquivos Diversos SRH	ASP/dll	Repositório de arquivos do SRH	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRH	1	T

Notas: * 1 a 3, onde: 1 – Normal, 2 – Importante, 3 – Crítico;

** T: Terceirizada / P: Própria

Em 2017, a FUNDACENTRO planeja implantar:

- Sistema Eletrônico de Informações, nos moldes previstos pelo MPOG
- Integração dos fluxos de Contratos e demais formulários ao Sistema de Workflow;
- Sistema para avaliação de desempenho

4.3.5 Descrição dos Projetos desenvolvidos no período e dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados nas unidades.

Processo de Software: a Metodologia de Desenvolvimento de Software e demais documentos referentes ao Processo de Software da Fundacentro encontram-se disponíveis em: <http://srvts/Fundacentro/Compras/Process%20Guidance/index.htm>.

Quadro 4.3.5 – Controles Internos

Controles internos	
Atividade	Efetividade
01. Registro de Ocorrências Contratuais	Para cada evento
02. Fiscalização de Contratos – Entrega de produtos e serviços	Mensal/A cada entrega/Em caso de não conformidade
03. Planejamento de TI	Anual
04. Execução do Planejamento de TI	A cada evento
05. Planilha de vencimento de contratos	Mensal
Planilha de acompanhamento dos links das Regionais	Mensal
07. Planilha ROI Videoconferência	Não concluída

Fonte: SIN

4.3.6 Descrição dos Projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Quadro 4.3.6 – Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Projetos de TI desenvolvidos em 2015	Resultados esperados	Alinhamento com o Planejamento Estratégico	Alinhamento com o Planejamento de TI	Valores orçados/estimativa	Valores despendidos	Prazos de conclusão
Sobrecarga Térmica Mobile	Mapeamento de necessidades de softwares para dispositivos móveis; documento de visão; mapeamento de processo; conclusão do desenvolvimento.	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA SIN.001.2016, SIN.002.2016, SIN.003.2016	274.738,64	192.285,61	240 dias
Outsourcing de impressão	Implantação do outsourcing para melhoria e otimização das impressões realizadas pelos colaboradores, visando a economia de papel e recursos	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027	100.000,00	89.745,08	Mensal
Atualização do Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD)	Aquisição de licenças de software para o servidor de banco de dados que fornece suporte a todas as aplicações da FUNDACENTRO, prevendo a conformidade com novos recursos, tecnologias, continuidade de suporte e melhor performance no acesso aos sistemas institucionais. A aquisição foi concluída com sucesso em 2016 e a implantação ocorrerá em 2017	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, SIN.001.2016, SIN.002.2016	142.051,08	114.660,00	A concluir a instalação em 2017
Melhoria no Backup do centro de dados da Sede/CTN	Com a adoção da TI Verde, houve a consolidação de servidores e o uso de máquinas virtuais, além de aumentar o número de servidores existentes. Para manter a cópia de segurança a aquisição de software de backup é necessário e permite a adequada cópia de segurança das informações.	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, SIN.001.2016, SIN.003.2016	82.270,97	72.966,00	Instalação concluída em 2016
Atualização do sistema de videoconferência	Ampliação do sistema de videoconferência para permitir mais participantes em reuniões e transmissões; atualização do núcleo da videoconferência (MCU e pathfinder); implantação de novos equipamentos em salas de reunião	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, SIN.001.2016, SIN.003.2016	667.000,00	667.000,00	A concluir instalação em 2017
Melhoria da infraestrutura do núcleo da rede das UD's	Prover para as UD's infraestrutura mínima de sustentação dos ativos principais de rede (firewall, roteador, switch, servidor de dados) com rack e no-break	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, SIN.001.2016, SIN.003.2016	171.198,03	107.237,00	Instalação concluída em 2017

Fonte: SIN

4.3.7 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Desde 2010 a área de TI tem tomado providências para diminuir dependência tecnológica de empresas terceirizadas.

Nesse sentido, os sistemas de informação desenvolvidos utilizam tecnologias (.net) de conhecimento de um dos servidores do quadro e são integrados em ambientes de domínio de infraestrutura dos servidores de TI da área.

Obviamente que, com o atual quadro de servidores é impossível prestar toda a assistência técnica necessária coberta pelos contratos de rede, sustentação de servidores, suporte e atendimento ao usuário e desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação.

Contudo, é de conhecimento dos servidores de TI do SIn todo o arcabouço tecnológico da instituição, guardadas as devidas qualificações específicas que exijam um profissional altamente qualificado para execução de tarefas como *tunning* de banco de dados, mitigação de defeitos de pacotes de rede/regras de firewall, entre outras atividades extremamente específicas.

O papel atual dos servidores de TI do SIn contempla a gestão de TI e não execução de atendimentos, embora em alguns casos esses atendimentos ocorram e (como explicado anteriormente) sejam, em sua maioria, de conhecimento dos servidores.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Contratação de Serviços ou Obras

Em relação à Sustentabilidade várias são as ações implementadas pela Fundacentro, conforme relacionamos a seguir

- A. **Coleta Seletiva** – em cumprimento ao Art. 5º do Decreto 5.940, de 26 de outubro de 2006, foram constituídas, a partir de 2008, comissões regionais, compostas por servidores, que para implantaram a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos – Centro Técnico Nacional/SP e Unidades Descentralizadas.

Estas comissões tem sido responsáveis por realizar as seguintes atividades:

1. levantamento dos tipos de resíduos e estabelecimento de um diagnóstico quanto à situação do material reciclável na Fundacentro;
2. levantamento da forma de acondicionamento dos resíduos;
3. levantamento da destinação dos resíduos;
4. realização de campanhas de sensibilização;
5. definição e distribuição dos recipientes para coleta de resíduos e material reciclável;
6. estabelecimento e manutenção de parcerias com cooperativas de catadores de material reciclável;
7. convênio com associações/cooperativas de catadores que recolhem o material reciclável periodicamente; e

8. contratação de empresa especializada na destinação de lâmpadas fluorescentes.

- B.* **Aquisição de Materiais** – a Fundacentro prioriza, sempre que possível, a aquisição de materiais sustentáveis, como sacolas ecologicamente corretas, lâmpadas LED, papel reciclado, além de ter substituído o uso dos garrafões de água mineral por filtros de água.
- C.* **Redução no Consumo de Energia** – a substituição dos dois elevadores do Centro Técnico Nacional – CTN, visou, além da modernização dos mesmos, a redução do consumo de energia elétrica. Sendo que existe projeto para reformulação de toda rede elétrica do edifício do CTN, o que também trará benefícios em termos de sustentabilidade;
- D.* **Processos Licitatórios** – em nossos Termos de Referência, quando cabível, são sempre incluídos os critérios de sustentabilidade conforme dispõe a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e sua aplicação é verificada por meio da Comissão de Análise de Termo de Referência, implementada em 2016.

Com esse duplo controle, em nossas minutas de editais para os procedimentos licitatórios, conforme descrito no Parágrafo único do Art. 38 da Lei 8.666.93, são analisadas por nossa Procuradoria Jurídica, que auxilia na garantia da implementação das legislações correspondentes ao meio ambiente, sustentabilidade e certificação quando necessários de acordo com seu objeto.

Alguns exemplos de licitações sustentáveis que realizamos são as aquisições de papel reciclado e a de cartuchos e toners, na qual incluímos cláusula prevendo a necessidade da licitante participante demonstrar por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital, para uma utilização mais econômica e racional destes insumos.

Nos editais de licitações para aquisição de bens/produtos/materiais de consumo são solicitadas amostras dos mesmos, visando aspectos como a durabilidade e qualidade e, nos casos em que é possível, a instituição exige no Termo de Referência que o fornecedor deva se responsabilizar pela logística reversa.

Embora já tenhamos implementado uma série de atividades e processos que impliquem na busca pela sustentabilidade a Fundacentro atualmente não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e nem possui implementado Plano de Logística Sustentável (PLS).

A falta destas importantes iniciativas para ampliar nossos processos de sustentabilidade se deve em grande parte ao reduzido quadro de recursos humanos da instituição, problema esse reduzido parcialmente com a nomeação em 2015 de 22 assistentes em Ciência e Tecnologia aprovados no Concurso 01/2014, mas ainda insuficiente para que fossem criadas de imediato todos os grupos de trabalho necessários para atendimento das demandas com relação à Gestão Ambiental e à Sustentabilidade.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão.

Atualmente a Fundacentro conta com dois serviços para acesso do cidadão, cuja finalidade é atender às solicitações de informações gerenciais e estatísticas, reclamações, denúncias, sugestões, etc., são eles:

1. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC é o órgão responsável por receber e responder os pedidos de informação feitos com base na Lei de Acesso à Informação.

Os pedidos são realizados por meio dos seguintes canais: **a)** eletronicamente, por meio do sistema e-SIC ou no link do sistema disponível no portal da Fundacentro; **b)** por meio de correspondência física, para o endereço: Fundacentro – SIC/Biblioteca – Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002; e **c)** presencialmente, no endereço: Fundacentro – SIC/Biblioteca – Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002.

O Relatório Estatístico de Atendimentos deste serviço é de responsabilidade da CGU, portanto, como preconiza a Lei, não é obrigatório que os órgãos e entidades que utilizem o e-SIC publiquem ou repliquem tais informações em seus sites.

A Fundacentro disponibiliza ainda em seu link Acesso à Informação no portal (<http://www.fundacentro.gov.br/acessoainformacao/inicio>) informações gerenciais como agendas da presidência e diretor executivo, ações e programas, relatórios de auditoria, convênios, despesas, licitações e contratos, informações sobre a LAI e sobre a Lei de conflito de interesses, sobre o SIC, as informações classificadas, serviços prestados.

Cabe destacar que nesse período o SIC contou com apenas 1 (um) servidor, que tem de dividir sua atenção com um significativo número de outras atividades dentre elas a Assessoria da Diretoria Executiva e a fiscalização do contrato nacional de Prestação de Serviços de Terceirizados, além de que duas reformas físicas na área onde o servidor se encontra, prejudicou o andamento das respostas às solicitações de informações.

2. Fale Conosco

O atendimento do serviço é feito por meio de formulário *online* disponível em <http://www.fundacentro.gov.br/servicos/fale-conosco>, no qual o cidadão-usuário pode selecionar a área de interesse com a qual deseja se comunicar e enviar sua sugestão, solicitação, denúncia e reclamação. Este serviço está sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social.

A exemplo do exercício anterior, não temos estatísticas publicadas do serviço em 2016 ou mecanismos institucionalizados para este fim. Continua em estudo a criação de mecanismo que possibilite-nos publicar estatísticas serviços prestados, incluindo os mecanismos de aferição, os padrões, os indicadores, os canais de divulgação e a coleta de dados da satisfação dos cidadãos-usuários.

3. Carta de Serviços Fundacentro ao Cidadão

Foi elaborada em atenção ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, visa oferecer aos cidadãos conhecimentos acerca dos serviços prestados pela Instituição, suas formas de acesso, assim como seus compromissos com o atendimento e seus respectivos padrões de qualidade. Estão relacionados no instrumento os seguintes serviços prestados diretamente ao cidadão: Biblioteca, Cursos e Eventos, Pós-graduação, Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Fale Conosco.

Seu formato eletrônico está disponível para consulta no Portal da Fundacentro no link: http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/acesso-a-informacao/carta_de_servicos_ao_cidadao.pdf.

Continua em análise uma Portaria Interna que institucionaliza a Carta de Serviços ao Cidadão e aponta os responsáveis pela revisão periódica, diretrizes para pesquisa de qualidade e sua divulgação. Encontra-se ainda em elaboração a versão impressa que ficará disponível nas recepções do Centro Técnico Nacional – CTN e das Unidades Descentralizadas, além dos postos de prestação de serviço.

4. Plataforma de Cidadania Digital

Para o ano de 2017, conforme determina a o Decreto n 8.936, de 19/12/2016 a Fundacentro deverá iniciar as atividades para implementar e institucionalizar sua Plataforma de Cidadania Digital, nomeando, inclusive, um Ouvidor ou Órgão equivalente, um representante da Secretaria Executiva ou equivalente e um para Presidente para o Comitê de Governança Digital.

5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários.

Conforme informado nos tópicos 5.1 e 5.2, acima, os mecanismos para a pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços da Fundacentro, notadamente em relação ao cumprimento de compromissos e dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão, ainda estão em estudo e tem sua implantação prevista para o ano de 2017.

5.3 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade.

O acesso às informações da **Fundacentro** está disponibilizado, conforme abaixo:

No link Acesso à Informação do portal da Fundacentro (<http://www.fundacentro.gov.br/acessoainformacao/inicio>) são fornecidas informações como agendas da presidente e do diretor executivo, ações e programas, relatórios de auditoria e de gestão, convênios, despesas, licitações e contratos, informações sobre a Lei de Acesso à Informação e sobre a Lei de Conflito de Interesses, informações classificadas e serviços prestados pela Fundacentro. Neste link também é possível ao cidadão acessar o Serviço de Informações ao Cidadão.

5.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.

A Fundacentro atende alguns dos requisitos estabelecidos pelas normas relativas à acessibilidade em seu Centro Técnico Nacional, contando com rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados a deficientes físicos. As Unidades Descentralizadas ainda não atendem a esta legislação, mas a Fundacentro tem buscado recursos e meios para iniciar a correção desta situação em breve.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

6.1 Desempenho Financeiro no Exercício.

Não se aplica, visto que nossos ingressos e dispêndios já são definidos na LOA, não utilizamos as entradas de receitas para determinar as liquidações das nossas despesas.

6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

A Fundacentro aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. A metodologia empregada para o cálculo da estimativa da vida útil econômica e do valor residual está apresentada pelo Manual SIAFI 02.03.30 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND”. Esse Manual, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta os valores de vida útil, depreciação anual e valor residual por classe contábil.

No que se refere à metodologia, a Fundacentro segue a de quotas constantes que é determinada para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional pelo manual SIAFI 02.03.30.

No momento há a necessidade de revisão dos valores de depreciação acumulada e a sistematização de procedimento de depreciação mensal.

Assim, a avaliação e mensuração de ativos e passivos, segue o apresentado no quadro a seguir:

Quadro 6.2 - Grupo Contábil X Metodologia de Avaliação

Grupo Contábil	Metodologia de Avaliação e Mensuração
Disponibilidades	Valor original
Aplicações Financeiras	Valor original até a data do Balanço Patrimonial
Obrigações	Valor original
Imobilizado	Valor de aquisição, produção ou construção
Intangível	Valor de aquisição, produção

Fonte: Serviço de Contabilidade – SCO

6.2.1 Conformidade Contábil

Para verificar as conformidades foram efetuadas análises dos registros contábeis apresentados nas contas do balancete do Órgão e suas Unidades Executoras (264001, 264002, 264003, 264004, 264005, 264006, 264007, 264008, 264009, 264010, 264011, 264012, 264013 e 264014), bem como consulta das equações do comando (CONDESAUD) do Sistema SIAFIWEB, foram realizadas pelo contabilista responsável, o senhor Daniel de Freitas Bertolino. Sendo que foram identificadas no fechamento as seguintes inconformidades:

1. Restrições relacionadas à bens de Almoxarifado, imobilizado e intangível.

Não ocorre atualmente a entrega mensal dos relatórios de RMA e RMB impossibilitando o acompanhamento de saldo de almoxarifado e da evolução dos bens do imobilizado e intangível e suas respectivas depreciações e amortizações.

- a.** 302 – Falta/atraso na entrega do Relatório Mensal de Almoxarifado – 156 registros;
 - b.** 642 – Falta/Evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado – 168;
 - c.** 643 – Falta/Evolução incompatível da depreciação do ativo intangível – 48 registros;
- 2. A realização da conformidade de registros de gestão tem importância na identificação de erros com a mais brevidade possível.**
 - a.** 315 – Falta de registro de conformidade de gestão – 161 registros
- 3. Não existe sistemática de reavaliação dos bens móveis, imóveis e intangíveis quanto a recuperabilidade.**
 - a.** 634 – Falta de Avaliação Bens Móveis/Intangíveis/outros – 156 registros;
- 4. Demais restrições**
 - a.** 657 – Convênios em situação a aprovar com vigência expirada – 2 registros
 - b.** 674 – Saldo Along./Indev Contas Transit. Passivo Circulante

6.3 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade.

Não se aplica, pois não há sistemática para apuração de custos no Âmbito da Unidade, pois está a cargo da Secretária do Tesouro Nacional através do Sistema de Informações de Custos – SIC.

6.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis constam dos Anexos deste relatório.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.

No exercício de referência do Relatório de Gestão de 2106 - Não há conteúdo a ser declarado.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno - CGU.

Os quadros a seguir apresentam as recomendações da CGU e resposta às mesmas.

Quadro 7.2.A – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Para todos os servidores da unidade que recebam auxílio-transporte e utilizem transportes seletivos ou especiais, realizar o pagamento contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagem apresentados no mês anterior, consoante jurisprudência do TCU (Acórdão TCU2211/2005- plenário e 511/2006-Segunda Câmara).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Recomendação atendida. Em face da ilegalidade proferida a respeito do ato de concessão do vale transporte, a FUNDACENTRO atualizou o sistema de auxílio transportes e a sistemática adotada segue a jurisprudência do TCU, de ressarcimento das despesas no mês posterior à apresentação do comprovante ou recibo da empresa de transporte coletivo intermunicipal ou interestadual. Por meio da Portaria nº 326/2013, de 30/10/2013 a Presidenta da Fundacentro constituiu Comissão de Sindicância Apuratória. A comissão até a presente data não terminou os trabalhos, portanto não foi notificado qualquer servidor sobre a reposição ao erário dos valores indevidamente				

Quadro 7.2.B – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos que a unidade implemente normativos para a área de Gestão do Patrimônio Imobiliário que estabeleçam: as atribuições; as responsabilidades; os fluxogramas; os indicadores; etc., para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Recomendação atendida parcialmente.

Elaborada minuta de normativo. Os servidores da área de patrimônio farão visitas a outros órgãos e mesmo à SPU, para verificar os procedimentos na Gestão de Patrimônio Imobiliário e possível adaptação aos nossos normativos.

Necessidade de formação de equipe com competência e conhecimentos específicos para o desenho final do processo e integração com os demais processos administrativos. Tal problema será sanado com o ingresso dos assistentes concursados, que ocorreu no mês de novembro de 2015.

Quadro 7.2.C – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento**Caracterização da determinação/recomendação da CGU**

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho

Descrição da determinação/recomendação

Recomendamos à Unidade que faça gestão junto ao MTE com o intuito de incluir na LOA as metas físicas de todas as quatro Ações Finalísticas da FUNDACENTRO, para representar a atuação desta.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foi realizada a gestão sugerida junto ao MTE, porém a revisão da LOA não incorporou as mudanças discutidas. O que se obteve foi a inclusão desses outros resultados no planejamento estratégico do MTE.

Para o PPA 2016-2019, estamos propondo metas que contemplem os demais macroprocessos, mas não temos garantia de que tal solicitação será integralmente aprovada. Destacamos também que a proposta para LOA-2016 foi feita com base na ação finalística vigente, seguindo orientação do então Ministério do Trabalho e Emprego.

Não há completa governabilidade sobre o assunto.

Quadro 7.2.D – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento**Caracterização da determinação/recomendação da CGU**

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho

Descrição da determinação/recomendação

Recomendamos que a FUNDACENTRO renegocie com a empresa Alerta Security para reaver o valor de R\$ 26.309,83, devido às falhas na condução do processo licitatório que se refletiram na contratação.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Foi feita a negociação e todos os valores foram ressarcidos. Conforme o ofício de nº 07/2014, de 26/09/2014, onde demonstramos uma diferença a ser ressarcida menor que o valor apurado pelos Auditores. A Fundacentro fez a negociação do valor de R\$ 24.951,11 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e um reais e onze centavos) com a empresa, que foram ressarcidos em 30/10/2014, pelo documento 2014RA001555.

Quadro 7.2.E – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos ao gestor abrir procedimento administrativo para apurar responsabilidades em relação ao fato constatado.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A administração entendeu que houve o pronto ressarcimento por parte da empresa e à época, com recursos humanos escassos, seria dispendiosa à Administração direcionar esses recursos humanos para apuração de responsabilidade, visto ter sido falha material no processo e prontamente corrigida quando apontada pelo Órgão de Controle. Ainda restando dúvidas sobre apuração de responsabilidades por parte da CGU, a Administração acatará e atenderá prontamente.				

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário.

Em 2016 não houve nenhum caso de dano ao erário que tenha sido objeto de Tomadas de Contas Especiais.

É importante destacar que além da Auditoria Interna, que no momento sofre de diversas carências estruturais, principalmente em relação a pessoal, a Fundacentro não conta com outro setor ou unidade dedicados exclusivamente à apuração e minimização da ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral. Portanto, a identificação de tais eventos dar-se-ão de forma reduzida nos diferentes setores da instituição, visto que a Fundacentro também não desenvolveu controles robustos para minimizar a ocorrência destes ilícitos.

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos e Obrigações com o Dispositivo no Art. 5 da Lei nº 8.888/1993.

A Fundacentro observa o cronograma de pagamento por meio de uma planilha com a ordem cronológica de pagamentos das obrigações relativas a contratações de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Elaboramos 4 planilhas divididas segundo critérios de Unidade Administrativa (Sede e Unidades Descentralizadas) e pagamentos que se incluam ou não no limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Embora a Fundacentro sempre tenha observado as disposições previstas no art. 5º da Lei 8.666/93, este controle formal foi implantado recentemente, em atendimento à Instrução Normativa nº 02/2016, de 2 de dezembro de 2016 – SISG (MPDG).

Como regulamento de licitações e contratações, esta UPC segue a Lei 8.666/93, bem como todas as legislações correlatas.

O cronograma é apresentado nas Planilhas a seguir:

Quadro 7.4.1.A Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
001/2011	CEES	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais	Dispensa	022/2011-33	Dirceu Carneiro	014.777.067-04	R\$ 20.629,00		01/04/2011	01/04/2021	II - Locação
012/2015	CEES	Prestação de vigilância e segurança patrimonial desarmada do CEES	Pregão	019/2015	TRANSEGUR - Segurança e Transportes de Valores	03.265.996/0001-55	R\$ 21.195,00	R\$ 127.170,00	03/01/2017	01/07/2017	III - Prestação de serviços
027/2014	CEPA	ALUGUEL DA SEDE DO CEPA	Dispensa	007/2017	Luiz Antônio Marques Cabral	604.849.342-87	R\$ 23.000,00	R\$ 138.000,00	02/01/2017	30/06/2017	II - Locação
003/2015	CEPA	VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DA SEDE DO CEPA	Pregão	029/2014	E. Santos Lima Vigilância e Segurança Ltda. - ME	03.257.467/0001-00	R\$ 19.161,88	R\$ 229.942,56	08/06/2016	07/06/2017	III - Prestação de serviços
002/2008	CEPR	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CEPR	Dispensa	018/2008	SINDICATO DA CONTRUÇÃO CIVIL DO PARANÁ - SINDUSCON/PR	76.695.709/0001-10	R\$ 33.189,99	R\$ 398.279,88	12/09/2008	31/01/2020	II - Locação
021/2014	CERS	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DESARMADA 24H	Pregão	259/2014	LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA	10.364.152/0002-08	R\$ 21.004,92	R\$ 252.059,04	01/12/2016	30/11/2017	III - Prestação de serviços
001/2014	CERS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	Dispensa	035/2016	LV ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA	09.659.083/0001-08	R\$ 14.791,89	R\$ 177.502,68	01/09/2014	31/08/2019	II - Locação
016/2015	CESC	Prestação de serviços de vigilância desarmada para o CESC	Pregão	017/2015	Sul Brasil Segurança Privada Eireli	05.449.286/0001-00	R\$ 18.427,71	R\$ 221.132,52	03/11/2016	02/11/2017	III - Prestação de serviços
003/2016	CRBA	VIGILANCIA PATRIMONIAL	Pregão	042/2015	Única Segurança Patrimonial Ltda.	03.037.698/0001-08	R\$ 39.647,73	R\$ 237.886,38	12/01/2017	11/07/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CRBA	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2016	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 12.169,69	R\$ 36.509,07	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CRDF	Condomínio	Dispensa	001/2017	CONDOMINIO BOULEVARD CENTER	00.720.474/0001-08	R\$ 19.000,00	R\$ 228.000,00			III - Prestação de serviços
	CRMG	Taxa de conomínio do Ed. Mirafiori	Dispensa	003/2017	Condomínio do Edif. Mirafiori	20.970.646/0001-09	R\$ 17.278,06	R\$ 207.336,72	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
005/2016	CRPE	Serviço de Vigilância	Pregão	019/2017	Liserve Vigilância e Transporte de Valores Ltda	08.165.946/0001-10	R\$ 16.123,11	R\$ 193.477,32	27/01/2017	25/07/2017	III - Prestação de serviços
025/2014	ERBS	Serviço de Vigilância e Segurança Desarmada	Pregão	1095/2016	Reak Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda.	10.928.126/0001-84	R\$ 18.874,86	R\$ 226.498,32	12/08/2016	11/08/2017	III - Prestação de serviços

Fonte: CAD

Quadro 7.4.1.B.1 Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
007/2015	CEES	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 5.058,23	R\$ 15.174,69	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Fornecimento de Energia Elétrica	Dispensa	007/2017-81	Espírito Santo Centrais Eletricas S.A.	28.152.650/0001-71	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Serviço de Telefonia Interurbana	Dispensa	005/2017-91	EMBRATEL	40.432.544/0001-47	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Serviço de Telefonia Fixo/Convencional	Dispensa	006/2017-36	OI/TELEMAR	33.000.118/0002-50	R\$ 850,00	R\$ 10.200,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Locação de Equipamento Reprográfico	Dispensa	010/2017-02	Sudeste Suprimento de Materiais de Escritório	05.666.792/0001-51	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00	02/01/2017	29/12/2017	II - Locação
	CEES	Pagamento de Despesas com Condomínio Edifício Chamonix		004/2017-47	Condomínio Edifício Chamonix	02.501.250/0001-30	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA		003/2017	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	04.895.728/0001-80	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA		004/2017	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	04.895.728/0001-80	R\$ 50,00	R\$ 600,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO		006/2017	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	04.945.341/0001-90	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	005/2017	Telemar Norte Leste S/A	33.000.118/0001-79	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO		006/2017	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	04.945.341/0001-90	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CEPA	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	008/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 4.324,58	R\$ 12.973,74	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	REPROGRAFIA		010/2017	SYSTEMSCOPY LTDA. ME	05.352.726/0001-07	R\$ 350,00	R\$ 350,00	01/03/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	REPROGRAFIA - RENOVACÃO		013/2017	SYSTEMSCOPY LTDA. ME	05.352.726/0001-07	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00	01/03/2017	28/02/2018	III - Prestação de serviços
001/2016	CEPR	TELEFONIA FIXA	Pregão	021/2015	CLARO S.A.	40.432.544/0001-47	R\$ 755,90	R\$ 9.070,80	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
001/2015	CEPR	SERVIÇOS POSTAIS(sedex, correspondências comerciais, encomendas)	Dispensa	011/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0020-76	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00	04/11/2016	03/11/2017	III - Prestação de serviços
Contrato Adesão	CEPR	ENERGIA ELÉTRICA	Inexigibilidade	045/2012	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	04.368.898/0001-06	R\$ 1.342,09	R\$ 16.105,08	01/01/2013	31/01/2020	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.1.B.2 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
001/2015	CEPR	SERVIÇOS POSTAIS(sedex, correspondências comerciais, encomendas)	Dispensa	011/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0020-76	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00	04/11/2016	03/11/2017	III - Prestação de serviços
Contrato Adesão	CEPR	ENERGIA ELÉTRICA	Inexigibilidade	045/2012	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	04.368.898/0001-06	R\$ 1.342,09	R\$ 16.105,08	01/01/2013	31/01/2020	III - Prestação de serviços
Nota Empenho	CEPR	AQUISIÇÃO DE ÁGUA(consumo humano) e GÁS de Cozinha	Dispensa	002/2017	MOURA & GUARIENTO LTDA-ME	05.845.093/0001-79	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00	01/01/2017	31/12/2017	I - Fornecimento de bens
002/2016	CEPR	LOCAÇÃO MÁQUINA REPROGRÁFICA	Pregão	020/2016	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	84.9688.874/0001-27	R\$ 340,00	R\$ 4.080,00	09/11/2016	08/11/2017	III - Prestação de serviços
002/2008	CEPR	TAXAS CONDOMINIAIS	Inexigibilidade	035/2011	CONDOMÍNIO EDIFICIO SINDUSCON	06.106.933/0001-44	R\$ 7.783,54	R\$ 93.402,48	12/09/2011	31/01/2020	III - Prestação de serviços
Nota Empenho	CEPR	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	Dispensa	018/2016	Posto Treze de Maio Eireli	81.697.294/0001-54	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00	03/05/2016	02/05/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CEPR	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 4.301,24	R\$ 12.903,72	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CERJ	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 3.155,21	R\$ 9.465,63	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
02/2015	CERJ	Serviço de locação de máquina reprográfica	Pregão	018/2014	Ka ique	01.513.667/0001-50	R\$ 570,46	R\$ 6.845,55	10/07/2016	09/07/2017	III - Prestação de serviços
01/2015	CERJ	Locação de Vagas de estacionamento	Dispensa	023/2014	Terminal Garagem Menezes Cortes	02.664.042/0001-52	R\$ 4.250,00	R\$ 51.000,00	15/03/2015	15/03/2017	II- Locação
007/2015	CERS	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	318/2015	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 3.677,31	R\$ 11.031,93	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (SEDE)	Inexigibilidade	011/2017	CEEE - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	08.467.115/0001-00	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	FORNECIMENTO DE ÁGUA CANALIZADA (TERRENO)	Inexigibilidade	005/2017	DMAE - DEP. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO	92.924.901/0001-98	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (TERRENO)	Inexigibilidade	010/2017	CEEE - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	08.467.115/0001-00	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	012/2017	Telefonia Brasil S.A	03.420.826/0004-77	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços

Nota: Continuação

Quadro 7.4.1.B.3 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
	CRMG	Serviço de telefonia para o CRMG - interurbanos	Dispensa	009/2017	Claro S/A	40.432.544/0001-47	R\$ 267,71	R\$ 3.212,52	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CRMG	Fornecimento energia elétrica para sede do CRMG	Inexigibilidade	010/2017	CEMIG Distribuição S/A	06.981.180/0001-16	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CRMG	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	011/2017	Telemar Norte Leste S/A	33.000.118/0003-30	R\$ 1.052,38	R\$ 12.628,56	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CRMG	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	012/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 7.261,31	R\$ 21.783,93	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CRMG	Taxa de condomínio do Ed. Clemente de Faria	Dispensa	004/2017	Condomínio do Ed. Clemente de Faria	20.446.746/0001-30	R\$ 6.698,69	R\$ 80.384,28	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CRPE	Fornecimento de Energia Elétrica	Dispensa	014/2017	Companhia Energética de Pernambuco	10.835.932/0001-08	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00			III - Prestação de serviços
	CRPE	Fornecimento de Água Canalizada	Dispensa	012/2017	Companhia Pernambucana de Saneamento	09.769.035/0001-64	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00			III - Prestação de serviços
	CRPE	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	015/2017	Telemar Norte Leste S/A	33.000.118/0001-79	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00			III - Prestação de serviços
	CRPE	Locação de Máquina Copiadora	Dispensa	001/2017	Solivetti Comércio e Serviços Ltda.	40.904.492/0001-64	R\$ 635,00	R\$ 7.620,00			II - Locação
007/2015	CRPE	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	017/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 4.270,40	R\$ 12.811,20	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	ERBS	Serviço de Abastecimento e Saneamento basico		1005/2016	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	43.776.517/0001-80	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00	11/09/2015		III - Prestação de serviços
	ERBS	Serviço de Fornecimento de Energia Eletrica		1099/2016	Companhia Piratininga de Força e Luz	62.428.073/0016-12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	12/09/2015		III - Prestação de serviços
012/2015	ERBS	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	2070/2016	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 6.260,00	R\$ 18.780,00	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	ERBS	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	3044/2016	Telefonia Brasil S.A	02.558.157/0001-62	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	06/07/2016		III - Prestação de serviços
	ERBS	Remoção de lixo		208/2016	Prefeitura Municipal de Santos	58.200.015/0001-83	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	12/01/2016		III - Prestação de serviços
004/2017	ERCA	Fornecimento de Água Mineral para consumo diário	Dispensa	004/2017	JULIO FERNANDES NETO - ME	01.986.162/0001-03	R\$ 70,00	R\$ 280,00	01/04/2016	01/04/2017	I - Fornecimento de bens

Nota: Continuação

Quadro 7.4.1.B.4 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
005/2017	ERCA	Fornecimento de Botijões de Gás de Cozinha P13 GLP	Dispensa	005/2017	LEANDRO BATISTA PASSAGNOLO - ME	10.318.323/0001-81	R\$ 110,00	R\$ 440,00	01/04/2016	01/04/2017	I - Fornecimento de bens
007/2015	ERCA	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	006/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 3.226,53	R\$ 9.679,59	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
001/2017	ERCA	Contrato de Fornecimento de Serviço de Energia Elétrica	Dispensa	001/2017	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - S/A	33.050.196/001-88	R\$ 585,00	R\$ 7.020,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
002/2017	ERCA	Fornecimento de Serviço de Água e Tratamento de Esgoto	Dispensa	002/2017	SOCIEDADE DE ABASTECIMNETO DE ÁGUA E SANEAMENTO - S/A	46.119.855/0001-37	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
003/2017	ERCA	Contrato de Fornecimneto de Serviço de Telefonia Fixa Comutada	Dispensa	003/2017	NET SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES S/A (CLARO S/A)	40.432.544/0001-47	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	ERMS	Vigilância Eletrônica	Dispensa	001/2017	CAMPO GRANDE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	11.625.729/0001-70	R\$ 614,43	R\$ 7.373,16	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	ERMS	Energia elétrica	Dispensa	003/2017	ENERSUL – EMPRESA ENERGÉTICA DE MS S.A.	15.413.826/0001-50	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	Sem prazo		III - Prestação de serviços
	ERMS	Serviço de água e esgoto	Dispensa	004/2017	ÁGUAS GUARIROBA S.A.	04.089.570/0001-50	R\$ 170,00	R\$ 2.040,00	Sem prazo		III - Prestação de serviços
	ERMS	Telefonia Fixa	Dispensa	006/2017	NET - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A.	40.432.544/0445-19	R\$ 267,94	R\$ 3.215,28	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	ERMS	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	005/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 2.699,07	R\$ 8.097,21	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços

Fonte: CAD

Quadro 7.4.2.A.1 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
023/2014	SAA	Fornecimento de sistema de monitoramento por vídeo, controle de catracas eletrônicas e portão automático	Pregão	300/2014	Inovha System Tecnologia em Informática Ltda. - EPP	11.170.748/0001-59	R\$ 7.400,00	R\$ 88.800,00	13/11/2016	12/11/2017	I - Fornecimento de bens
016/2013	SGr	Locação de imóvel para instalação do Parque Gráfico	Dispensa	410/2013	Élcio Coronato	006.767.789-32	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00	01/11/2016	31/10/2017	II - Locação
015/2016	SEE	Contratação de serviços de renovação da licença do software de análise estatística SAS versão 9.20 com as unidades: BASE, STAT, GRAPHS e ACCESS e suporte técnico	Pregão	0399/2016	Tech Solutions Soluções em Gestão e Tecnologia da Informação Ltda. - ME	10.517.288/0001-20	R\$ 1.822,50	R\$ 22.590,00	19/12/2016	18/12/2017	I - Fornecimento de bens
019/2013	SMO	Fornecimento de água potável e tratamento de esgoto	Inexigibilidade	293/2013	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	43.776.517/0001-80	R\$ 27.928,28	1675696,8	21/10/2013	20/10/2018	III - Prestação de serviços
015/2013	SMO	Fornecimento de energia elétrica para o CTN	Inexigibilidade	268/2013	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A	61.695.227/0001-93	R\$ 14.455,18	R\$ 173.462,16	02/12/2013	01/12/2018	III - Prestação de serviços
010/2011	SIn	Renovação de licenças de software do equipamento UTM SONICWALL NSA 3500, bem como a prestação de serviços de suporte técnico	Pregão	483/2011	Alerta Security Solutions Informática Ltda.	06.946.041/0001-51	R\$ 3.266,32	39195,86	27/12/2015	26/12/2016	III - Prestação de serviços
001/2012	CAd	Prestação de serviços de publicação no D.O.U	Inexigibilidade	058/2012	Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	R\$ 2.530,83	R\$ 30.370,00	02/05/2016	01/05/2017	III - Prestação de serviços
004/2015	DAF	Prestação de serviços de apoio administrativo, operacional e técnico para o CTN e Regionais	Pregão	758/2014	Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	00.482.840/0001-38	R\$ 850.798,97	10209587,65	05/05/2016	04/05/2017	III - Prestação de serviços

Quadro - 7.4.2.A.2 Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
007/2013	SIn	Prestação de serviços continuados de link ponto-a-ponto 100MBPS fibra ótica com redundância para interligar o CTN ao NARA/ANSP/TERRE MARK - NAP do Brasil	Pregão	707/2012	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 4.944,59	59335,1	28/03/2016	27/03/2017	III - Prestação de serviços
011/2013	SDB	Prestação de serviços de manutenção do leitor e copiador de microficha e microfilme	Pregão	188/2012	Multimicros Comércio e Serviços de Informática Ltda.	05.989.242/0001-73	R\$ 592,50	R\$ 7.110,00	03/04/2016	02/04/2017	III - Prestação de serviços
013/2013	SME	Prestação de serviços de manutenção do sistema de digitalização de imagem	Inexigibilidade	512/2012	Agfa Healthcare Brasil Importação e Serviços Ltda.	09.032.626/0002-35	R\$ 1.520,49	18245,87	07/10/2016	06/10/2017	III - Prestação de serviços
002/2014	SIn	Prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação	Pregão	196/2013	Basis Tecnologia da Informação S/A	11.777.162/0001-57	R\$ 165.789,46	#####	24/03/2016	23/03/2017	III - Prestação de serviços
007/2014	SAA	Prestação de serviço continuado de vigilância desarmada e segurança patrimonial para o CTN, ERCA e Parque Gráfico	Pregão	494/2013	Albatroz Segurança e Vigilância Ltda.	66.700.295/0001-17	R\$ 91.423,37	1097080,44	30/04/2016	29/04/2017	III - Prestação de serviços
023/2013	CAd	Autorização para acesso ao SISBACEN	Inexigibilidade	705/2012	Banco Central do Brasil	00.038.166/0009-54	Sem custos		11/10/2013	10/10/2018	III - Prestação de serviços
024/2013	SMO	Fornecimento de gás natural canalizado	Inexigibilidade	265/2013	Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	61.856.571/0001-17	R\$ 450,00	5400	10/12/2013	09/12/2018	III - Prestação de serviços
005/2015	SIn	Prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação, referente a infraestrutura de rede e suporte remoto e presencial	Pregão	045/2015	Algar Tecnologia da Informação e Consultoria S/A	21.246.699/0001-44	R\$ 68.906,49	R\$ 826.877,82	12/05/2015	11/05/2017	III - Prestação de serviços

Nota: Continuação

Quadro 7.4.2.A.3 Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
004/2014	SSU	Prestação de serviços de distribuição e publicidade legal impressa e/ou eletrônica dos atos da FUNDACENTRO	Inexigibilidade	564/2013	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	R\$ 2.833,33	34000	17/04/2016	17/04/2017	III - Prestação de serviços
006/2014	SMO	Prestação de serviços de manutenção do sistema da central de telefonia	Inexigibilidade	500/2013	Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.	04.078.456/0001-25	R\$ 2.990,51	R\$ 35.886,07	09/03/2016	08/03/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	SMO	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização para o CTN e Regionais	Pregão	570/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda.	13.682.207/0001-35	R\$ 66.361,79	199085,37	01/12/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
		Contratação de Serviços de impressão gráfica com sistema CTP	Pregão	203/2016	Cromos Editora e Indústria Ltda - ME	82.581.406/0001-70	R\$ 43.040,00				III - Prestação de serviços
009/2014	SIn	Prestação de serviços de manutenção do nobreak sinus triphases	Inexigibilidade	443/2013	GL Eletro-Eletrônicos Ltda.	52.618.139/0030-31	R\$ 479,21	5750,51	04/04/2016	03/04/2017	III - Prestação de serviços
010/2014	SDB	Prestação de serviços especializados de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de coleção de normas técnicas ABNT, Mercosul e internacionais via web	Inexigibilidade	573/2013	Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	33.402.892/0001-06	R\$ 753,52	R\$ 9.042,26	05/05/2016	04/05/2017	III - Prestação de serviços
007/2016	ERBS	Reforma e adequação de imóvel para abrigar futuras instalações do ERBS	Pregão	667/2015	Poiate & Montosa Ltda. - EPP	19.984.892/0001-30	R\$ 39.733,55	953605,08	10/02/2016	09/02/2018	III - Prestação de serviços
014/2014	SAA	Prestação de serviços de manutenção para a frota de veículos oficiais	Pregão	092/2014	Centro Automotivo Gama Ltda. - ME	01.537.699/0001-96	R\$ 5.981,05	R\$ 71.772,61	24/09/2016	23/09/2017	III - Prestação de serviços
022/2014	SIn	Renovação de licença de antivírus corporativo	Pregão	344/2014	Netsafe Corp Ltda.	03.476.184/0001-59	R\$ 3.900,26	46803,11	01/12/2016	30/11/2017	III - Prestação de serviços

Nota: Continuação

Quadro 7.4.2.A.4 Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
024/2014	SIn	Fornecimento de licenças e segurança lógica (firewall, controle de conteúdo e VPN)	Pregão	395/2014	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 2.262,81	R\$ 54.307,50	04/12/2016	03/12/2017	III - Prestação de serviços
001/2015	SAA	Prestação de serviços de digitalização e guarda de documentos	Pregão	385/2014	Imatec Imagem e Tecnologia Ltda.	96.669.460/0001-86	R\$ 6.601,05	79212,56	16/04/2016	15/04/2017	III - Prestação de serviços
001/2016	SAA	Prestação de serviços de seguro de veículo para a frota da FUNDACENTRO	Pregão	402/2015	Tóquio Marine Seguradora S.A	33.164.021/0001-00	R\$ 33.959,97	R\$ 2.830,00	26/01/2017	25/01/2018	III - Prestação de serviços
022/2015	SIn	Prestação de serviços de link de acesso dedicado à internet para as regionais	Pregão	099/2015	Oi Móvel S/A	05.423.963/0001-11	R\$ 24.091,36	289096,26	15/01/2017	14/01/2018	III - Prestação de serviços
006/2015	DTE	Prestação de serviços de manutenção do sistema de geração e tratamento de ar comprimido	Pregão	441/2014	Oficina Mecânica de Compressores de Ar Arantes Ltda.	43.159.086/0001-02	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	20/08/2016	19/08/2017	III - Prestação de serviços
011/2016	SRH	Prestação de serviços de agente de integração (estágio)	Pregão	622/2015	Agência de Integração Empresa Escola Ltda. - ME	01.406.617/0001-74	R\$ 21.060,00	421200	01/07/2016	30/06/2017	III - Prestação de serviços
008/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	252/2016	Gero Comércio e Serviços Ltda.	66.849.308/0001-14	R\$ 1.036,98	R\$ 12.443,76	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
009/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	254/2016	Instruqual Representação, Calibração e Assistência Técnica em Equipamentos de Medição Laboratorial e Industrial Ltda.	17.036.710/0001-74	R\$ 570,00	6840	28/08/2016	27/08/2017	III - Prestação de serviços

Nota: Continuação

Quadro 7.4.2.A.5 Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
010/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de medição e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	253/2016	Visomes Comercial Metrológica Ltda. - EPP	00.567.892/0001-07	R\$ 310,00	R\$ 310,00	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
011/2015	SAA	Aquisição de serviço móvel pessoal (SMP), com fornecimento de Sim Cards (chips)	Pregão	476/2015	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 1.646,90	9881,4	04/11/2016	03/05/2017	III - Prestação de serviços
013/2015	SGr	Coleta, transporte e destinação final de resíduos gráficos	Pregão	223/2015	Marcos César Riquena Consultoria - ME	21.899.212/0001-22	R\$ 5.263,09	R\$ 63.157,09	16/11/2016	15/11/2017	III - Prestação de serviços
014/2015	SGr	Prestação de serviços de manutenção das máquinas gráficas	Pregão	368/2015	MSE Tecnologia Digital Eireli - EPP	14.255.730/0001-48	R\$ 3.466,00	41592	09/12/2015	08/12/2016	III - Prestação de serviços
015/2015	SIn	Prestação de serviços com renovação de licenças e serviços de segurança lógica: antispam e antiphishing	Pregão	225/2015	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 3.524,32	R\$ 42.291,83	16/12/2016	16/12/2017	III - Prestação de serviços
018/2012	SAA	Prestação de serviços de telefonia fixo-comutado	Pregão	550/2011	Telefônica do Brasil S.A.	02.558.157/0001-62	R\$ 20.682,40	248188,8	30/01/2016	29/01/2017	III - Prestação de serviços
012/2016	SAA	Agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal	Pregão	613/2016	TRIPS Passagens e Turismo Ltda. - EPP	00.013.698/0001-80	R\$ 17.705,84	R\$ 212.470,12	29/08/2016	28/08/2017	III - Prestação de serviços

Nota: Continuação

Quadro 7.4.2.A.6 Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
023/2015	SIn	Prestação de serviços de Outsourcing de impressão, com impressoras monocromáticas e multifuncionais policromáticas	Pregão	480/2015	W P Sistemas Reprográficos e Impressão Ltda. - ME	03.951.766/0001-40	R\$ 10.501,08	126012,92	22/02/2016	21/02/2017	III - Prestação de serviços
002/2016	RBSO	Prestação de serviço técnico especializado de editoração sob demanda	Pregão	691/2015	Tikinet Edição Ltda. - EPP	15.267.097/0001-70	R\$ 5.995,00	R\$ 71.940,00	27/07/2016	26/07/2017	III - Prestação de serviços
004/2016	CHT	Prestação de serviços de manutenção do equipamento de espectrometria de plasma induzido acoplado a espectrômetro de massa - ICP-MS	Inexigibilidade	530/2015	Agilent Technologies Brasil Ltda.	03.290.250/0001-00	R\$ 4.648,99	55787,88	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
006/2016	CAd	Prestação de serviços de frete e despacho aduaneiro	Pregão	348/2015	Sec Figueiredo Ltda. - EPP	43.448.117/0001-45	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
008/2014	SAA	Prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis para a frota de veículos oficiais do CTN e Regionais	Pregão	532/2013	Trivale Administração Ltda.	00.604.122/0001-97	R\$ 10.025,00	120300	01/04/2016	31/03/2017	III - Prestação de serviços
011/2014	SAA	Prestação de serviços múltiplos e venda de produtos postais	Inexigibilidade	689/2013	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	34.028.316/0031-29	R\$ 9.625,51	R\$ 115.506,12	30/04/2016	29/04/2017	III - Prestação de serviços
008/2016	SAA	Prestação de serviços de reprografia e impressão	Pregão	473/2015	Digital Jundiá Ltda. - ME	04.839.879/0001-10	R\$ 9.000,00	108000	01/04/2016	31/03/2017	III - Prestação de serviços
018/2016	CHT	Aquisição de sistema de pré-tratamento e ultrapurificação de água para o laboratório da CHT	Pregão	0201/2016	Seara Comercial Eireli - ME	17.016.188/0001-69	R\$ 43.200,00	R\$ 43.200,00	01/12/2016	30/11/2017	I - Fornecimento de bens

Nota: Continuação

Quadro 7.4.2.A.7 Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
014/2016	SME	Manutenção preventiva do aparelho de raios-X do Serviço de Medicina.	Pregão	0774/2016	KON TATO COMERCIAL LTDA. - EPP	61.304.069/0001-01	R\$ 999,00	11928	17/11/2016	16/11/2017	III - Prestação de serviços
016/2016	SRI	Contratação de serviços de produção de vídeo institucional, criação e produção de programas de rádio web (podcast) e roteirização e locução para vídeos	Pregão	0309/2016	Carlos Raphael do Valle Eireli - ME	15.077.313/0001-15	R\$ 2.166,67	R\$ 26.000,00	07/12/2016	06/12/2017	III - Prestação de serviços
019/2016	SMO	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da cabine primária do CTN	Pregão	0734/2016	Empreiteira Grotto Ltda. - EPP	07.724.269/0001-60	R\$ 2.360,00	28320	06/12/2016	05/12/2017	III - Prestação de serviços
		Aquisição de Café torrado e moído	Pregão	082/2017	Micron Gêneros Alimentícios	11.517.200/0001-32	R\$ 5.400,00				I - Fornecimento de bens
		Contratação de Serviços de calibração de dosímetro de ruído	Dispensa	155/2016	Almont do Brasil Com. Representação Ltda.	01.236.739/0001-60	R\$ 3.680,00				III - Prestação de serviços
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1035/2016	Multicompany Brasil Tecnol. E Sistemas Ltda	08.599.785/0001-72	R\$ 18.771,00				I - Fornecimento de bens
		Contratação de serviço avulso de manutenção preventiva no espectrômetro de absorção atômica	Dispensa	443/2016	PerkinElmer do Brasil Ltda	00.351.210/0001-24	R\$ 7.780,00				III - Prestação de serviços
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1032/2016	Cook Energia e Telecom., Com. e Ind. Ltda - ME	10.645.411/0001-98	R\$ 184,73				I - Fornecimento de bens

Nota: Continuação

Quadro 7.4.2.A.8 Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1033/2016	BG Comércio e Materiais Eirelli - ME	24.101.048/0001-14	R\$ 260,08				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1034/2016	DWL Com. Servs. De Informática Ltda - ME	13.347.993/0001-14	R\$ 960,00				I - Fornecimento de bens
		Serviço avulso de manutenção e qualificação das capelas COMTEC	Pregão	102/2016	F.F.Controle e Certificação Ltda.	03.089.876/0001-44	R\$ 3.694,00				III - Prestação de serviços
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1029/2016	Star Networks Com. Eletro Eletrôn.Ltda.-EPP	11.420.095/0001-19	R\$ 1.440,00				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1030/2016	Lan Tecnologia Redes Ltda	18.680.580/0001-70	R\$ 72,39				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1031/2016	Solaris Teleinformática Ltda	11.099.588/0001-07	R\$ 7.412,90				I - Fornecimento de bens
013/2016	SIN	Aquisição de termômetros SNMP para monitoramento de temperatura, nível de umidade e detecção de fumaça	Pregão	0575/2015	MAXITRACK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO LTDA.	12.186.172/0001-80	R\$ 10.710,00		24/11/2016	23/11/2017	I - Fornecimento de bens

Fonte: CAD

Quadro 7.4.2.B.1 Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
024/2013	SMO	Fornecimento de gás natural canalizado	Inexigibilidade	265/2013	Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	61.856.571/0001-17	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00	10/12/2013	09/12/2018	III - Prestação de serviços
001/2015	SAA	Prestação de serviços de digitalização e guarda de documentos	Pregão	385/2014	Imatec Imagem e Tecnologia Ltda.	96.669.460/0001-86	R\$ 6.601,05	R\$ 79.212,56	16/04/2016	15/04/2017	III - Prestação de serviços
002/2016	RBSO	Prestação de serviço técnico especializado de editoração sob demanda	Pregão	691/2015	Tikinet Edição Ltda. - EPP	15.267.097/0001-70	R\$ 5.995,00	R\$ 71.940,00	27/07/2016	26/07/2017	III - Prestação de serviços
014/2014	SAA	Prestação de serviços de manutenção para a frota de veículos oficiais	Pregão	092/2014	Centro Automotivo Gama Ltda. - ME	01.537.699/0001-96	R\$ 5.981,05	R\$ 71.772,61	24/09/2016	23/09/2017	III - Prestação de serviços
013/2015	SGr	Coleta, transporte e destinação final de resíduos gráficos	Pregão	223/2015	Marcos César Riquena Consultoria - ME	21.899.212/0001-22	R\$ 5.263,09	R\$ 63.157,09	16/11/2016	15/11/2017	III - Prestação de serviços
006/2016	CAd	Prestação de serviços de frete e despacho aduaneiro	Pregão	348/2015	Sec Figueiredo Ltda. - EPP	43.448.117/0001-45	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
007/2013	SIn	Prestação de serviços continuados de link lan-to-lan 100MBPS fibra ótica com redundância para interligar o CTN ao NARA/ANSP/TERRE MARK - NAP do Brasil	Pregão	707/2012	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 4.944,59	R\$ 59.335,10	28/03/2016	27/03/2017	III - Prestação de serviços
004/2016	CHT	Prestação de serviços de manutenção do equipamento de espectrometria de plasma induzido acoplado a espectrômetro de massa - ICP-MS	Inexigibilidade	530/2015	Agilent Technologies Brasil Ltda.	03.290.250/0001-00	R\$ 4.648,99	R\$ 55.787,88	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
022/2014	SIn	Renovação de licença de antivírus corporativo	Pregão	344/2014	Netsafe Corp Ltda.	03.476.184/0001-59	R\$ 3.900,26	R\$ 46.803,11	01/12/2016	30/11/2017	III - Prestação de serviços

Tabela 7.4.2.B.2 Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
015/2015	SIn	Prestação de serviços com renovação de licenças e serviços de segurança lógica: antispam e antiphishing	Pregão	225/2015	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 3.524,32	R\$ 42.291,83	16/12/2016	16/12/2017	III - Prestação de serviços
014/2015	SGr	Prestação de serviços de manutenção das máquinas gráficas	Pregão	368/2015	MSE Tecnologia Digital Eireli - EPP	14.255.730/0001-48	R\$ 3.466,00	R\$ 41.592,00	09/12/2015	08/12/2016	III - Prestação de serviços
010/2011	SIn	Renovação de licenças de software do equipamento UTM SONICWALL NSA 3500, bem como a prestação de serviços de suporte técnico	Pregão	483/2011	Alerta Security Solutions Informática Ltda.	06.946.041/0001-51	R\$ 3.266,32	R\$ 39.195,86	27/12/2015	26/12/2016	III - Prestação de serviços
006/2014	SMO	Prestação de serviços de manutenção do sistema da central de telefonia	Inexigibilidade	500/2013	Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.	04.078.456/0001-25	R\$ 2.990,51	R\$ 35.886,07	09/03/2016	08/03/2017	III - Prestação de serviços
004/2014	SSU	Prestação de serviços de distribuição e publicidade legal impressa e/ou eletrônica dos atos da FUNDACENTRO	Inexigibilidade	564/2013	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	R\$ 2.833,33	R\$ 34.000,00	17/04/2016	17/04/2017	III - Prestação de serviços
001/2012	CAd	Prestação de serviços de publicação no D.O.U	Inexigibilidade	058/2012	Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	R\$ 2.530,83	R\$ 30.370,00	02/05/2016	01/05/2017	III - Prestação de serviços
019/2016	SMO	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da cabine primária do CTN	Pregão	0734/2016	Empreiteira Grotto Ltda. - EPP	07.724.269/0001-60	R\$ 2.360,00	R\$ 28.320,00	06/12/2016	05/12/2017	III - Prestação de serviços
024/2014	SIn	Fornecimento de licenças e segurança lógica (firewall, controle de conteúdo e VPN)	Pregão	395/2014	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 2.262,81	R\$ 54.307,50	04/12/2016	03/12/2017	III - Prestação de serviços

Nota: Continuação

Tabela 7.4.2.B.3 Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
016/2016	SRI	Contratação de serviços de produção de vídeo institucional, criação e produção de programas de rádio web (podcast) e roteirização e locução para vídeos	Pregão	0309/2016	Carlos Raphael do Valle Eireli - ME	15.077.313/0001-15	R\$ 2.166,67	R\$ 26.000,00	07/12/2016	06/12/2017	III - Prestação de serviços
011/2015	SAA	Aquisição de serviço móvel pessoal (SMP), com fornecimento de Sim Cards (chips)	Pregão	476/2015	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 1.646,90	R\$ 9.881,40	04/11/2016	03/05/2017	III - Prestação de serviços
013/2013	SME	Prestação de serviços de manutenção do sistema de digitalização de imagem	Inexigibilidade	512/2012	Agfa Healthcare Brasil Importação e Serviços Ltda.	09.032.626/0002-35	R\$ 1.520,49	R\$ 18.245,87	07/10/2016	06/10/2017	III - Prestação de serviços
008/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	252/2016	Gero Comércio e Serviços Ltda.	66.849.308/0001-14	R\$ 1.036,98	R\$ 12.443,76	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
006/2015	DTE	Prestação de serviços de manutenção do sistema de geração e tratamento de ar comprimido	Pregão	441/2014	Oficina Mecânica de Compressores de Ar Arantes Ltda.	43.159.086/0001-02	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	20/08/2016	19/08/2017	III - Prestação de serviços
014/2016	SME	Manutenção preventiva do aparelho de raios-X do Serviço de Medicina.	Pregão	0774/2016	KON TATO COMERCIAL LTDA. - EPP	61.304.069/0001-01	R\$ 999,00	R\$ 11.928,00	17/11/2016	16/11/2017	III - Prestação de serviços
010/2014	SDB	Prestação de serviços especializados de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de coleção de normas técnicas ABNT, Mercosul e internacionais via web	Inexigibilidade	573/2013	Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	33.402.892/0001-06	R\$ 753,52	R\$ 9.042,26	05/05/2016	04/05/2017	III - Prestação de serviços

Nota: Continuação

Tabela 7.4.2.B.4 Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
011/2013	SDB	Prestação de serviços de manutenção do leitor e copiador de microficha e microfilme	Pregão	188/2012	Multimicros Comércio e Serviços de Informática Ltda.	05.989.242/0001-73	R\$ 592,50	R\$ 7.110,00	03/04/2016	02/04/2017	III - Prestação de serviços
009/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de medição e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	254/2016	Instruqual Representação, Calibração e Assistência Técnica em Equipamentos de Medição Laboratorial e Industrial Ltda.	17.036.710/0001-74	R\$ 570,00	R\$ 6.840,00	28/08/2016	27/08/2017	III - Prestação de serviços
009/2014	SIn	Prestação de serviços de manutenção do nobreak sinus triphases	Inexigibilidade	443/2013	GL Eletro-Eletrônicos Ltda.	52.618.139/0030-31	R\$ 479,21	R\$ 5.750,51	04/04/2016	03/04/2017	III - Prestação de serviços
010/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de medição e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	253/2016	Visomes Comercial Metrológica Ltda. - EPP	00.567.892/0001-07	R\$ 310,00	R\$ 310,00	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
004/2013	SIS	Prestação de serviços de monitoração e controle dosimétrico	Dispensa	063/2012	Pro-Rad Consultores em Radioproteção S/S Ltda.	87.389.086/001-74	R\$ 172,69	R\$ 2.072,24	01/04/2016	31/03/2017	III - Prestação de serviços
		Contratação de serviço avulso de manutenção preventiva no espectrômetro de absorção atômica	Dispensa	443/2016	PerkinElmer do Brasil Ltda	00.351.210/0001-24	R\$ 7.780,00				III - Prestação de serviços
023/2014	SAA	Fornecimento de sistema de monitoramento por vídeo, controle de catracas eletrônicas e portão automático	Pregão	300/2014	Inovha System Tecnologia em Informática Ltda. - EPP	11.170.748/0001-59	R\$ 7.400,00	R\$ 88.800,00	13/11/2016	12/11/2017	I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1031/2016	Solaris Teleinformática Ltda	11.099.588/0001-07	R\$ 7.412,90				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de Café torrado e moído	Pregão	082/2017	Micron Gêneros Alimentícios	11.517.200/0001-32	R\$ 5.400,00				I - Fornecimento de bens

Nota: Continuação

Tabela 7.4.2.B.5 Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
		Serviço avulso de manutenção e qualificação das capelas COMTEC	Pregão	102/2016	F.F.Controle e Certificação Ltda.	03.089.876/0001-44	R\$ 3.694,00				III - Prestação de serviços
		Contratação de Serviços de calibração de dosímetro de ruído	Dispensa	155/2016	Almont do Brasil Com. Representação Ltda.	01.236.739/0001-60	R\$ 3.680,00				III - Prestação de serviços
015/2016	SEE	Contratação de serviços de renovação da licença do software de análise estatística SAS versão 9.20 com as unidades: BASE, STAT, GRAPHS e ACESS e suporte técnico	Pregão	0399/2016	Tech Solutions Soluções em Gestão e Tecnologia da Informação Ltda. - ME	10.517.288/0001-20	R\$ 1.822,50	R\$ 22.590,00	19/12/2016	18/12/2017	I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1029/2016	Star Networks Com. Eletro Eletrôn.Ltda.-EPP	11.420.095/0001-19	R\$ 1.440,00				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1034/2016	DWL Com. Servs. De Informática Ltda - ME	13.347.993/0001-14	R\$ 960,00				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1033/2016	BG Comércio e Materiais Eirelli - ME	24.101.048/0001-14	R\$ 260,08				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1032/2016	Cook Energia e Telec., Com. e Ind. Ltda - ME	10.645.411/0001-98	R\$ 184,73				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1030/2016	Lan Tecnologia Redes Ltda	18.680.580/0001-70	R\$ 72,39				I - Fornecimento de bens

Fonte: CAD

7.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com empresas beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos.

Todos os contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento já foram contratados segundo a nova forma de contribuição sobre a receita bruta.

8. ANEXOS.

8.1 Notas Explicativas.

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro é uma Fundação Pública Federal, instituída pela Lei 5.161/1966, suas finalidades, conforme o artigo 2º do seu Estatuto, é a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho.

DA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base os artigos 101 a 106, da Lei 4.320/64 e NBC T 16.6, aprovado pela Resolução CFC nº 1.1133/2008.

DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

1. **O Saldo do Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional - R\$ 45.975.885,28**, que compreende o somatório das seguintes subcontas:

1.1	CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	R\$	45.901.097,33
1.2	Demais Contas – Caixa Econômica Federal	R\$	74.787,95
1.3	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	R\$	4.159,64

2. **O saldo da Conta de Estoque - R\$ 1.002.431,05** - composto por R\$ 1.000.673,31 no Almoxarifado – Consolidação e R\$ 1.757,74 em Outros Estoques.

2.1 O saldo em Almoxarifado - Consolidado está detalhado no órgão da seguinte forma:

2.1.1 Materiais de Consumo - R\$ 915.219,39

2.1.1.1 Esta conta está detalhada da seguinte forma:

264001 – CTN	R\$ 580.051,31
264002 – ERMS	R\$ 6.669,31
264003 – ERCA	R\$ 7.788,95
264005 – CRMG	R\$ 43.945,13
264006 – CRDF	R\$ 35.302,27
264007 – CRPE	R\$ 37.929,75
264008 – CRBA	R\$ 50.587,23
264009 – CEES	R\$ 2.231,37
264010 – CEPR	R\$ 26.447,19
264011 – CESC	R\$ 17.848,98
264012 – CERJ	R\$ 10.618,94
264013 – CERS	R\$ 56.623,65
264013 – CEPA	R\$ 39.175,31

Obs.: As Unidades, com exceção do CRMG, não encaminharam o RMA para apuração dos saldos. Estamos procedendo com a cobrança dos relatórios para que possamos confrontar com os saldos do SIAFI e questionar as possíveis divergências.

3. **Imobilizado e Depreciação e Amortização**

Saldo R\$ 74.227.502,32

Bens Móveis R\$ 34.729.155,92

Bens Imóveis R\$ 61.035.574,58

Depreciação R\$ 21.537.228,18

Representa o saldo até fevereiro de 2015. Após esse período não foram realizados lançamentos de depreciação. Estamos procedendo para a regularização.

4. Intangível e amortização

Intangível R\$ 1.527.241,70

Softwares R\$ 1.797.018,95

Amortização acumulada R\$ R\$ 269.777,25

5. Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar

Foi identificada uma variação de 283% de 2015 para 2016 na conta e em análise identificamos que os pagamentos de décimo terceiro e férias têm sido realizados sem a baixa correspondente do saldo passivo dessas contas contábeis. Encaminharemos a regularização dessas contas.

	2016	2015	variação
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 13.770.588,27	R\$ 3.595.841,14	283%
Salários e remunerações	R\$ 1.915,07	R\$ 1.868,72	
Décimo terceiro a pagar	R\$ 11.205.416,52	R\$ 2.994.117,57	
Férias a pagar	R\$ 2.563.256,68	R\$ 599.854,85	

8.2 Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	5.591.527,30	6.316.974,46	Despesas Orçamentárias	106.118.995,12	103.872.579,82
Ordinárias	78.066,57	893.530,18	Ordinárias	87.208.924,62	82.749.923,41
Vinculadas	5.513.705,57	5.423.771,18	Vinculadas	18.910.070,50	21.122.656,41
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.513.705,57	5.423.771,18	Seguridade Social (Exceto RGPS)	13.885.023,97	14.086.022,58
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-244,84	-326,90	Operação de Crédito		2.947.287,05
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.025.046,53	4.089.346,78
Transferências Financeiras Recebidas	111.345.044,29	101.229.530,27	Transferências Financeiras Concedidas	5.233.855,89	4.657.934,10
Resultantes da Execução Orçamentária	106.111.155,05	98.246.357,12	Resultantes da Execução Orçamentária	4.692.605,26	3.506.777,78
Repasse Recebido	101.418.549,79	94.739.579,34	Sub-repasse Concedido	4.692.605,26	3.506.777,78
Sub-repasse Recebido	4.692.605,26	3.506.777,78	Independentes da Execução Orçamentária	541.250,63	1.151.156,32
Independentes da Execução Orçamentária	5.233.889,24	2.983.173,15	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	463.184,06	257.626,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.233.874,24	2.983.173,15	Movimento de Saldos Patrimoniais	78.066,57	893.530,18
Movimentação de Saldos Patrimoniais	15,00		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	3.788.311,15	6.530.040,05	Despesas Extraorçamentárias	5.619.695,60	3.866.335,37
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.053,60	149.484,63	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	820.189,86	322.647,41
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.764.771,78	6.356.472,12	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.762.167,82	3.519.604,66
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	22.485,77	-66.068,41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.337,92	24.083,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	90.151,71	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos		90.151,71			
Saldo do Exercício Anterior	42.227.708,79	40.548.013,30	Saldo para o Exercício Seguinte	45.980.044,92	42.227.708,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.227.708,79	40.548.013,30	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.980.044,92	42.227.708,79
TOTAL	162.952.591,53	154.624.558,08	TOTAL	162.952.591,53	154.624.558,08



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
07/03/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND. JORGE D. FIGUEIREDO DE SEG. E MED. DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.051.590,00	5.051.590,00	5.591.527,30	539.937,30
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	4.821.136,00	4.821.136,00	5.309.435,53	488.299,53
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	4.821.136,00	4.821.136,00	5.309.435,53	488.299,53
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	230.454,00	230.454,00	204.040,20	-26.413,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	230.454,00	230.454,00	204.040,20	-26.413,80
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	78.051,57	78.051,57
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.940,09	2.940,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	75.111,48	75.111,48
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 37201 - FUND. JORGE D. FIGUEIREDO DE SEQ. E MED. DO TRAB. - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

EMISSION
07/03/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.051.590,00	5.051.590,00	5.591.527,30	539.937,30
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	4.821.138,00	4.821.138,00	5.309.435,53	488.297,53
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	4.821.138,00	4.821.138,00	5.309.435,53	488.297,53
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	230.454,00	230.454,00	204.040,20	-26.413,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	230.454,00	230.454,00	204.040,20	-26.413,80
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	78.051,57	78.051,57
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.940,09	2.940,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	75.111,48	75.111,48
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSION
07/03/2017

PAGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEGE MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.051.590,00	5.051.590,00	5.591.527,30	539.937,30
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.051.590,00	5.051.590,00	5.591.527,30	539.937,30
DÉFICIT			100.527.467,82	100.527.467,82
TOTAL	5.051.590,00	5.051.590,00	106.118.965,12	101.067.405,12
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	103.810.187,00	129.590.242,00	104.098.840,69	101.234.794,97	101.233.741,37	28.491.401,31
Pessoal e Encargos Sociais	77.472.896,00	103.187.300,00	79.177.979,45	79.177.979,45	79.177.979,45	24.009.320,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.337.288,00	26.402.942,00	24.920.861,24	22.056.815,52	22.056.761,92	1.482.080,76
DESPESAS DE CAPITAL	3.378.974,00	3.378.974,00	2.020.154,43	1.119.428,37	1.119.428,37	1.358.819,57
Investimentos	3.378.974,00	3.378.974,00	2.020.154,43	1.119.428,37	1.119.428,37	1.358.819,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	107.189.161,00	132.969.216,00	106.118.965,12	102.354.223,34	102.353.169,74	26.850.220,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEGE MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORÇAO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 07/03/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	107.189.161,00	132.969.216,00	106.118.995,12	102.354.223,34	102.353.169,74	26.850.220,88
TOTAL	107.189.161,00	132.969.216,00	106.118.995,12	102.354.223,34	102.353.169,74	26.850.220,88

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	516.113,48	3.175.114,38	2.232.568,82	2.232.568,82	1.254.949,16	206.706,88
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	516.113,48	3.175.114,38	2.232.568,82	2.232.568,82	1.254.949,16	206.706,88
DESPESAS DE CAPITAL	364.890,11	3.181.357,74	2.529.599,00	2.529.599,00	193.115,54	823.533,31
Investimentos	364.890,11	3.181.357,74	2.529.599,00	2.529.599,00	193.115,54	823.533,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	881.003,59	6.356.472,12	4.762.167,82	4.762.167,82	1.448.064,70	1.029.243,19

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	799.513,05	781.943,73	-	17.669,32
Pessoal e Encargos Sociais	-	843,18	843,18	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	798.769,87	781.100,55	-	17.669,32
DESPESAS DE CAPITAL	-	38.246,13	38.246,13	-	-
Investimentos	-	38.246,13	38.246,13	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	837.859,18	820.189,86	-	17.669,32



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND. JORGE D. FIGUEIREDO DE SEQ. E MED. DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	78.439.095,12	69.135.900,50	PASSIVO CIRCULANTE	13.811.504,57	4.433.790,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.980.044,92	42.227.708,79	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	13.770.588,27	3.595.841,14
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	31.456.819,15	25.977.386,94	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	21.156,78	722.448,91
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.002.431,05	930.804,77	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	19.759,52	115.500,27
ATIVO NÃO CIRCULANTE	75.770.482,27	70.800.849,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	55.750,10	90.151,71
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.002,99	11.002,99	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.002,99	11.002,99	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	4.735,26	4.735,26	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	55.750,10	90.151,71
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	13.887.254,76	4.523.942,03
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	4.735,26	4.735,26			
Demais Investimentos Permanentes	4.735,26	4.735,26			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	74.227.502,32	70.248.099,07			
Bens Móveis	13.430.098,48	12.349.236,15			
Bens Móveis	34.729.155,92	34.872.985,77			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-21.299.057,48	-22.323.729,62			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	60.797.403,86	57.898.862,92			
Bens Imóveis	61.035.574,58	57.935.734,02			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-238.170,72	-38.871,10			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.527.241,70	537.012,13			
Softwares	1.527.241,70	537.012,13			
Softwares	1.797.018,95	808.780,38			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-269.777,25	-269.777,25			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND. JORGE D. FIGUEIREDO DE SEG. E MED. DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 07/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	154.209.577,39	139.936.749,95	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	154.209.577,39	139.936.749,95

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	45.980.044,92	42.227.708,79	PASSIVO FINANCEIRO	4.888.037,45	8.169.445,32
ATIVO PERMANENTE	108.229.532,47	97.709.041,16	PASSIVO PERMANENTE	13.773.232,28	3.593.972,42
			SALDO PATRIMONIAL	135.548.307,66	128.173.332,21

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.165.816,85	3.743.746,68	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.679.812,80	3.026.215,00
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.165.816,85	3.743.746,68	Execução dos Atos Potenciais Passivos	7.679.812,80	3.026.215,00
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.124.340,35	3.705.270,38	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Concedidos e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Concedidas e Outros Instrum Cong	-	-
Direitos Contratuais a Executar	41.476,30	38.476,30	Obrigações Contratuais a Executar	7.679.812,80	3.026.215,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	5.165.816,85	3.743.746,68	TOTAL	7.679.812,80	3.026.215,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.297.935,28
Recursos Vinculados	45.380.942,75
Operação de Crédito	620,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	45.380.322,75
TOTAL	41.092.007,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
07/03/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 37201 - FUND. JORGE D. FIGUEIREDO DE SEG. E MED. DO TRAB. - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.439.809,63	2.508.796,77
INGRESSOS	116.959.057,36	107.570.588,03
Receitas Derivadas e Originárias	5.591.527,30	6.316.974,46
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	204.040,20	213.040,56
Remuneração das Disponibilidades	5.309.435,53	5.210.403,72
Outras Receitas Derivadas e Originárias	78.051,57	893.530,18
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	111.367.530,06	101.253.613,57
Ingressos Extraorçamentários	22.485,77	-88.068,41
Transferências Financeiras Recebidas	111.345.044,29	101.229.530,27
Demais Recebimentos	-	90.151,71
DESEMBOLSOS	-109.519.447,73	-105.061.792,28
Pessoal e Demais Despesas	-66.684.082,63	-61.667.512,33
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-30.275.459,17	-26.506.958,95
Saúde	-	-
Trabalho	-66.408.623,66	-65.160.553,38
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2016

PERÍODO

Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

07/03/2017

PÁGINA

2

SUBTÍTULO 37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO

ORÇAO SUPERIOR 40000 - MINISTERIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Secadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-7.584.171,09	-8.712.282,53
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.584.171,09	-8.712.282,53
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-8.271.193,81	-4.682.017,40
Despesas Extraorçamentárias	-37.337,92	-24.083,30
Transferências Financeiras Concedidas	-5.233.855,89	-4.857.934,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.687.273,50	-829.100,28
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.687.273,50	-829.100,28
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.850.410,53	-752.841,51
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.036.862,97	-76.258,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Das Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Das Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.752.336,13	1.679.695,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
07/03/2017

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 37201 - FUND. JORGE D. FIGUEIREDO DE SEG. E MED. DO TRAB. - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	42.227.708,79	40.548.013,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	45.980.044,92	42.227.708,79



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
07/03/2017

PÁGINA
1

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 40200 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	120.884.280,93	109.787.998,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	204.040,20	213.080,86
Venda de Mercadorias	13.777,80	14.232,18
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	190.262,80	198.828,40
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.309.435,53	5.210.403,72
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.309.435,53	5.210.403,72
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	112.500.540,23	101.790.211,88
Transferências Intragovernamentais	111.345.044,29	101.229.530,27
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.155.495,94	580.681,28
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.592.213,40	1.680.789,61
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.589.942,88	2.262,20
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.270,72	1.678.527,41
Reversão da Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	78.061,57	893.530,18
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2016

PERÍODO

Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

07/03/2017

PÁGINA

2

SUBTÍTULO 37201 - FUND. JORGE D. FIGUEIREDO DE SEG. E MED. DO TRAB. - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 40000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	78.051,57	893.530,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	115.728.400,68	111.521.442,47
Pessoal e Encargos	55.731.013,62	53.879.054,48
Remuneração a Pessoal	48.481.100,77	43.840.193,34
Encargos Patronais	7.448.221,79	8.627.773,04
Benefícios a Pessoal	1.823.691,06	1.325.237,03
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	85.851,04
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.401.850,07	27.892.379,84
Aposentadorias e Reformas	27.189.477,23	25.138.837,50
Pensões	3.229.148,86	2.742.514,25
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.025,08	13.028,09
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21.313.093,92	21.743.458,01
Uso de Material de Consumo	1.095.217,05	448.521,19
Serviços	20.018.577,25	21.027.942,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	201.299,62	268.994,71
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	558,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	538,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	20,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.450.091,86	4.842.832,85
Transferências Intragovernamentais	5.233.855,89	4.857.934,10
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.216.235,97	184.898,75
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.825,70	2.474.802,70
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	1.845,00
Incorporação de Passivos	9.825,70	184.893,04
Desincorporação de Ativos	-	2.308.294,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSION
07/03/2017

PAGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	20.370,88	7.594,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.513,50	3.830,22
Contribuições	3.857,38	3.755,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	802.354,63	880.764,40
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	802.354,63	880.764,40
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.955.880,25	-1.733.446,85

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.

9.1 Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registros dos Atos de Administração e Concessão.

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que tem sido observados os procedimentos e regulamentos a fim de se obter a completude e fidedignidade dos registros relativos aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Fundacentro no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac do Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

São Paulo, 27 de março de 2017.

Thais Monteiro Andrade da Silva
CPF 078.192.787-06
Chefe do Serviço de Administração de Pessoal
Fundacentro

9.2 Declaração de Cumprimentos das Disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto a entrega das Declarações de Bens e Renda - DBR.

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Fundacentro obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Coordenação de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

São Paulo, 27 de março de 2017.

Cristina do Amaral
CPF 047.856.168-73
Coordenadora de Recursos Humanos
Fundacentro

9.2 Declaração de Integridade das Informações do Orçamento Federal Anual SIOP.

Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anuais exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São Paulo, 27 de março de 2017.

Leonice Alves da Paz
CPF 119.393.358-76
Diretora de Administração e Finanças
Fundacentro

9.4 Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

Declaração de que as Demonstrações Contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa		Código do Órgão	
Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Medicina e Segurança do Trabalho		37201	
De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n. 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n. 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária financeira e patrimonial, EXCETO no tocante as ressalvas apresentadas abaixo. Ressalvas: a) falta de registro tempestivo dos contratos nas contas de controle que, em geral, são realizados pela tesouraria apenas no momento do pagamento; b) falta de registro tempestivos das apropriações das diversas despesas pelas áreas liquidantes, sendo que essas apropriações são realizadas apenas no momento do pagamento pela tesouraria gerando registro em competência incorreta; c) falta de controle dos bens intangíveis; d) falta de registro de depreciação e amortização; Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2016. Não houve alteração dos fluxos dos processos; Sistema de patrimônio não engloba bens intangíveis; Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	07/03/2017
Contador Responsável	Daniel de Freitas Bertolino	CRC	1SP304261

9.5 Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI.

Informações constantes na Declaração 9.4 deste relatório.

10. APENDICES.

10.1 Nota de Esclarecimento sobre o Parecer do Conselho Curador.

A fusão dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social ocorrida em 2015, constituindo um único Ministério, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, produziu um efeito colateral para a Fundacentro relativamente a seu Conselho Curador, colegiado superior com poder de deliberação sobre a instituição.

Após a referida fusão a Presidência da Fundacentro consultou a Procuradoria Federal junto à Fundacentro acerca das implicações jurídicas para a instituição. Na Nota nº 040/2015/AGU/PGF/PF/FUNDACENTRO a Procuradoria entendeu que, como as atribuições e competências do cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego foram assumidas pelo cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, as indicações dos membros do Conselho Curador da Fundacentro oriundas do extinto Ministro de Estado do Trabalho e Emprego deveriam ser renovadas, tanto para confirmar os antigos membros indicados, seja como titulares ou como suplentes, quanto para substituí-los.

Além disso, a Procuradoria também manifestou que, no que tangia ao cargo de Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, membro nato do Conselho Curador da Fundacentro, era intuitivo que a partir da fusão tal atribuição passava para o Secretário Especial do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Quanto ao cargo de Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, também membro nato do Conselho Curador, entendeu a Procuradoria que deverá permanecer como membro deste Conselho até que haja alguma modificação na estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência Social que altere ou extinga o citado Departamento.

Portanto, conforme a Nota Técnica emitida pela Procuradoria Federal junto à Fundacentro, a fusão dos Ministérios originou insegurança jurídica para a atuação do Conselho Curador da instituição até a confirmação ou substituição dos membros não natos deste Conselho pelo Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social. Na prática, esta situação resultou em interrupção de fato das atividades deste Conselho Curador.

De modo a evitar esta interrupção, a Procuradoria, ainda em novembro de 2015, recomendou o encaminhamento urgente desta questão ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Esta recomendação foi atendida pela Presidência da Fundacentro em janeiro de 2016, por meio do Ofício nº 004/PRES, reiterado em março de 2016 pelo Ofício nº 022/PRES. Até o momento a Fundacentro não obteve qualquer resposta do Ministério quanto a tal questão, de modo que os trabalhos do Conselho Curador permanecem paralisados.

Considerando que uma das atribuições do Conselho Curador é emitir parecer sobre a prestação de contas anual, infelizmente não será possível à Fundacentro apresentar neste momento este parecer devido a esta questão jurídica envolvendo o Conselho Curador.

São apresentadas anexas as documentações mencionadas nesta Nota.

10.2 Nota Técnica Nº 040/2015/PF-FUNDACENTRO/PGF /AGU-rcs.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL - FUNDACENTRO

NOTA TÉCNICA Nº 040/2015/PF-FUNDACENTRO/PGF /AGU-rcs INTERESSADO: PRES. -

PRESIDÊNCIA

ASSUNTO: Medida Provisória 696/2015 - Conselho Curador

Senhora Presidenta,

Trata-se de consulta oriunda da Presidência da FUNDACENTRO acerca das implicações jurídicas decorrentes da edição da Medida Provisória 696, de 02 de outubro de 2015 que extinguiu o cargo de Ministro do Estado do Trabalho, aliado a edição do Decreto n.º 8.536, de 02 de outubro de 2015 que passou a vincular à FUNDACENTRO ao recém-transformado Ministério do Trabalho e da Previdência Social e a composição do Conselho Curador da FUNDACENTRO.

Inicialmente compete asseverar que o Conselho Curador da FUNDACENTRO, órgão de deliberação máximo desta Fundação Pública Federal é assim composto, nos termos do que prevê o artigo 6º do Estatuto da FUNDACENTRO:

Art. 6º O Conselho Curador, órgão de deliberação superior da FUNDACENTRO, é constituído por dezesseis membros e tem a seguinte composição:

I Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego;

II Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego;

III Presidente da FUNDACENTRO;

IV Diretor-Executivo da FUNOACENTRO;

V um representante do Ministério da Previdência Social; VI um representante do Ministério da Saúde;

VII dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; VIII quatro representantes dos empregadores; e

IX quatro representantes dos trabalhadores.

§ 1º O Comporão também o Conselho Curador, sem direito a voto, os Diretores Técnico e de Administração e Finanças da FUNDACENTRO.

§ 2º Os suplentes dos membros natos serão escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 3º Os membros, titulares e suplentes, do Conselho Curador serão indicados pelos respectivos órgãos governamentais e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, em âmbito nacional, e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

RUBRICA°

Ao compulsar os termos do referido dispositivo legal infere-se que figuram como membros natos, além de outros o **Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego** e o **Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho**, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Compõem ainda o Conselho dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, conforme previsto no inciso VII e ademais está consignado também no parágrafo 2º que os suplementes dos membros natos serão escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Vale ressaltar de todo modo que sob o ponto de vista jurídico a extinção do cargo de Ministro do Trabalho e Emprego, conforme previsto no artigo 1º da Medida Provisória 696, produziu efeitos imediatos, nos termos do artigo 9º do precitado ato legislativo.

Por outro lado, o artigo 7º da referida Medida Provisória previu expressamente que: *"ficam transferidas aos órgãos que receberam as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e as incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas aos órgãos transformados, transferidos ou extintos por esta Medida provisória ou a seus titulares."*

Posto isto, e tendo em vista que as atribuições e competências do cargo de Ministro do Estado do Trabalho e Emprego foram assumidas pelo cargo do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, que por sua vez decorreu da transformação do antigo cargo de Ministro de Estado da Previdência Social, entendemos que *s.m.j.* as indicações oriundas do extinto Ministro do Estado do Trabalho deverão ser renovadas, ainda que para confirmar os antigos membros indicados, seja como titulares ou como suplementes, ou para indicar novos membros, segundo o juízo de conveniência e oportunidade do atual Ministro do Estado do Trabalho e Previdência Social.

Cabe por proêmio consignar também que a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Indireta, a partir da edição do Decreto n.º 8.536, de 02 de Outubro de 2015, passou a estar vinculada ao recém-transformado Ministério do Trabalho e Previdência Social.

No que tange ao cargo de Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, que figura como membro nato do Conselho Curador da FUNDACENTRO, foi transformado no cargo de Secretário Especial do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme estabelecido no inciso III do artigo 3º da Medida Provisória n.º 696/15, de modo que é intuitivo que *s.m.j.*, a partir da edição deste Ato Legislativo deverá compor o mencionado Conselho mencionado Secretário Especial.

RUBRICA-

No que diz respeito ao cargo de Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que também compõe o Conselho Curador como membro nato, nada dispôs a Medida Provisória, no entanto o artigo 9º previu que a alteração das estruturas dos órgãos abrangidos, entrará em vigor a partir da entrada em vigor dos respectivos Decretos que estabeleçam a nova estrutura regimental, assim sendo e desde que este cargo ainda esteja previsto na Estrutura Regimental do recém-transformado Ministério do Trabalho e Previdência Social, deverá continuar a figurar como membro nato, até que porventura se altere a sua designação e/ou competência. De toda forma e desde que não tenha até a presente data, havido a extinção ou transformação do referido cargo é forçoso concluir que o mesmo deverá ainda comparecer como membro as reuniões do Conselho Curador.

Vale consignar que a presente Nota limita-se aos aspectos jurídico-formais da consulta, de maneira que no que se refere aos aspectos técnicos e de conveniência e oportunidade competirá à Alta Administração Pública Federal avaliar.

Por fim e diante da importância do regular funcionamento do Conselho Curador da FUNDACENTRO, como órgão de deliberação superior, rogamos para o fim de que não haja solução de continuidade nas reuniões previstas, que seja apreciada as questões aqui enfrentadas de modo célere.

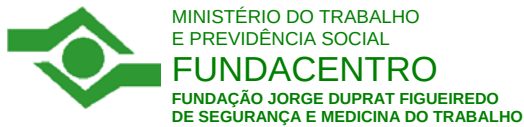
Ante o exposto, e após as considerações acima transcritas, recomendamos que sejam encaminhados com urgência os referidos questionamentos em conjunto com a relação de todos os atuais membros indicados que componham o Conselho e seus respectivos atos de indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministério do Trabalho e Previdência Social para conhecimento e apreciação.

Por fim e haja vista que o Procurador Federal abaixo assinado presta assessoramento jurídico tão somente junto à FUNDACENTRO e por se tratar de questionamento com implicações jurídicas no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social, entendemos que deva ser dada ciência das presentes questões à Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social para consideração.

São Paulo, 11 de Novembro de 2015.

Procurador Chefe da PF/FUNDACENTRO

10.3 Ofício da Presidência da Fundacentro ao senhor Ministro do Trabalho sobre o Conselho Curador.



Sede / Centro Técnico Nacional



Ofício nº 022/PRES

São Paulo, 04 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

Miguel Soldatelli Rossetto

Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social

Ministério do Trabalho e Previdência Social

70059-900 – Brasília – DF

Assunto: Conselho Curador da FUNDACENTRO

Senhor Ministro,

1. Em 22 de janeiro de 2016, encaminhamos Ofício nº 004/PRES, endereçado ao Chefe de Gabinete desse Ministério, no qual informávamos sobre a relevância histórica da FUNDACENTRO, na concretização das ações voltadas à Segurança e Saúde no Trabalho no Brasil, bem como anexávamos Nota Técnica nº 040/2015/PF-FUNDACENTRO/PGF/AGU-rs, a qual responde à consulta oriunda desta Presidência, acerca das implicações jurídicas decorrentes da edição da Medida Provisória 696, de 02 de outubro de 2015.
2. Esclarecemos no citado ofício que a FUNDACENTRO possui, como órgão colegiado de deliberação superior, o Conselho Curador, o qual necessita de reavaliação de sua composição por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social, devido às edições dos dispositivos legais que alteraram suas estruturas.
3. Por fim, informamos que, devido ao impasse, o Conselho Curador deixou de realizar a última reunião do ano de 2015, sendo que, até a presente data, não obtivemos retorno do ofício citado acima e, em consulta ao CPRODWEB, no qual recebeu o Número de Protocolo: 460100002472016, verificamos que o processo encontra-se na Secretaria Executiva do MTPS.
4. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e aproveitamos para manifestar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Josué Amador da Silva

Presidente Substituto

10.4 Nota Técnica Nº 050/2016/PF-FUNDACENTRO/PGF /AGU-rcs.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL - FUNDACENTRO

NOTA TÉCNICA Nº 050/2016/PF-FUNDACENTRO/PGF/AGU-rcs

INTERESSADO: PRES. – PRESIDÊNCIA

ASSUNTO: Conselho Curador - Composição

Senhor Presidente,

Trata-se de recomendação à Presidência da FUNDACENTRO decorrente das implicações jurídicas deflagradas com a edição da Medida Provisória 726, de 12 de Maio de 2016 que transformou o Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho e conferiu a competência sobre previdência e Previdência Complementar ao Ministério da Fazenda em relação a composição do Conselho Curador da FUNDACENTRO.

Inicialmente compete asseverar que o Conselho Curador da FUNDACENTRO, órgão de deliberação máximo desta Fundação Pública Federal é assim composto, nos termos do que prevê o artigo 6º do Estatuto da FUNDACENTRO:

Art. 6º O Conselho Curador, órgão de deliberação superior da FUNDACENTRO, é constituído por dezesseis membros e tem a seguinte composição:

- I Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego;*
- II Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego;*
- III Presidente da FUNDACENTRO;*
- IV Diretor-Executivo da FUNDACENTRO;*
- V um representante do Ministério da Previdência Social;*
- VI um representante do Ministério da Saúde;*
- VII dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;*
- VIII quatro representantes dos empregadores; e*
- IX quatro representantes dos trabalhadores.*

§ 1º O Comporão também o Conselho Curador, sem direito a voto, os Diretores Técnico e de Administração e Finanças da FUNDACENTRO.

§ 2º Os suplentes dos membros natos serão escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 3º Os membros, titulares e suplentes, do Conselho Curador serão indicados pelos respectivos órgãos governamentais e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, em âmbito nacional, e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Inicialmente sugerimos a alteração estatutária para que onde se lê “Ministério do Trabalho e Emprego” passe a figurar tão somente “Ministério do Trabalho” e onde figura “um representante do Ministério da Previdência Social”, conste agora “um representante do Ministério da Fazenda”.

Ao compulsar os termos do referido dispositivo estatutário infere-se que figuram como membros natos, além de outros o **Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego** e o **Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho**, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Assim sendo, no que diz respeito ao cargo de Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que também compõe o Conselho Curador como membro nato, e diante das recentes alterações legislativas que tencionavam alterar as estruturas dos órgãos abrangidos pela Reforma Ministerial, sugerimos que caso remanesça na estrutura do Ministério do Trabalho tal cargo que seja reconduzido ou designado novo membro e suplente, ou alternativamente que tendo sido alterado tal cargo que seja designado o equivalente e se promova a respectiva alteração estatutária para que passe a constar expressamente o novo cargo.

Desse modo a novel redação do artigo 6º do Estatuto da FUNDACENTRO, aprovado pelo Decreto n.º 4.663, de 2 de Abril de 2003, passaria a constar como segue:

Art. 6º O Conselho Curador, órgão de deliberação superior da FUNDACENTRO, é constituído por dezesseis membros e tem a seguinte composição:

I Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego;

II Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego ou cargo equivalente;

III Presidente da FUNDACENTRO;

IV Diretor-Executivo da FUNDACENTRO;

V um representante do Ministério da Previdência Social Fazenda;

VI um representante do Ministério da Saúde;

VII dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

VIII quatro representantes dos empregadores; e

IX quatro representantes dos trabalhadores.

§ 1 o Comporão também o Conselho Curador, sem direito a voto, os Diretores Técnico e de Administração e Finanças da FUNDACENTRO.

§ 2 o Os suplentes dos membros natos serão escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 3 o Os membros, titulares e suplentes, do Conselho Curador serão indicados pelos respectivos órgãos governamentais e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, em âmbito nacional, e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Por fim e diante da importância do regular funcionamento do Conselho Curador da FUNDACENTRO, como órgão de deliberação superior, rogamos para que seja submetida com urgência tal demanda ao Ministro do Estado do Trabalho para consideração e decisão.

Por fim e haja vista que o Procurador Federal abaixo assinado presta assessoramento jurídico tão somente junto à FUNDACENTRO e por se tratar de questionamento com implicações jurídicas no âmbito do Ministério do Trabalho, entendemos que deva ser dada

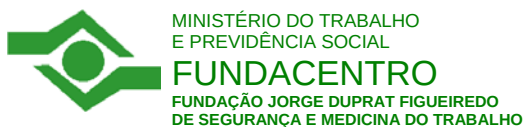
ciência das presentes questões à Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social para consideração.

São Paulo, 14 de Junho de 2016.

Ricardo Cardoso da Silva

Procurador Chefe da PF/FUNDACENTRO

10.5 Ofício da Presidência da Fundacentro ao senhor Ministro do Trabalho sobre o Conselho Curador.



Sede / Centro Técnico Nacional



Ofício nº 053/PRES

São Paulo, 11 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor,
Ronaldo Nogueira
Ministro de Estado do Trabalho
Ministério do Trabalho
Esplanada dos Ministérios – Bloco F – 5º andar
70059-900 - Brasília - DF

Assunto: Conselho Curador

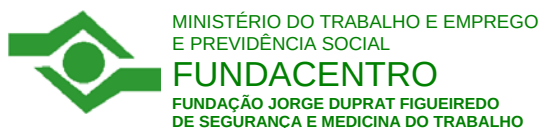
Senhor Ministro,

1. A FUNDACENTRO foi criada em 1966 e, portanto, comemorará neste ano de 2016, 50 anos de existência. As comemorações se iniciaram em 2015, com lançamento do Selo Comemorativo, no dia 21 de outubro.
2. A relevância histórica da FUNDACENTRO, na concretização das ações voltadas para Segurança e Saúde no Trabalho no Brasil, requer o adequado registro de seu papel, bem como marcos institucionais, que demonstrem a sua importância ao longo dos anos nessa área e, em especial, como Entidade de Governo.
3. Para tanto, a FUNDACENTRO tem como órgão colegiado de deliberação superior, o Conselho Curador, o qual, devido às edições dos dispositivos legais que alteraram as estruturas desse Ministério, necessita de reavaliação da sua composição por parte do Ministério do Trabalho, face às indicações necessárias.
4. Pelo exposto, anexamos Nota Técnica da Procuradoria Federal junto a FUNDACENTRO, que versa sobre o citado tema, objetivando análise e deliberação de Vossa Excelência e minuta de portaria para regularização da composição do Conselho.
5. Ressaltamos que, devido ao impasse, o Conselho Curador deixou de realizar a última reunião do ano de 2015, no mês de novembro, restando a esta Presidência, a aprovação, “*ad referendum*” do citado colegiado, de alguns procedimentos necessários ao prosseguimento e bom gerenciamento da Gestão da Entidade, ficando os temas para aprovação posterior a regularização da pendência da composição.
6. Desde já agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

Luiz Henrique Rigo Muller
Presidente

10.6 Despacho da Presidência da Fundacentro sobre o acolhimento do Relatório de Gestão TCU-2016 e Nota sobre a não vistas do mesmo pelo Conselho Curador.



FOLHA DE DESPACHOS

Despacho nº 126/PRES
Documento de Referência: Relatório de Gestão – Exercício 2016
Data: 31 de março de 2017

Encaminhamos, após análise, o Relatório de Gestão do Exercício de 2016 e que, ao encaminhá-lo, se faz necessário algumas considerações:

- Esta Presidência, conforme descrito em planilha às fls. 16, foi nomeada a partir do dia 08 de novembro de 2016, sendo que, a partir dessa data, está ciente de todos os atos relativos ao período de 08/11/2016 a 31/12/2016;
- Somos sabedores que o referido relatório precisa passar pelo crivo do nosso Conselho Curador, órgão máximo de nossa Fundação e que ocorrerá na próxima reunião ordinária, que acontecerá no próximo dia 24 de abril de 2017, nas dependências da Sala do Conselho. O mesmo não fora apreciado com antecedência, em virtude de que estava, desde o ano de 2015, desativado e aguardando Portaria Ministerial de designação de sua composição, o que ocorreu somente no dia 20 de março de 2017, conforme consta no Diário Oficial da União, através da Portaria nº 267, de 20 de março de 2017.

Paulo Arsego
Presidente

10.7 Parecer da Auditoria Interna sobre o Relatório de Gestão TCU - 2016.

PARECER Nº 001/2017 DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DA FUNDACENTRO - EXERCÍCIO DE 2016.

1. INTRODUÇÃO

PARECER Nº 001/2017 DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DA FUNDACENTRO - EXERCÍCIO DE 2016.

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho- Fundacentro, no cumprimento da atribuição estabelecida nos termos do parágrafo 6º, artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000, com as alterações procedidas pelo Decreto nº 4.304/ 2002, e Instrução Normativa – TCU nº 63/ 2010, Decisões Normativas – TCU nºs 154 e 156 de 2016, a Portaria TCU nº 59 de 2017, vem apresentar exame e parecer sobre o Relatório de Gestão correspondente ao exercício de 2016, que se dará com as seguintes peças requeridas nas Decisões Normativas e Portaria acima mencionada, junto ao Sistema E-Contas do TCU, onde será anexado por capítulo as informações.

Para a elaboração do parecer, a Auditoria Interna seguiu a metodologia descrita nas orientações provenientes do TCU, que determina os conteúdos e a estrutura das informações que devem compor o parecer, além de incluir informações relevantes sobre as Demonstrações Contábeis da instituição e sobre a gestão.

De acordo com o disposto no anexo I da Decisão Normativa nº 154 de 2016, do Tribunal de Contas da União - TCU, a Fundacentro vinculada ao Ministério do Trabalho, consta da relação de Unidades Jurisdicionadas cujos responsáveis não terão suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União TCU.

Ressalva-se, porém que não foi possível analisar o conteúdo do Relatório de Gestão de 2016, em virtude da não disponibilização do documento consolidado dentro de um prazo mínimo, considerando que somente foi apresentado em 29/03/2017, visto que segundo informações do responsável pela confecção do relatório as áreas que deveriam lhe prestar às informações necessárias o fizeram com demasiado atraso.

Com vistas a emitir opinião sobre aspectos relevantes da Gestão da Fundacentro, com base nos exames realizados nos trabalhos de auditoria efetuados no exercício referenciado; Nas Unidades Descentralizadas (CEPA, CRMG e CERJ), no Almoxarifado da Sede, no Contrato de Limpeza, Contrato de Informática, indenização à empresa Brasanitas em decorrência de pagamento sem amparo contratual, Bens Patrimoniais,

Contrato de prestação de serviços de eventos, sobre solicitação de reembolso, GDACT, Pregão eletrônico para contratação de Serviços de Vigilância e Uso de Veículos. Considerando os escopos que orientaram as ações, a unidade emitiu sua opinião a partir das evidências encontradas em cada assunto, que geraram recomendações aos gestores objetivando fortalecer e aprimorar os sistemas de controle.

2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Fundacentro está estruturalmente subordinada à Presidência da Entidade como órgão seccional. Sua finalidade básica é zelar pela regularidade e conformidade dos atos e fatos administrativos que permeiam as atividades da instituição e para tanto atua como parte integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, na forma determinada pelo Decreto n.º 3.931/2000.

A atuação da Auditoria Interna em 2016 fundamentou-se em três linhas de ação que são:

- 1) Assessoramento aos órgãos superiores da Fundacentro (Presidência, Diretorias, áreas internas e Unidades Descentralizadas);
- 2) Interação e atendimento aos órgãos de controle (CGU, TCU);
- 3) Realização de auditorias nas Unidades Descentralizadas nas áreas de Controles da Gestão, Gestão Orçamentária, Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços e Gestão Operacional.

Entretanto, é imperioso reconhecer que ainda há muito a ser feito para alcançarmos a excelência no cumprimento de nossas competências e objetivos, mesmo porque, a natureza das atividades desenvolvidas pela Fundacentro requer constante atualização dos mecanismos de controle interno e, por conseguinte, ajustes do foco de atuação da Auditoria Interna.

Historicamente e seguindo o caminho trilhado pelos manuais de controle interno, a Auditoria Interna tem direcionado seus esforços na avaliação dos processos de gestão da área meio: execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, bem assim em relação ao processo de formação da Entidade. Neste sentido, podemos inferir que os controles internos relacionados à área administrativa/financeira são satisfatórios para atestar a veracidade das informações inseridas no Relatório de Gestão.

Contudo, cabe ressaltar que devido à enorme capilaridade de atuação da Fundacentro e as limitações de pessoal, a Auditoria Interna consegue avaliar apenas os controles internos inseridos no limite de um universo amostral, impossibilitando acompanhar de forma simultânea todos os atos e fatos praticados pelos gestores em seus diversos níveis de atuação.

No que se refere às atividades tipicamente finalísticas da Fundacentro, estas apresentam especificidades de elevada complexidade técnica, para as quais o atual quadro de servidores da Auditoria Interna não possui expertise técnica suficiente para auditar, motivo pelo qual, não podemos inferir se os controles internos estabelecidos para estas áreas são suficientes para atestar a veracidade das informações constantes do Relatório de Gestão.

Com o objetivo de atuar também nas áreas finalísticas da Fundacentro, e assim avaliar o alcance dos seus controles internos, a Auditoria Interna tem buscado os recursos necessários junto à alta administração, para aumentar o quadro de servidores alocados na auditoria possibilitando uma equipe multidisciplinar e a capacitação dos mesmos, com vistas a dar início ao processo de mapeamento das atividades fins da Instituição.

No RAIN/2016, verificou-se que os trabalhos realizados pela Auditoria Interna em 2016 e a sua compatibilidade com o estabelecido no PAINT/2016, foi possível constatar que não houve o cumprimento total das atividades previstas, em decorrência do atendimento a demandas excepcionais encaminhadas pela Presidência e o remanejamento do servidor nomeado em 11/2015, que encontrava em fase de aprendizado e a vinda de um comissionado, por consequência, esse comissionado também precisa ser treinado. Entretanto, os trabalhos elencados neste Relatório de Gestão, foram materializados sob a forma de pareceres e relatórios de cunho gerencial. Trabalhos esses que são encaminhados à alta Administração para conhecimento e providências dos achados e das recomendações exaradas pela Unidade de Auditoria Interna.

Os trabalhos mais relevantes realizados em 2016 consistiram naqueles para os quais foram encontradas inconsistências, tendo gerado constatações a seu turno. Cabe destacar que todas as inconsistências e/ou deficiências encontradas durante a execução dos trabalhos foram comunicadas aos gestores responsáveis, os quais envidaram esforços no sentido de mitigá-las tempestivamente.

Em relação às constatações detectadas nos trabalhos de Auditoria que culminaram nos relatórios e pareceres à Administração da Fundacentro, algumas áreas já se posicionaram em relação aos achados, entretanto, não houve tempo hábil no exercício para a Auditoria Interna apreciar os mesmos.

No exercício de 2017, se houver reposição do quadro de recursos humanos necessário, pretendemos instalar uma rotina que permita o monitoramento acerca das providências tomadas nas questões que foram abordadas por meio dos trabalhos de auditoria, com o intuito de certificar a implementação ou não das recomendações pelas áreas auditadas, pois na falta de efetividade das medidas corretivas encaminhadas aos gestores de cada área auditada, haverá consequentemente a continuidade das falhas apontadas.

3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA ENTIDADE.

Entendemos que a avaliação dos controles internos deveria evidenciar a suficiência adequabilidade da força de trabalho da Fundacentro para a execução de suas ações administrativas e finalísticas, conforme prevê Instrução Normativa:

"Controle Interno é o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidas para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados (IN TCU nº 63/2010)."

No decorrer do exercício de 2016, não houve ação de auditoria específica em relação aos controles internos administrativos, porém, sempre abordamos a questão dos controles internos em relação às áreas auditadas, onde ficou evidenciado fragilidade nos controles no que tange ao gerenciamento dos contratos, falta de formalização de procedimentos e rotinas administrativas.

Vale ressaltar que para a realização dos controles administrativos a Fundacentro, além de utilizar os sistemas do governo SIAFI, SIAPE, SIASG também faz uso dos sistemas de protocolo, almoxarifado, patrimônio, planejamento e frota de veículos, o qual vem contribuindo com diversas áreas de abrangência, mas consideramos que a ferramenta não é eficiente na condução dos controles internos, levando em conta que não são aplicados na sua plenitude na rotina diária de cada área de trabalho.

Da leitura no relatório do quadro 3.5 "Avaliação do Sistema de Controle Interno da UPC", com a auto avaliação do gestor, verificou-se que grande parte dos itens foram avaliados como "parcialmente inválida" (significando que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa), demonstrando que a Fundacentro absteve-se de realizar uma avaliação mais precisa de seus próprios controles internos, no que tange aos componentes do controle interno que são "ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; informação/comunicação e monitoramento", representando uma avaliação insatisfatória desses controles, e o reconhecimento de que não são capazes de evitar impropriedades nos processos e necessitando, dessa forma, serem revistos e melhorados, com objetivo de buscar maior aderência à legislação que regulamenta o assunto, deixa claro a necessidade de ações mais eficientes para diagnóstico e avaliação dos riscos envolvidos nos processos estratégicos e para monitoramento do controle interno.

Na Fundacentro com o suporte e fortalecimento da área de tecnologia da informação, foram desenvolvidos diversos sistemas institucionais informatizados, como Controle de Pagamento, Controle de Recibo, Gerenciador de Contratos, Gerenciador de Pessoal, Controle de Cópias, Patrimônio, Protocolo, Compras e Requisição de Veículo, capazes de

dar sustentação às diversas ações executadas pela Entidade, o que demonstra que o núcleo de pessoas que faz parte da gestão reconhece a importância e a necessidade do controle interno nas atividades corporativas do órgão, mas não há rotinas formalizadas no que tange aos filtros inerentes ao controle interno. Estes sistemas, além de auxiliar nas ações de controle interno, fornecem dados e informações que servem de base para tomada de decisões.

Contudo, é preciso reconhecer que devido ao porte da Fundacentro, os mecanismos de controle dos atos e fatos administrativos ainda carecem de aperfeiçoamento, e como tal, sujeitam-se a percalços e acometimento de falhas. Isso nos impõe a necessidade de constantes ajustes, aprimoramentos, ou mesmo, a criação de novos mecanismos, capazes de mitigar eventuais falhas procedimentais. A Fundacentro deve criar ou melhorar os controles para as atividades finalísticas da entidade que são deficitárias.

4. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

O quadro de servidores de cargo efetivo existente na Entidade é insuficiente, e mesmo após o ingresso de novos servidores por concurso público houve um declínio no quantitativo de servidores comparados com exercício anteriores. Os novos concursados necessitam ainda de capacitação para atingir o nível de competência necessária e ideal para a execução das atividades sob responsabilidade da Entidade.

Com relação à Avaliação da Gestão de Pessoas, no tocante ao acúmulo ilícito de cargo, a Fundacentro estabeleceu a exigência do preenchimento da declaração de não acúmulo de cargo, quando o servidor toma posse, mas não estabeleceu procedimento para detectar periodicamente, possível acumulação posterior ao ingresso, ficando a cargo do servidor comunicar a unidade de recursos humanos na hipótese de acúmulo lícito. Entendemos assim, que em termos de utilidade e eficiência, carece de implantação e aperfeiçoamento de controles de monitoramento, uma vez que estamos dependentes de informações recebidas unicamente do próprio servidor.

A Fundacentro no exercício de 2016, recebeu por meio do sistema de trilha de auditoria de pessoal, quadro contendo indicadores de pessoal para análise e retorno das informações por parte da Fundacentro.

Verificamos a existência de pagamento feito a maior ou indevido a servidores ou ex-servidores, valor esse que não foi ressarcido aos cofres públicos no exercício de 2016, mesmo com todos os esforços da área de recursos humanos. Não foram registrados no SIAFI os valores conforme disposto nos itens 19 e 21 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T16.5.

“19. As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.”

“21. Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam, reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.”

Verificou-se nos trabalhos de auditoria as fragilidades nos controles de frequência dos servidores, para minimizar os riscos e produzir confiabilidade das informações, nos diversos trabalhos de auditoria que realizamos com recomendações, destacamos a necessidade da implantação no controle de frequência por meio de ponto eletrônico, ressalte-se que o controle de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais está previsto no Decreto 1590/95, conforme descrito no Art. 6º O controle de assiduidade e pontualidade poderá ser exercido mediante: I - controle mecânicos; II - controle eletrônico; III - folha de ponto, até o termino do exercício nossa recomendação não havia sido atendido.

5. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Na estrutura organizacional da Fundacentro, não existe setor específico para a gestão de bens imóveis e moveis. Entretanto, essa responsabilidade faz parte do rol de atribuições do chefe da área da Contabilidade.

A Auditoria realizada nas Unidades descentralizadas quando examinamos a gestão do patrimônio encontramos algumas inconsistências, falta do inventário físico anual que é procedimento administrativo obrigatório, conforme IN/SEDAP/nº 205 de 08/04/88, sem controle dos locais onde se encontram os bens e falta de placas de identificação, termos responsabilidade desatualizados e o processo de desfazimento de bens muito demorado.

A gestão informou, que embora os imóveis sejam registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) com um Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) individualizado, não há reavaliação dos mesmos, bem como não se apura a depreciação do ativo imobilizado. Cabe registrar que de acordo com a Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014, é de competência dos órgãos e entidades observar os procedimentos de cadastramento, mensuração, atualização e reavaliação estabelecidos nesta Portaria, bem como aqueles complementares expedidos pela SPU.

Em relação à depreciação, amortização e exaustão, também foi informado que a entidade não realiza o cálculo de depreciação dos seus bens, conseqüentemente não adotou os procedimentos contábeis de depreciação e reavaliação, normativos/reestruturação de todos os itens que compõe do inventário patrimonial e a inserção das informações de depreciação de bens moveis no Sistema SIAFI.

A Fundacentro no exercício de 2016, não aplicou as orientações contidas NBCT 16.9-Depreciação, Amortização e Exaustão e NBCT16.10-Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

6. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

A Fundacentro apresenta fragilidade em relação à estrutura de controles internos, não existindo uma área específica para acompanhamento e atendimento das determinações ou recomendações do TCU ou da CGU/SP. Também não há normativos internos que trate da necessidade de identificar e monitorar essas determinações ou recomendações.

7. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A Fundacentro, no exercício de 2016, efetuou pagamento sem amparo contratual na Sede no contrato de manutenção com a empresa Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda., não sendo detectado prejuízo ao erário público, com referido pagamento, considerando que houve a prestação do serviço.

Encontramos divergência entre a quantidade dos contratos relacionados nos quadros 7.4.1B e 7.4.2 A, que trata dos contratos da Sede e das Unidades Descentralizadas e as quantidades dos contratos registrados nas contas contábeis, no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, o que significa que não houve a vinculação quando do pagamento da despesa de contrato.

No que tange a fase de gerenciamento dos contratos, verificamos ausência de inserção de informações quanto aos valores de execução do contrato, de todos os contratos vigentes na Fundacentro, no cronograma físico-financeiro no Sistema Sicon/Siasg/cronograma. Conforme estabelecido na Lei 10.934/2004

8. AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PEÇAS

A Prestação de Contas Anual é uma exigência legal, pela qual os atos de gestão são relatados de forma a garantir a transparência e atender aos órgãos de controle competentes.

A Auditoria Interna realizou avaliação da conformidade das peças constante do Relatório de Gestão em comparação com as exigências estabelecidas na Portaria-TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017, que dispõe sobre as orientações para elaboração e conteúdo do Relatório de Gestão, e concluiu que o processo está constituído com as peças exigidas pelo TCU. A única desconformidade é a ausência do Parecer do Conselho Curador da Fundacentro. Entretanto, houve pronunciamento da Entidade sobre a ausência ou pelo descumprimento desses itens.

9. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pela regularidade com ressalvas do Relatório de Gestão Anual da Fundacentro, relativo ao exercício de 2016, considerando que as inconsistências detectadas neste exercício, revestiram-se de boa fé e, de modo geral, o não atendimento de parte das recomendações da CGU/SP, oriundas do relatório de exercícios anteriores, o acompanhamento por meio do Plano de Providências Permanente – PPP, as recomendações da Auditoria Interna, parcialmente atendidas e a continuidade dos pagamentos sem a devida cobertura contratual por meio dos trabalhos de auditoria realizados no referido exercício, não foram detectados prejuízo ao Erário.

Quanto às demonstrações contábeis, verificou-se que estão apresentadas em conformidade com os novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público. Porém, a Declaração do Contador aponta ressalvas que necessitam futuramente ser sanadas, com o aprimoramento dos controles internos administrativos da área.

Com fundamento legal no §6º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000 e em consonância com a Instrução Normativa nº 63/2010/TCU, e com as Decisões Normativas nº 154/2016/TCU e nº 156/2016/TCU, esta Unidade de Auditoria Interna apresenta seu Parecer sobre o Relatório de Gestão da Fundacentro referente ao exercício de 2016.

Salientamos que o referido relatório com o parecer da Auditoria Interna deva ser submetido à apreciação do Conselho Curador da Fundacentro na primeira reunião e verificar junto ao órgão de controle externo CGU e TCU da possibilidade de inserirmos o parecer do conselho no relatório de gestão.

Atenciosamente,

Benedito Silva Guimarães Filho

Chefe da Auditoria Interna

SIAPE/ 0876726

10.8 Aprovação pelo Conselho do Relatório de Gestão TCU - 2016.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

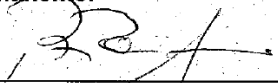
Sede / Centro Técnico Nacional

Aprovação do Relatório de Gestão do exercício de 2016

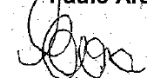
Em 24 de abril de 2017, entre os assuntos de pauta da 75ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, composto por representantes do Governo, dos Trabalhadores e dos Empregadores, foi discutida a aprovação ou não do Relatório de Gestão do Exercício de 2016.

A documentação encaminhada era composta pelo Relatório de Gestão do Exercício de 2016 e Parecer nº 001/2017 da Unidade de Auditoria Interna sobre o Relatório de Gestão da FUNDACENTRO – Exercício de 2016.

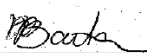
Com base nas ressalvas elencadas no parecer da Auditoria Interna e, considerando que os resultados esperados foram alcançados dentro da previsão orçamentária e, além disso, diante dos elementos apreciados no Relatório de Gestão da entidade, o Conselho Curador da FUNDACENTRO **aprova, com ressalvas, o Relatório de Gestão do exercício de 2016 por meio da assinatura, abaixo, dos membros presentes, recomendando que, nas próximas reuniões, seja apresentado o PPP – Plano de Providências Permanente.**



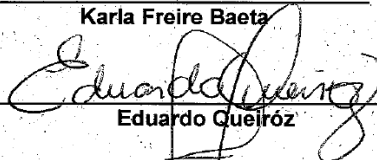
Paulo Arsego



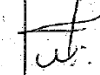
Eva Patrícia Gonçalves Pires



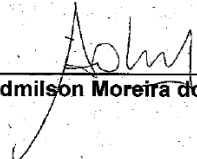
Karla Freire Baeta



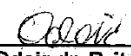
Eduardo Queiróz



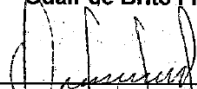
Marcelo A. Cândia dos Santos



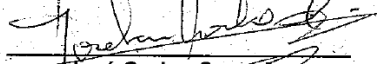
Admilson Moreira dos Santos



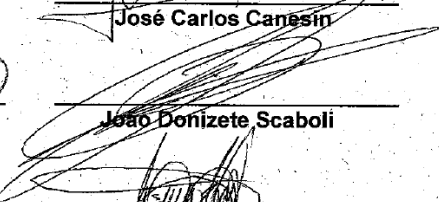
Odair de Brito Franco



Orion Sávio Santos de Oliveira



José Carlos Canesin



João Donizete Scaboli



Luiz Carlos José Queiróz